



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

ELIAS BONFIM DA SILVA

**A VARIAÇÃO NAS ORAÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS  
POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

Salvador-Bahia  
2020

ELIAS BONFIM DA SILVA

**A VARIAÇÃO NAS ORAÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS  
POPULAR DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura  
apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Língua e Cultura, da Universidade Federal da  
Bahia, como parte das exigências para a  
obtenção do grau de Mestre em Língua e  
Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi

Salvador  
2020

## FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Elias Bonfim da.

A variação nas orações relativas no português popular do interior do estado da Bahia / Elias Bonfim da Silva. - 2020.

130 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2020.

1. Sociolinguística - Bahia. 2. Contato linguístico - Bahia. 3. Língua portuguesa - Poções (BA) - Variação 4. Língua portuguesa - Santo Antônio de Jesus (BA) - Variação. 5. Mudanças linguísticas. I. Lucchesi, Dante. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título

CDD - 469.798

CDU - 811.134.3'36

Elias Bonfim da Silva

A VARIACÃO NAS ORAÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS POPULAR  
DO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Aprovada em 11 de novembro de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti – Orientador \_\_\_\_\_  
Universidade Federal Fluminense (UFF)/Universidade Federal da Bahia (UFBa)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Silva de Farias Araújo \_\_\_\_\_  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva \_\_\_\_\_  
Universidade Federal da Bahia (UFBa)

## AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico é uma escada cujos degraus se materializam à medida que se anda, uma estrada que só aparece quando se começa a caminhar. Mas esse caminhar não é solitário, pois sozinho não se chega ao ponto de chegada. É um truísmo afirmar que um trabalho como a dissertação é feito junto com outras pessoas, que nos oferecem apoio emocional, conselhos, elogios, conversas, risadas, enfim, recursos que nos possibilitam atingir o objetivo. Nesse sentido, considero importante tornar público o reconhecimento das pessoas que me apoiaram durante o período do mestrado.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força em vários aspectos da minha vida.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe, Joselita, que tem me apoiado nesta empreitada, e à minha irmã Josi, que me apoiou muito no início da minha trajetória acadêmica. Agradeço ao meu pai, Antônio, por ter me ajudado desde sempre. Agradeço à minha irmã Marleide, pelo carinho, e ao meu irmão Elizeu, pelas risadas.

Agradeço também aos outros familiares, tias, tios, primos e avós. Todos eles, afro-brasileiros, fazem parte da minha história e, inclusive, estão relacionados ao tema desta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Dante Lucchesi, o qual é responsável por me ajudar a me iniciar na pesquisa linguística. Agradeço-lhe pela orientação dada, por ter acreditado em mim já no começo da graduação, pelo incentivo, pela paciência e insistência e, enfim, pelas luzes que me ajudaram a enxergar melhor os caminhos a que esta pesquisa me levou.

Agradeço à CAPES, por ter me proporcionado uma bolsa para estudar na Universidade de Coimbra, por um período de dois anos, no Programa de Licenciaturas Internacionais (2010 a 2012) e, também, pela bolsa de mestrado (período de final de 2015 ao começo de 2017).

Agradeço ao CNPQ pelo financiamento do Projeto Vertentes, do qual esta pesquisa faz parte; e à Fapesb, pelo edital que contemplou esta pesquisa com a bolsa Capes de 2015 a 2017.

Agradeço à turma do período do intercâmbio, sobretudo Charles, Ruan, Kelvis, Joel, Welton, Lucas, Santino, Bruno, Carla, Raquel, Aline Rossi, Tânia, Noemi, Hélder, Lúcia e muitos outros.

Agradeço a todos os meus amigos, sobretudo Thyago, que sempre me incentivou a concluir este trabalho. Agradeço também a Israel, Paulo Marcos, Francisco (Chico), Robert, Vânia, Luiza, Dona Nel e muitos outros.

Agradeço aos membros do Projeto Vertentes, sobretudo os(as) mais antigos(as), que fizeram as entrevistas utilizadas nesta pesquisa. Agradeço especialmente a Gracielle, pelos momentos vividos durante esse período e também a Elisângela, minha professora de Sintaxe, Lanuza, Vivian e Luanda, as quais, junto com Dante Lucchesi e outros membros, deram vida ao Projeto Vertentes.

Agradeço aos colegas da graduação e do mestrado, sobretudo a Shelton, um grande abraço!

Agradeço ao corpo técnico do Instituto de Letras, a todos os funcionários do Instituto, em especial aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura.

Por fim, agradeço a todos que estejam relacionados à trajetória que me trouxe até aqui.

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.”  
Antonio Machado, poeta espanhol

## RESUMO

Esta dissertação analisou a variação das orações relativas no português popular do interior do estado da Bahia, com base no aporte teórico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), além da hipótese da transmissão linguística irregular (BAXTER; LUCCHESI, 2009), da hipótese da polarização sociolinguística do português brasileiro (LUCCHESI, 2015a) e da proposta da Hierarquia da Acessibilidade (KEENAM; COMRIE, 1977). A metodologia deste trabalho, que também se encontra na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), consiste em uma análise do fenômeno em questão numa amostra de fala vernácula colhida nos municípios de Poções-Ba e Santo Antônio de Jesus-Ba, com falantes de pouca ou nenhuma escolaridade, representando o chamado português popular do interior do estado da Bahia. Foram analisadas 48 entrevistas de caráter sociolinguístico, realizadas nos municípios referidos, divididas entre a sede e a zona rural dessas cidades, de acordo com a proposta do Projeto Vertentes, em cujo âmbito este trabalho foi realizado. O fenômeno linguístico variável analisado nesta pesquisa consiste no uso de uma das três estratégias de relativização consagradas na literatura linguística (a estratégia padrão, a estratégia cortadora e a estratégia resumptiva), com o acréscimo da chamada relativa neutra. A hipótese inicial é que o contato entre línguas ocorrido na sócio-história do português brasileiro (PB) causou uma simplificação morfológica que, no que diz respeito à relativização, favoreceu o predomínio da estratégia cortadora, baseando-se no estudo de Ribeiro (2009). Além disso, pretende-se observar se há uma diferença entre o português popular do interior do estado da Bahia e o português afro-brasileiro, estudado por Lucchesi (2015c), em relação ao uso de relativas preposicionadas, o que pode revelar mais um efeito do contato entre línguas na configuração atual do PB e o *continuum* de nivelamento linguístico que atenuou a polarização sociolinguística nas comunidades mais próximas dos centros urbanos. Após o levantamento e codificação das ocorrências de orações relativas no *corpus* analisado, percebeu-se que a estratégia cortadora predomina no português popular do interior do estado da Bahia. A estratégia padrão ocorre apenas com o pronome relativo “onde”, mesmo assim, com uma baixa frequência. Os dados mostram que orações relativas com preposição não fazem parte mais da gramática da variedade analisada. Com exceção do “onde”, as relativas são iniciadas com o relativizador neutro “que”, como resultado da simplificação morfológica ocorrida na sócio-história do PB. A estratégia resumptiva também tem uma baixa ocorrência e é favorecida por variáveis linguísticas, como a oração relativa explicativa, o antecedente [+humano], o antecedente definido e a preposição lexical. A análise das variáveis sociais revelou uma variação estável nas comunidades analisadas, em relação às estratégias de relativização. Ocorreu variação estável também com a oposição entre relativas ligadas a posições preposicionadas e relativas ligadas às funções sintáticas de sujeito e objeto direto. Entretanto, a comparação entre o português afro-brasileiro e o português popular do interior mostrou um aumento de relativas encaixadas neste último, confirmando o *continuum* de nivelamento linguístico que opõe comunidades mais isoladas das menos isoladas. Esse nivelamento, além de suavizar a polarização sociolinguística do PB, diferenciando-se assim as comunidades mais isoladas daquelas mais influenciadas pelos padrões linguísticos urbanos, atenuou as marcas mais drásticas da transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2015b).

**Palavras-chave:** Orações relativas; variação linguística; contato linguístico; português popular do interior do estado da Bahia.



## ABSTRACT

This Master's thesis analysed the variation of relative clauses in Bahia's heartland's popular Portuguese backed by the theoretical basis of Variationist Linguistics (LABOV, 2008). It also examined the hypothesis of irregular linguistic transmission (BAXTER; LUCCHESI, 2009); the hypothesis of the sociolinguistic polarization of Brazilian Portuguese (LUCCHESI, 2015a); and the premise of Accessibility Hierarchy (KEENAM; COMRIE, 1977). The methodology of this work, which also lies in the contribution of the Variationist Linguistics (LABOV, 2008), consists in an analysis of the aforementioned phenomena from a vernacular speaking sample collected in the cities of Poçoões and Santo Antônio de Jesus, in the state of Bahia, from speakers with little to no schooling. This sample functions as a representation of the so-called Bahia's heartland's popular Portuguese. Forty-eight sociolinguistic interviews were analysed. They took place in the aforementioned cities and were sorted out according to the Projeto Vertentes categorization of urban and rural zones. The variable linguistic phenomenon analysed here consists in the usage of one of the three relativization strategies established by the literature in Linguistics (the standard strategy; the chopping strategy; and the resumptive pronoun strategy), with the addition of the neutral relative-making element (LUCCHESI, 2015c). The initial hypothesis is that the contact between languages present in the socio-history of Brazilian Portuguese caused a morphological simplification that, in relation to the relativization process, favored the predominance of the chopping strategy over the other ones, as it can be seen in Ribeiro's (2009) study. Besides, it is sought to observe if there is difference between Bahia's heartland's popular Portuguese and the Afro-Brazilian Portuguese studied by Lucchesi (2015c) in relation to the use of pre-positioned relative-making elements. This may reveal one more effect of the contact between languages in the actual configuration of Brazilian Portuguese. It is also sought to verify the *continuum* of the linguistic levelling that attenuated the sociolinguistic polarization of communities closer to the urban centers. After the collection and the codification of the occurrences of relative clauses from the analysed *corpus*, it can be seen that the chopping strategy prevails in Bahia's heartland's popular Portuguese. The standard strategy occurs only with the relative pronoun "onde" (where), and even so, with low frequency of occurrence. The data show that relative clauses with prepositions are no longer part of the grammar of the popular Portuguese spoken in Bahia's heartland. Except for "onde", relative clauses are initiated with the neutral relative-making "que" (that) as a result of the morphological simplification present in the history of Brazilian Portuguese. The resumptive pronoun strategy also has low frequency of occurrence; it is favored by the presence of linguistic variables such as the explicative relative clause, the [+human] antecedent, the defined antecedent, and the lexical preposition. The analysis of social variables disclosed a stable variation across the analysed communities in relation to the strategies of relativization. The same happened with the opposition between the relative clauses connected to prepositional positions and the relative clauses positioned in the subject, and direct object syntactic functions. Nonetheless, the comparison between the Afro-Brazilian Portuguese and Bahia's heartland's popular Portuguese has shown an increase of relative clauses connected to prepositional syntactic functions in the latter, what confirms a *continuum* of the linguistic levelling that differentiates more isolated communities from those closer to urban centers. This levelling not only weakened the sociolinguistic polarization of Brazilian Portuguese, thus differentiating more isolated communities from those more influenced by the urban linguistic patterns, but also attenuated the more drastic signs of irregular linguistic transmission that affected the varieties of Brazilian popular Portuguese in the past (LUCCHESI, 2015a).

**Key words:** relative clauses; linguistic variation; language contact; popular Portuguese in Bahia's heartland.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: O português brasileiro no contexto da polarização sociolinguística do Brasil</b> .....	<b>18</b>
1.1 Origens da polarização sociolinguística e periodização da história sociolinguística brasileira.....	19
1.2 A participação indígena na história linguística do Brasil .....	25
1.3 A participação dos africanos e seus descendentes na história linguística do Brasil .....	30
1.3.1 A transmissão linguística irregular .....	28
1.4 O contato entre línguas e o avanço da língua portuguesa no território brasileiro ao longo dos séculos .....	31
1.5 A polarização sociolinguística no século XX .....	37
1.6 Tendências atuais de mudança no português brasileiro .....	39
<b>Capítulo 2: As orações relativas</b> .....	<b>41</b>
2.1 Descrição do fenômeno .....	42
2.2 Orações relativas no português brasileiro .....	49
2.2.1 O estudo de Tarallo .....	49
2.2.2 Os estudos de de Kato et al .....	52
2.2.3 O estudo de Camacho .....	56
2.3 As orações relativas e o contato entre línguas: a análise de Ribeiro (2009) .....	59
2.4 As orações relativas nas línguas humanas em geral e nas línguas crioulas .....	65
<b>Capítulo 3: Enquadramento teórico-metodológico</b> .....	<b>70</b>
3.1 A mudança linguística no século XIX .....	71
3.2 Em busca da sistematicidade perdida: sincronia, diacronia, mudança e sistema no século XX ...	72
3.3 A proposta da Sociolinguística para a variação e a mudança linguísticas .....	75
3.4 Por uma linguística do uso: sistematizando a variação .....	78
3.4.1 O estudo em Martha's Vineyard e os cinco problemas da mudança .....	80
3.5 A metodologia usada neste trabalho .....	81
3.5.1 Constituição do <i>corpus</i> .....	82
3.5.2 O português popular do interior do estado da Bahia .....	82
3.5.3 Os municípios analisados .....	84
3.5.4 Variáveis sociais .....	86
3.5.5 Variáveis linguísticas .....	88
<b>Capítulo 4: Análise dos resultados</b> .....	<b>92</b>
4.1 As estratégias de relativização em duas variedades do português popular falado na Bahia .....	93
4.2 Análise variacionista do uso de relativas padrão no português popular do interior do estado da Bahia .....	98
4.3 Análise variacionista da relativa resumptiva no português popular do interior do estado da Bahia .....	102
4.4 Posições relativizadas e Hierarquia da Acessibilidade .....	106
<b>Conclusão</b> .....	<b>114</b>
<b>Referências:</b> .....	<b>121</b>

## Introdução

As orações relativas constituem um aspecto da gramática do português que desperta a atenção dos linguistas há algum tempo, por razões diversas. Assim sendo, diversos estudos sobre as relativas no português, de forma geral, têm sido feitos, ora sob a perspectiva sociolinguística, ora sob o enfoque gerativista, ou sob outras óticas. Este trabalho se insere no domínio desses estudos, tendo como objeto de investigação a variação no uso das orações relativas nas comunidades rurais e urbanas de Poções (BA) e Santo Antônio de Jesus (BA). Nessa direção, o objetivo geral dessa dissertação consiste em analisar as estratégias de relativização utilizadas nessas comunidades, buscando entender o encaixamento social e linguístico das variáveis que predominam no *corpus* em análise.

Esta pesquisa tem como aporte teórico-metodológico a Sociolinguística Quantitativa, adotando o postulado de que fatores internos e externos devem ser considerados na análise da variação e da mudança. Além disso, ressalta-se o caráter sócio-histórico dessa análise, a qual se vincula à hipótese da *transmissão linguística irregular* (BAXTER; LUCCHESI, 2009) e da *polarização sociolinguística* (LUCCHESI, 2015a), explicadas mais adiante.

Os dados analisados fazem parte do *Acervo do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* e constituem amostras de fala vernácula de informantes desses dois municípios do interior do estado da Bahia. A amostra será formada por 48 entrevistas informais, de tipo sociolinguístico. Os informantes estão distribuídos em três faixas etárias: faixa I (25 a 35 anos), faixa II (45 a 55 anos) e faixa III (mais de 65 anos). Quanto às outras variáveis sociais, foram observados o nível de escolaridade (diferenciando os falantes analfabetos dos semi-analfabetos), a estada fora da comunidade (período acima de seis meses) e o sexo dos informantes. As entrevistas do português popular do interior do estado estão divididos de acordo com a urbanização. Assim, em cada município, há 12 inquéritos do centro urbano e 12 inquéritos da zona rural. A metodologia será comentada mais detidamente no capítulo 3.

Como dito acima, a razão de se investigar esse *corpus* relaciona-se à hipótese da *transmissão linguística irregular* (TLI), defendida por Baxter e Lucchesi (2009) e Lucchesi (2001 e 2009), segundo a qual, as características que o português brasileiro (PB) tem hoje, sobretudo nas suas vertentes mais populares, devem-se ao massivo e contínuo contato entre línguas ocorrido durante sua formação. Além disso, o estudo do português do interior assume importância, ao evidenciar a difusão linguística dos centros urbanos para

zona rural. A sócio-história brasileira é marcada pelo contato entre povos de diversas etnias, em razão do empreendimento colonialista. Além dos povos indígenas que habitavam este território, diversos povos africanos foram escravizados, num contexto de extrema violência e submissão. Inicialmente, a forma como esses adultos africanos aprendiam a língua portuguesa (LP) – língua-alvo e segunda língua (L2), para essa população – não favorecia um aprendizado satisfatório dessa língua.

Após essa aquisição precária do português por parte dos índios e africanos, ocorria a socialização dessa língua entre esses segmentos e sua nativização, entre os descendentes endógamos e mestiços desses povos. Essas crianças tinham, portanto, acesso a uma língua defectiva, que se tornaria sua língua materna (LM) e é justamente nesse processo de aquisição de LM que ocorre a simplificação morfológica que está na base da formação do chamado português popular brasileiro. O processo de TLI, apesar de não caracterizar uma criouliização plena, “se caracteriza fundamentalmente pela simplificação e/ou eliminação de certas estruturas gramaticais; ou ainda, em outras palavras, pelo aumento na frequência de uso das formas não marcadas, bem como a sua generalização paradigmática”. (LUCCHESI, 2009, p. 72). Dessa forma, esse processo de transmissão linguística irregular de tipo leve “estaria na base da formação das atuais variedades populares do português do Brasil, e a sua marca mais evidente seria a ampla e massiva variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal” (LUCCHESI, 2009, p. 72).

Portanto, o processo de TLI marcou fortemente a vertente de formação das variedades populares do português no interior do Brasil, as quais, posteriormente, foram alteradas em função da urbanização ocorrida ao longo do século XX, o desenvolvimento tecnológico – responsável pela massificação dos meios de comunicação – e o desenvolvimento da malha ferroviária e rodoviária, que facilitou o acesso a regiões mais distantes dos centros urbanos, num processo de nivelamento linguístico.

Apesar disso, essas variedades ainda exibem as marcas da TLI, pois a população mais pobre continua socialmente excluída. A profunda divisão social que marca a realidade brasileira reflete-se no plano linguístico e ideológico, configurando assim o que Lucchesi (2015a) formulou como sendo a *polarização sociolinguística* do Brasil, teoria que explica as diferenças atuais entre a norma culta e a norma popular (ou português popular brasileiro). A polarização sociolinguística explica não só as diferenças reais (objetivas) entre essas normas, mas também a diferença na avaliação, por parte dos falantes, dessas normas (avaliação subjetiva). Nesse sentido, este trabalho pretende avaliar como a

simplificação morfológica decorrente do contato entre línguas afetou a estrutura das orações relativas, bem como se processa atualmente a tendência de mudança no PB, no que tange ao fenômeno em estudo.

O português popular do interior está inserido num *continuum* que abarca as variedades mais afastadas do padrão e mais afetadas pelo contato, num extremo, e a variedade popular mais central e mais sujeita ao nivelamento linguístico institucional. É, dessa forma, uma variedade intermediária, situada entre o chamado português afro-brasileiro e o português popular de Salvador, integrando assim o panorama sociolinguístico do português popular do estado da Bahia<sup>1</sup>.

Em relação à difusão linguística dos padrões urbanos cultos, a hipótese é a de que “os padrões de comportamento linguístico da sede do município estejam mais próximos do padrão urbano culto do que os padrões da zona rural”<sup>2</sup>. Assim, portanto, é feita a divisão das entrevistas entre as sedes dos municípios e as zonas rurais. Além disso, Santo Antônio de Jesus, cidade do Recôncavo Baiano, por estar mais próximo da capital, Salvador, seria mais afetada pelos padrões urbanos cultos do que a cidade de Poções, que fica na região do semi-árido.

O objeto de investigação desse trabalho – a variação no uso das relativas – constitui um aspecto gramatical que tanto pode evidenciar processos anteriores de transmissão linguística irregular quanto pode revelar a força da difusão linguística dos centros urbanos para as zonas rurais.

Delimitado assim o caráter social da pesquisa, passa-se a explicar brevemente seu objeto de investigação e o caráter mais puramente linguístico da investigação. As ORs são um tipo de oração subordinada que modifica uma expressão nominal antecedente ou mesmo outra oração. (BRITO; DUARTE, 2003). É formada por um núcleo nominal modificado por uma sentença; em outras palavras, a OR está ligada ao termo anterior, através de um pronome relativo ou um relativizador.

Parafraseando Ribeiro (2009), a oração relativa abaixo (*que ainda não visitei*) se encaixa no predicativo do sujeito da oração principal (*São Paulo é uma cidade*). Esse predicativo do sujeito do período em (1) é formado por um determinante (*uma*), um núcleo (*cidade*) e uma oração que modifica esse núcleo (*que ainda não visitei*). No interior da OR, o objeto do verbo *visitar* não está expresso e sua posição está marcada por \_\_\_\_\_, representando uma lacuna. A OR é introduzida por um relativizador (*que*), o qual retoma o

<sup>1</sup> Extraído de <<<http://www.vertentes.ufba.br/2a-etapa/geral>>>. Acesso em 28 fev 2017.

<sup>2</sup> Extraído de <<<http://www.vertentes.ufba.br/2a-etapa/geral>>>. Acesso em 28 fev 2017.

núcleo nominal *cidade*. Este núcleo nominal (*cidade*), por sua vez, atua como objeto direto no interior da OR. O sintagma completo – *uma cidade que ainda não visitei* – constitui o predicativo do sujeito do período. Na OR, o núcleo nominal parece realizar duas funções gramaticais, pois, além de exercer a função sintática da oração principal, esse núcleo está correferenciado com uma função sintática no interior da relativa, função essa que é ocupada pelo relativizador.

(1) *São Paulo é uma cidade que ainda não visitei \_\_\_\_\_*.<sup>3</sup>

Na análise de Ribeiro (2009), a autora afirma que o núcleo nominal antecedente exerce duas funções gramaticais, entretanto argumentamos que esse núcleo possui uma “função semântica” dentro da oração relativa (esse núcleo dá significado ao termo relativizado), mas a função sintática propriamente dita é exercida pelo relativizador. Em termos gerativos, parece que no movimento de subida, o núcleo nominal deixa de exercer a função sintática que exercia na estrutura profunda, a qual passa a ser exercida pelo relativizador, na estrutura superficial. É um caso bem típico, pois, apesar de exercer função sintática, o relativizador não possui um significado completo (apenas traços semânticos), significado esse que se encontra no núcleo nominal antecedente.

Além disso, as formas mais típicas de ORs, ou seja, as relativas canônicas (por oposição às relativas livres), que modificam uma expressão ou núcleo nominal antecedente, podem ser de dois tipos: relativas **restritivas** e relativas **explicativas** (ou apositivas). As relativas restritivas restringem o domínio de referência da expressão nominal antecedente. Por exemplo, em (2) abaixo,

(2) *O rapaz que consertou a geladeira acabou de sair.*

um argumento (sujeito) do verbo *consertar* está subentendido e é recuperado semanticamente pela relação com o sintagma nominal (SN) *um rapaz*. Em outras palavras, o rapaz que consertou a geladeira, e só esse, acabou de sair. Dessa forma, restringe-se o número de rapazes que poderiam ter acabado de sair.

As relativas explicativas, por seu turno, constituem um comentário à parte sobre um SN já conhecido ou que pode ser identificado independentemente da relativa (RIBEIRO, 2009). Não contribuem para o valor da expressão ou núcleo nominal, como as restritivas, e

<sup>3</sup> Os exemplos não referenciados são do autor desta dissertação.

possuem um caráter parentético (BRITO; DUARTE, 2003). É separada por vírgulas, na escrita, e por pausas, na oralidade, como ilustra o exemplo em (3):

(3) *Pedro, que consertou a geladeira, acabou de sair.*

Observa-se que o núcleo retomado no interior da relativa é um nome próprio, cujo referente já é conhecido e sobre o qual é feito um comentário (a “autoria” do conserto da geladeira). A análise como restritiva de uma oração com estrutura semelhante à de (3) só seria possível com a entonação adequada, na oralidade, ou sem as vírgulas, na escrita. Nesse caso, postula-se o convívio do enunciador com dois rapazes chamados Pedro, um dos quais consertou a geladeira e o outro não:

(4) *O Pedro que consertou a geladeira acabou de sair*<sup>4</sup>.

Esses dois tipos de oração relativa (restritiva e explicativa) podem ocorrer de diferentes formas. As três formas básicas de se formar relativas no português, ou seja, as três formas de se relativizar uma dada posição sintática, criando uma oração relativa (OR) foram chamadas pelos linguistas de *estratégias de relativização*. Para o português, foram encontradas três estratégias básicas.

A primeira estratégia, chamada de **estratégia padrão** ou relativa com lacuna, sendo também a única reconhecida pela Gramática Tradicional, apresenta um sintagma preposicionado nas posições mais baixas (como as de objetos preposicionados, oblíquos e genitivos), como em (i) *E um deles foi esse fulano aí, com quem eu nunca tive aula* (TARALLO, 2018[1993]).

A segunda estratégia, denominada **estratégia resumptiva** ou relativa copiadora, apresenta um pronome-lembrante no interior da relativa, como em (ii) *E um deles foi esse fulano aí, que eu nunca tive aula com ele* (TARALLO, 2018[1993]).

O terceiro tipo de OR é denominado **estratégia cortadora**, na qual está ausente a preposição (nos casos em que o sintagma nominal relativizado é objeto de uma preposição), como em (iii) *E um deles foi esse fulano aí, que eu nunca tive aula* (TARALLO, 2018[1993]).

---

<sup>4</sup>Talvez essa diferença seja mais perceptível em dialetos em que não se costuma colocar determinante antes de nomes de pessoas.

Entretanto, nas posições não preposicionadas, como as de sujeito e de objeto direto, as estratégias padrão e cortadora se assemelham, não sendo possível afirmar qual das duas foi utilizada pelo falante, como em (iv) *O livro que terminei de ler hoje é muito interessante*, na qual o *que* tem função de objeto direto, ou seja, uma função não preposicionada. Desse modo, Lucchesi (2015c) classificou esse tipo de oração como **relativa neutra**, termo que também se adota nesta dissertação.

Sobre o movimento nas ORs, observa-se que, na estratégia padrão, ocorre um movimento do sintagma preposicionado (SPrep), que se desloca para uma posição inicial da frase. Esse SPrep ocupa a posição de especificador de CP (sintagma complementizador, na sigla em inglês) e deixa um vestígio (*v*), co-indexado com o morfema movido (*E um deles foi esse fulano aí<sub>i</sub>, com quem<sub>i</sub> eu nunca tive aula v<sub>i</sub>.*), segundo a análise de Brito e Duarte (2003). Nas outras estratégias, também ocorre movimento, entretanto o vestígio controla um resumptivo lexical ou nulo (na estratégia resumptiva e cortadora, respectivamente), segundo a explicação de Kato (1993 *apud* KATO et al, 2018): *E um deles foi esse fulano aí<sub>i</sub>, que v<sub>i</sub> eu nunca tive aula  $\emptyset$ /com ele<sub>i</sub>.*

Outro ponto de interesse no estudo das OR reside no estatuto do relativizador. A questão que se discute é se o elemento que introduz a relativa teria passado a ser um mero complementizador ou se ainda seria um pronome relativo. Brito e Duarte (2003) e Tarallo (1983/1985 *apud* KATO, 1996) defendem que, na estratégia padrão, haveria um pronome relativo introduzindo a OR, enquanto que, nas outras estratégias, haveria o relativizador neutro *que*, que teria a natureza de um complementizador. Diferentemente, Mary Kato (1996) assume que em todas as estratégias há um pronome relativo.

Além disso, a função sintática que esse relativizador exerce no interior da OR é um aspecto importante dessa pesquisa. De acordo com Keenam e Comrie (1977), as funções sintáticas menos encaixadas, como a de sujeito e de objeto, são mais relativizadas do que outras posições, como a de genitivo. Os autores estabeleceram uma escala, chamada de Hierarquia da Acessibilidade (HA), em que as posições mais à esquerda são mais suscetíveis à relativização do que as posições à direita: SU > OD > OI > OBL > GEN > Objeto de comparação (RIBEIRO, 2009, p. 191). Assim, se uma língua tem orações relativas, ela terá pelo menos relativas de sujeito. E se uma língua tem relativa de genitivo, então ela terá relativas com todas as outras funções à esquerda.

Esta dissertação está organizada da seguinte maneira. Seguindo esta *Introdução*, em que se apresentaram as hipóteses principais e o detalhamento do objeto de estudo, no



primeiro capítulo, intitulado *O português popular brasileiro no contexto da polarização sociolinguística*, comentam-se as hipóteses e teorias sócio-históricas que norteiam esse trabalho, a saber: *a polarização sociolinguística*, segundo a qual a divisão social do Brasil reflete-se na língua, através de dados objetivos e avaliações subjetivas do uso da língua; e a hipótese da *transmissão linguística irregular*, que teria causado uma simplificação morfológica na gramática do português brasileiro. Além disso, comentam-se, no final do capítulo, as tendências atuais de mudanças no português popular brasileiro.

No segundo capítulo, *As orações relativas*, observam-se estudos sobre as OR no português, nas línguas em geral e em línguas crioulas, em diversas perspectivas teóricas, como a gramática gerativa e o funcionalismo. Além disso, aborda-se nele a hipótese da Hierarquia da Acessibilidade (HA), a qual elabora algumas propriedades das orações relativas nas línguas humanas, desenvolvendo-se assim pormenorizadamente o fenômeno linguístico em estudo.

No terceiro capítulo – *Enquadramento teórico-metodológico* –, traça-se um panorama da Sociolinguística Variacionista, que constitui a base teórica deste trabalho e apresenta-se a amostra dos dados analisados. Nele também são discutidas as variáveis linguísticas e sociais que foram testadas na pesquisa.

O quarto capítulo – intitulado *Análise dos resultados* – discute os resultados obtidos, à luz das hipóteses que norteiam a pesquisa. É o capítulo que discute detalhadamente o resultado geral e o resultado das variáveis linguísticas e sociais.

No capítulo de *Conclusão*, é feito um balanço sobre as hipóteses iniciais e os resultados obtidos, a fim de retomar o que foi discutido no trabalho e apontar caminhos para futuras pesquisas.

## Capítulo 1

### O português brasileiro no contexto da polarização sociolinguística do Brasil

Este capítulo busca contextualizar o português brasileiro como uma variedade do português que, em função de processos socio-históricos próprios, assumiu uma configuração sociolinguística distinta daquela observada em outras variedades nacionais do português, sobretudo o português europeu. Tendo em vista que “ainda está por ser elaborada uma reconstituição que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente que, reunidos, poderão explicitar e espelhar os processos sócio-históricos e linguísticos” que interagiram na constituição do português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 13), este capítulo – e esta pesquisa como um todo – busca contribuir com este intento.

O português brasileiro (PB) e o português europeu (PE) diferenciam-se em vários aspectos da morfossintaxe, como o paradigma da flexão verbal, a cliticização, o parâmetro do sujeito nulo e o movimento na formação das orações relativas. Em relação ao PE, essa distinção remonta à virada do século XVIII para o século XIX, quando o PE passou por um profundo processo de mudanças fonológicas, que teve fortes implicações no plano da morfossintaxe. No plano socio-histórico, tais mudanças relacionam-se à ascensão da burguesia em Portugal (PAGGOTO, 1991).

No caso brasileiro, a configuração atual do PB remete tanto aos processos de contato entre línguas ocorridos no território brasileiro, reponsáveis pela simplificação morfológica que atingiu sobretudo suas variedades populares, quanto a processos mais recentes ocorridos na nossa história, como a industrialização e a urbanização impulsionadas durante a Era Vargas, processos esses que estão relacionadas ao nivelamento linguístico que diminuiu a distância entre a norma culta e a norma popular. Como consequência desses processos, a polarização sociolinguística reflete a profunda divisão social que caracteriza a realidade brasileira desde o começo da colonização (LUCCHESI, 2015a).

Com o intuito de contextualizar o PB e a polarização sociolinguística que o caracteriza, esse capítulo está assim organizado. Na primeira parte, discutem-se os processos de contato entre línguas que estão na base da formação da polarização sociolinguística, considerando o elemento indígena, o elemento africano e o elemento

européu. A segunda parte discorre sobre a polarização no século XX. A terceira parte discute as tendências atuais de mudança do PB.

### **1.1. Origens da polarização sociolinguística e periodização da história sociolinguística brasileira**

A língua, como um mecanismo dinâmico, atualiza-se em cada contexto sócio-histórico específico. Esse sistema dinâmico se concretiza como produto de múltiplas determinações, não estando, portanto, fora da realidade social em que é utilizado e não atua isoladamente (LUCCHESI, 2015a). Assim, para entender a configuração atual de uma língua, é preciso buscar no passado as causas dos fenômenos do presente (MATTOS E SILVA, 2008), bem como atentar para questões sociais atuais. Como ensinou Mattos e Silva (2004), a história de uma língua se esclarece pela história social e política do povo que usa essa língua.

Este trabalho foi realizado no âmbito do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Filia-se à hipótese da *transmissão linguística irregular* – formulada por Baxter e Lucchesi – e ao conceito de *polarização sociolinguística*, elaborada por Lucchesi, que são tentativas robustas e embasadas de interpretar, com as dificuldades próprias de se fazer linguística histórica, as contingências socio-históricas e linguísticas que ocorreram nesses mais de 500 anos de trajetória e encontros do que veio a ser o Brasil.

Nessa direção, é preciso não perder de vista a afirmação de Mattos e Silva (2004) de que nenhuma idealização teórica pode alçar-se a querer ser intérprete fiel da realidade passada. O certo é que os linguistas ainda têm “muito trabalho pela frente”, a fim de descortinar o passado complexo e recente do PB e, para isso, “muitas histórias têm de ser reconstruídas para que se venha a ter uma história do diversificado português brasileiro” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 12). Ou ainda, como afirma Lucchesi (2009, p. 41), “a compreensão da realidade linguística brasileira atual, bem como de sua formação histórica, constitui um campo de pesquisa ainda a ser devidamente explorado pelos sociolinguistas”. E, nessa grandiosa tarefa, não só os dados históricos, como também os dados linguísticos do presente podem acender uma luz sobre o que ocorreu na história linguística recente. É nessa perspectiva que esta pesquisa se torna relevante, ou seja, ela busca interpretar dados linguísticos do presente a partir de teorias e hipóteses sobre o presente e o passado do PB.

A polarização sociolinguística é um conceito formulado pelo linguista Dante Lucchesi há algum tempo (1994, 1998b, 2001, 2002 e 2006) e que, mais recentemente, foi densamente explorado na obra *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil* (2015a). Este conceito refere-se à divisão axial entre uma norma culta, das classes mais altas, e uma norma popular, das classes mais baixas, considerando que a oposição entre classes não se dá apenas na diferença no comportamento linguístico dos seus membros, mas também na maneira como esses membros avaliam o uso da língua e no modo como as mudanças linguísticas se propagam em cada segmento social (LUCCHESI, 2015a).

A norma culta seria constituída pelos padrões de comportamento linguístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania e é tributária, enquanto norma linguística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império. A norma popular, por seu turno, é definida pelos padrões de comportamento linguístico da maioria da população, socialmente excluída, e é fruto do longo contato do português com diversas línguas indígenas e africanas (LUCCHESI, 2009).

Como a língua não atua isoladamente em relação aos fenômenos sociais, a polarização sociolinguística é o resultado da grande desigualdade social e da grande concentração de renda que ainda hoje marcam a sociedade brasileira. Boa parte da população brasileira ainda vive na pobreza e sem acesso aos espaços fundamentais da cidadania, enquanto que os mais privilegiados ostentam o acesso pleno a bens de consumo e bens simbólicos.

As origens dessa divisão social e linguística, porém, remetem ao início da colonização do Brasil. Se, por um lado, a norma popular é fruto do contato que ocorreu entre indígenas, africanos e portugueses, em situações de marginalização e violência contra os povos subjugados, a norma culta, por seu turno, é herdeira da tradição lusitana.

Os primeiros séculos foram cruciais para a formação do português popular brasileiro. O Brasil, nesse período, era um país essencialmente agrário, com uma economia baseada na produção agrícola, pecuária e extrativismo, havendo, ao longo da nossa história, grandes ciclos de produção (cana-de-açúcar, café, pedras preciosas, etc.). No período em que se efetivou a colonização portuguesa (1532) até meados de 1695, com a descoberta das primeiras pedras preciosas na região de Minas Gerais, o território brasileiro era caracterizado pelo *multilinguismo generalizado* (MATTOS E SILVA, 2004), pois o

português convivia com centenas de línguas indígenas e africanas faladas pela população dominada. Nesse período, o português era apenas uma língua minoritária, falada pela pequena elite colonial. Além dessas línguas, variedades bastante alteradas do português, em virtude do contato, eram faladas pelos descendentes dos africanos escravizados e indígenas.

Portanto, a polarização sociolinguística atual – reitera-se – é fruto do contato e das vicissitudes históricas ocorridos com o elemento indígena, o elemento africano e o europeu, no território que iria ser brasileiro, cada um destes tendo um papel distinto na formação da variedade brasileira do português.

A história linguística brasileira, que não é somente a história da língua portuguesa no Brasil, mostra uma série de encontros e disputas entre povos, línguas e culturas. Uma visão mais global dessa história encontra-se em Lucchesi (2017), numa nova proposta de periodização da história linguística do Brasil. Primeiramente, é preciso atentar-se para a situação linguística do território que viria a ser o Brasil, antes mesmo da chegada dos portugueses. Lucchesi (2017) considera o período anterior à chegada dos portugueses como a *primeira fase* da história linguística brasileira. Nessa altura (1000-1532), os povos tupis expulsaram povos primitivos e o tupi e o tupinambá tornaram-se as línguas mais faladas na costa do Brasil, quando se inicia a colonização portuguesa, no século XVI.

Na *segunda fase*, que vai de 1532 a 1695, o território nacional era caracterizado pelo multilinguismo generalizado, a densidade demográfica era baixa e o português convivia com línguas gerais indígenas e línguas francas africanas; eventualmente, ocorreram processos de pidginização/crioulização do português e centenas de línguas indígenas eram faladas no interior do país.

A *terceira fase* (1695-1930) é dividida em três subfases e é caracterizada por um “amplo, profundo e violento processo de homogeneização linguística” (LUCCHESI, 2017, p. 365). A primeira subfase (1695-1808) é chamada de *primeira vaga de aportuguesamento*. Nela ocorre o ciclo do ouro, que promove o afluxo maciço de portugueses e africanos escravizados. Nesse momento, o Brasil vive o primeiro surto de urbanização do Brasil. O português avança no Sudeste e em outras regiões, com a pecuária. A segunda subfase (1808-1850) caracteriza-se pela vinda da Corte portuguesa e a Independência política. Nesse período, a urbanização se aprofunda, a imprensa é liberada e criam-se escolas secundárias e superiores. A terceira subfase é marcada pelo fim do tráfico negreiro, a principal fonte de multilinguismo do país. Nela ocorre também a imigração

maciça de europeus e asiáticos e a normatização purista e lusitanizante, iniciada em 1808, se acentua. Ocorre também uma grande imigração de portugueses nesse período, favorecendo a lusitanização da língua.

A *quarta fase*, denominada de nivelamento linguístico, compreende o período que começa em 1930 e alcança a atualidade. O sistema político dominado pelas oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais perde força e é suplantado pelo movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas. A industrialização e a urbanização ganham força, a escolarização alcança largos contingentes populacionais e a malha ferroviária e os meios de comunicação se desenvolvem. A industrialização e a urbanização promovem a difusão da norma culta, apagando as marcas mais drásticas do contato entre línguas na norma popular. A norma culta também se afasta do padrão lusitanizado. Entretanto, a concentração de renda, que se mantém, contribui para a manutenção da polarização sociolinguística e fomenta o preconceito linguístico.

## **1.2 A participação indígena na história linguística brasileira**

Inicialmente, a mão de obra utilizada na colonização foi a indígena. Substituindo a estratégia do escambo, o trabalho forçado foi utilizado, sobre os povos autóctones, na extração do pau-brasil. Os jesuítas, missionários da Companhia de Jesus, realizavam o trabalho de conversão e catequização dos indígenas e, para obter sucesso nessa missão, tiveram que adotar a *língua geral* e, inclusive, chegaram a elaborar uma gramática dessa língua. Entretanto, o termo *língua geral* engloba diversas situações de contato entre o português e as línguas autóctones e entre línguas indígenas de famílias distintas. (LUCCHESI, 2009).

Os índios que habitavam a costa e que, portanto, foram os primeiros a terem contato com os europeus falavam línguas muito aparentadas e eram capazes de se comunicarem, utilizando uma espécie de *koiné*, de base tupinambá. Esse é o primeiro sentido do termo língua geral. Os colonizadores portugueses também utilizavam uma versão da língua geral como língua franca, pois, obviamente, precisavam se comunicar com os indígenas. Além dessas situações, língua geral refere-se à versão nativizada predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial de colonização, ou seja, os descendentes de índias e portugueses, sobretudo, aprendiam a língua geral com suas mães e essa versão nativizada foi a que se generalizou em São Paulo, até o século XVIII. Foi a chamada *língua geral paulista*, de base tupiniquim e/ou guarani (MATTOS E SILVA,

2004). No contexto das bandeiras, tem-se o último sentido do termo. Os bandeirantes, na missão de desbravar o interior do país e caçar os indígenas, espalharam a língua geral, que foi utilizada pelos índios de línguas não-tupi. Foi dessa forma que a língua geral chegou até a Amazônia e ainda se mantém em uso, embora de forma diferenciada, sob o nome de *nheengatu* (LUCCHESI, 2009; MATTOS E SILVA, 2004).

A publicação da *Gramática da língua mais falada na costa do Brasil*, em 1595, por José de Anchieta, parece apontar para uma relativa homogeneidade cultural e linguística na costa brasileira. Segundo Mattos e Silva, essa homogeneidade abarcava o litoral, “a partir do Rio Grande do Norte e também na bacia do Rio Paraná, em que predominavam povos indígenas do tronco tupi, sobretudo da família linguística tupi-guarani e em vários pontos litorâneos, os tupinambás e os tupiniquins”, que eram inimigos históricos, mas eram de línguas da família tupi-guarani muito semelhantes (MATTOS E SILVA, 2004, p. 94).

Entretanto, Ayrton Rodrigues (2005) mostra que havia uma grande diversidade de povos no interior mais imediato à costa atlântica, mas foi uma característica da colonização portuguesa privilegiar o conhecimento da língua dos tupinambás – que era realmente a língua mais falada na costa brasileira. Recorria-se, então, a intérpretes indígenas para comunicação com esses outros povos, de modo que poucas gramáticas e dicionários dessas línguas foram feitos. Foram elaboradas gramáticas do tupinambá, da língua kirirí e da língua dos maramonins. Desta última, nenhum manuscrito foi preservado.

Além da língua geral paulista, que avançou pelo interior do Brasil, com as bandeiras, a língua geral amazônica, de base tupinambá, começou a avançar na colonização da Amazônia. Há a hipótese de que tenham existido outras línguas gerais, como a língua geral cariri, nos interiores sertanejos nordestinos, de tronco macro-jê (MATTOS E SILVA, 2004).

Entretanto, as línguas gerais pouco a pouco perdem território para a língua portuguesa, por diversos fatores. A integração do território brasileiro, com o advento do ciclo do ouro e o aumento da imigração portuguesa e africana, foi uma das principais causas desse declínio e o começo da homogeneização linguística do Brasil. Os novos colonizadores portugueses e os africanos escravizados por eles foram desalojando os antigos colonos paulistas e mamelucos, falantes da língua geral; dessa forma, ocorreu o avanço da língua portuguesa sobre a língua geral de base tupi. Porém, apesar desses fatores socioeconômicos mais relevantes, é preciso considerar o Diretório de 1757, que proibia o uso da língua geral. Esse Diretório, segundo Lucchesi, deve ser visto como uma “política

deliberada da Metrópole portuguesa para promover a homogeneização linguística do Brasil, com a imposição da língua portuguesa” (LUCCHESI, 2017, p. 368).

A diversidade linguística dos primeiros séculos traduz-se em números impressionantes. O número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas teria sido cerca de 1,2 mil. Atualmente, o número de línguas indígenas faladas no Brasil ainda impressiona, mas de maneira negativa, pois apenas cerca de 180 línguas sobreviveram à colonização. Rodrigues (2005) chama a atenção para o fato de que, mesmo após a independência e o Império, as línguas indígenas continuaram a desaparecer e hoje ainda estão em vias de extinção:

A redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos foi o efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final desse mesmo século, nem ainda com a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988 (RODRIGUES, 2005, p. 36).

O genocídio indígena é uma das páginas mais tristes da história brasileira. Essa perda irreversível da diversidade cultural brasileira é uma dívida histórica que a sociedade civil nunca poderá pagar e os poucos avanços conquistados pelas etnias restantes, que ajudariam a diminuir nossa dívida, ainda é alvo de crítica e ocorre com muita luta. Como afirma Rodrigues (2005), a preservação das línguas indígenas, hoje em dia, esbarra na ignorância da sociedade majoritária e nos ambiciosos interesses econômicos:

Embora esta tenha sido a primeira carta magna a reconhecer direitos fundamentais dos povos indígenas, inclusive direitos linguísticos, as relações entre a sociedade majoritária e as minorias indígenas pouco mudou. Graças à Constituição em vigor está havendo diversos desenvolvimentos importantes para muitas dessas minorias em vários planos, inclusive no acesso a projetos de educação mais específicos e com consideração de suas línguas nativas. Entretanto, ainda são grandes a hostilidade e a violência, alimentadas não só por ambições de natureza econômica, mas também pela desinformação sobre a diversidade cultural do país, sobre a importância dessa diversidade para a nação e para a humanidade e sobre os direitos fundamentais das minorias (RODRIGUES, 2005, p. 36).

Portanto, essa “trajetória dizimada indígena”, para usar as palavras de Mattos e Silva (2004, p. 14), foi iniciada pelos colonizadores portugueses, mas não foi interrompida, alcançando hoje os limites últimos da Amazônia e de outros refúgios indígenas.



Quando se fala na morte de mais de mil línguas (glotocídio), tem-se em vista tanto o genocídio/etnocídio de povos que falavam as línguas que desapareceram quanto os casos de extinção dessas línguas sem a extinção das etnias/povos indígenas, pois muitos povos deixaram de falar suas línguas originais e adotaram o português. Mattos e Silva (2004) denuncia esse último tipo de glotocídio, com o exemplo da área multilíngue do Tocantins, sudeste do Pará, onde convivem índios do tronco linguístico jê (gaviões e xikrin) e seis grupos do tronco linguístico tupi. Nos grupos indígenas da língua tupi, vem ocorrendo a perda progressiva da língua e o avanço da língua portuguesa. Essa perda varia por grupo, conforme o tempo e o tipo de contato: quanto mais antigo é o contato com o português, menos falantes dominam a língua materna/indígena.

Essa situação, reflete a autora, lança luzes sobre o que pode ter acontecido na história do contato do português com as línguas indígenas. Portanto, os índios ou foram dizimados ou fugiram para as margens geográficas do país. Situação distinta terá ocorrido com os negros, como se verá na próxima subseção.

### **1.3 A participação dos africanos e seus descendentes na história linguística do Brasil**

Os estudiosos vêm apontando para a importância dos africanos e seus descendentes na história linguística do Brasil e na configuração atual do PB (cf. MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2001, 2015a, BAXTER; LUCCHESI, 2009; CASTRO, 2006 e outros). Essa importância é de tal monta que levou Mattos e Silva (2004, p. 93) a argumentar contra a busca de uma simples influência africana na variedade brasileira do português, por entender que *influência* é um termo superficial, devendo-se entender que os africanos e seus descendentes, “adquirindo necessariamente a língua dos colonizadores, a portuguesa, como língua segunda, na oralidade do cotidiano diversificado e multifacetado, sem o controle normatizador explícito da escolarização, reestruturou o português europeu”, que se transformou em outra variedade nacional. Portanto, o elemento negro desempenhou um papel bem mais importante no processo de constituição de nossa realidade linguística atual do que o elemento indígena (MATTOS E SILVA, 2004; LUCCHESI, 2009).

Por fatores culturais – a inadaptabilidade ao trabalho forçado – e religiosos – a campanha dos jesuítas a favor dos indígenas –, mas, sobretudo, por causa do grande lucro que o tráfico negreiro proporcionava, a mão de obra indígena foi substituída pelos africanos trazidos através do tráfico negreiro. Além disso, as “expedições punitivas” e as moléstias adventícias, contra as quais os povos indígenas não haviam desenvolvido

qualquer imunidade, acabavam por dizimar as populações autóctones, que se refugiavam nas regiões mais distantes e inacessíveis do território brasileiro.

Dessa forma, os africanos escravizados começaram a ser importados, já no século XVI, para trabalhar nas grandes lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro, sobretudo na Bahia e em Pernambuco. Além do trabalho braçal, os africanos eram empregados em tarefas domésticas e em serviços urbanos, diferenciando-se mais uma vez dos indígenas, que não se adaptavam à vida urbana; ou ainda chegaram às funções de controle de produção ou de repressão – como capatazes ou capitão-do-mato. Os africanos e seus descendentes garantiram a atividade produtiva do país, ao longo de mais três séculos, trabalhando nas lavouras de açúcar, no extrativismo mineral – durante o ciclo do ouro –, e na produção do café – no século XIX. Mas, apesar de terem construído esse país, não lograram alcançar os espaços de cidadania e poder. Toda essa situação parece favorável à ocorrência de línguas pidgins e crioulas no seio dessa população vinda da África, entretanto alguns fatores podem ter inibido a formação dessas línguas.

Segundo Lucchesi (2019), a princípio, as lavouras de cana-de-açúcar são o ambiente ideal para a ocorrência de pidginização e crioulição, como ocorreu no Caribe. O confinamento dos africanos escravizados nas senzalas favoreceria a formação de línguas crioulas, por conta do isolamento/segregação desse contingente populacional, condição crucial para a crioulição. Entretanto, Lucchesi (2019) alerta para a importância de se analisar a situação tanto no plano objetivo quanto no plano subjetivo. No plano objetivo, ocorre a separação física dos africanos escravizados, que vivem em grandes galpões e são controlados por um pequeno número de capatazes e senhores. Porém, no plano subjetivo, o que ocorre é a ação de mecanismos de relações sociais que favorecem ou desfavorecem a integração dos africanos escravizados e seus descendentes na sociedade colonial. No caso brasileiro, como se verá adiante, houve uma integração maior dos africanos escravizados do que aconteceu nas colônias inglesas, francesas ou holandesas, por diversas razões.

Para poder dimensionar a forma como o contato entre línguas se processou ao longo da história, os níveis que atingiu e as consequências para o panorama linguístico brasileiro contemporâneo, é preciso entender como os contingentes de africanos escravizados se integraram à sociedade brasileira e como assimilaram e concorreram para o desenvolvimento do português, que se tornou a língua hegemônica no Brasil (LUCCHESI, 2009).

Nesse sentido, as questões cruciais que Lucchesi (2009) levanta para o entendimento desse panorama linguístico e da configuração atual do PB, são as seguintes:

- (i) número de escravos africanos trazidos para o Brasil e o impacto, em termos demográficos desse contingente sobre a composição étnica da sociedade brasileira
- (ii) origem geográfica e caracterização etnolinguística dos africanos e sua distribuição pelo território brasileiro
- (iii) formas de interação desses indivíduos, nos níveis social, cultural e linguístico, com o grupo dominante (LUCCHESI, 2009, p.58)

Em relação à demografia, é importante destacar que os africanos importados somaram cerca de três milhões e meio de indivíduos, durante cerca de três séculos, um número expressivo que certamente teve um impacto na formação da língua no Brasil. Os brancos, por sua vez, representavam 40% da população no final do século XVI. Na Bahia e em Pernambuco, predominava o segmento branco e africano, enquanto que em São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a presença dos índios era mais forte.

No século XVIII, o ciclo das minas favorecerá o aumento de africanos na colônia, porém, o segmento branco crescerá mais ainda, atraído pelo enriquecimento que as minas prometiam. Além disso, o número de mestiços aumenta nesse período, graças à maior presença dos colonizadores brancos. No século XIX, ocorre o aumento da imigração portuguesa e europeia e o número de negros e mestiços também continua a crescer. O quadro de Mussa (1991) resume a situação da demografia brasileira do século XVI ao XIX:

**Quadro 1 – População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX**

ETNIA	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801- 1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

A demografia do Brasil Colônia argumenta contra a presença, em níveis demográficos representativos, de uma língua crioula de base portuguesa. Os africanos e negros só atingem o ápice da população no final do século XVII; nesse século, podem ter ocorrido processos crioulizantes em níveis mais intensos e representativos, entretanto, nos séculos XVIII e XIX, ocorre o aumento do segmento branco e mestiço, o que desfavoreceu a crioulização e os africanos terminam o século XIX constituindo apenas 15% do total da população. O número de indivíduos brancos (i.e., falantes de português) nunca foi inferior a 30% e chegou mesmo a constituir quase a metade da população, no século XIX; ou seja, esse número nunca foi inexpressivo o bastante para favorecer o surgimento de um crioulo de base portuguesa, pois o acesso à língua-alvo foi bem maior do que nas situações mais típicas de crioulização e o nível de crioulização é inversamente proporcional à facilidade de acesso aos modelos da língua-alvo (LUCCHESI, 2009).

As condições de vida dos escravizados africanos também argumentam contra a formação de um crioulo brasileiro. De modo geral, esclarece Lucchesi (2009), os africanos no Brasil não viveram em condições de vida que propiciassem a crioulização, a qual acontece geralmente da seguinte forma:

A crioulização depende de forma crucial da nativização da língua-alvo, o que, por sua vez, passa pela socialização do uso dessa língua-alvo pela população dominada. A socialização da língua dos dominantes entre a dominada e a sua nativização colocam essa língua precariamente adquirida diante de necessidades expressivas comunicativas novas e que não se apresentavam na simples interação imperativa com os indivíduos do grupo dominante. As lacunas do antigo código de emergência são então preenchidas através da gramaticalização, decalcadas ou não das estruturas originais das línguas do substrato, de formas lexicais da língua-alvo, retidas na aquisição do código de emergência. Esse processo de reestruturação é fundamental nos casos típicos de crioulização (LUCCHESI, 2009, p. 63).

A socialização da língua-alvo, no caso brasileiro, foi prejudicada, pois a maioria dos africanos escravizados vivia em situações críticas, que não lhes permitia o acesso qualquer forma de vida familiar ou social. O ciclo de vida no trabalho não passava de sete anos, devido às condições desumanas da escravidão. Dessa forma, os africanos escravizados não tinham chances de constituir família ou procriar. Além disso, o número de homens escravizados era superior ao de mulheres (proporção de 3 para 1) e a taxa de mortalidade infantil era alta.

Os deslocamentos ocorridos na história brasileira, das lavouras do Nordeste para as regiões das minas, no século XVIII, e destas para as lavouras de café, no século XIX, também dificultou a socialização do português, pois esses deslocamentos acabavam por desarticular os agrupamentos formados ou os embriões de núcleos familiares.

Outro fator que inibiu a criouliização do português foi uso de línguas francas africanas. Apesar de os senhores de engenho tentarem evitar a homogeneidade etnolinguística dos africanos escravizados, o predomínio de falantes de línguas bantos e as semelhanças entre essas línguas podem ter favorecido o uso de línguas francas, durante todo o período de escravidão. Segundo Lucchesi, predominaram, nos três séculos, os africanos escravizados trazidos da zona linguística banto (falantes de quimbundo, quicongo e umbundo), de modo geral. O predomínio banto, principalmente nos séculos XVI e XVII, favoreceu a formação de línguas gerais africanas no Brasil. No século XVIII, parece ter acontecido uma divisão do tráfico em duas correntes principais: uma corrente levava escravizados de línguas banto para as regiões de Pernambuco e Rio de Janeiro (que os distribuía para as minas), e outra levava escravizados da região da Costa da Mina, do grupo linguístico kwa (sobretudo iorubá), para a Bahia. É possível então que tenha havido o uso corrente de línguas africanas de base quimbundo no Sudeste. Na Bahia, uma língua franca iorubá – hoje restrita aos rituais religiosos – foi utilizada no século XIX, conforme atestado por Nina Rodrigues (apud LUCCHESI, 2009).

Além desses fatores, a integração do negro na sociedade contribuiu para a ausência de crioulos de base portuguesa no Brasil. Nas lavouras, certamente, estavam a maior parte dos escravizados, entretanto há que se considerar também aqueles que eram destinados aos serviços urbanos e aos trabalhos domésticos. Estes últimos tinham, provavelmente, “um maior acesso à língua-alvo e adquiriam uma variedade de português mais próxima da língua de seus senhores” (LUCCHESI, 2009, p. 67). A proficiência em português trazia vantagens aos escravizados, pois poderiam trabalhar na casa-grande e comandar a senzala (CASTRO, 1990, apud LUCCHESI, 2009).

O africano escravizado que trabalhava na mineração, por sua vez, também se diferenciava do africano escravizado da zona rural e isso trouxe importantes consequências sociolinguísticas. O trabalho do africano escravizado na mineração, afirma Castro (1990 apud LUCCHESI, 2009, p. 68), “se destacava por ser fruto do seu esforço individual, o que lhe dava mais possibilidades de comprar ou adquirir a liberdade, tornando-se ele próprio comerciante, traficante, minerador, negro de ofício, a bem dizer, estabelecido num

trabalho autônomo”. Essa possibilidade de autonomia e ascensão social facilitava a integração do negro aos padrões culturais e linguísticos dominantes.

Finalmente, a miscigenação racial minimizou as chances de surgimento de crioulos no Brasil. O número de mestiços veio crescendo ao longo do período de colonização, o que deve ser considerado na análise da história sociolinguística do Brasil. O mestiço tinha uma posição particular que lhe permitia transitar entre o mundo dos brancos e o mundo dos negros, e favorecia uma maior integração na sociedade, uma vez que a tendência é buscar a integração na cultura dominante. A condição social do mestiço e sua representatividade demográfica lhes proporcionavam condições mais favoráveis à integração cultural e à ascensão social do que a dos africanos (ou *negro crioulo*). São inegáveis as consequências, no plano linguístico, do esforço do mestiço em se integrar aos padrões culturais da sociedade branca. Na realidade, o próprio fato de existirem muitos mestiços prova que a colonização dos portugueses diferenciava-se da de outros europeus, apesar da crueldade da escravidão em todos os casos. As características culturais e religiosas dos portugueses permitiram a miscigenação, que, reitera-se, desfavorece a crioulição (LUCCHESI, 2019).

Lucchesi (2019) apresenta novas informações e argumentos que esclarecem um pouco mais as razões de não ter havido crioulição no território brasileiro. Uma dessas razões foi a existência de um grande número de propriedades com um número reduzido de escravizados. Nesses ambientes, a assimilação destes era mais fácil e a segregação não ocorria como ocorria na senzala.

Portanto, todos esses fatores desfavoreceram o surgimento de línguas crioulas de base portuguesa em território brasileiro, como ocorreu em outras colônias. Entretanto, o que pode ter ocorrido no contato do português com as línguas africanas foi um *processo de transmissão linguística irregular do tipo leve*, que não reestruturou profundamente a gramática da língua portuguesa, mas afetou alguns aspectos gramaticais, nas suas variedades populares.

### **1.3.1 A transmissão linguística irregular**

A *transmissão linguística irregular* é um conceito amplo que é utilizado para explicar “os processos históricos de contato maciço entre povos de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI e XIX”, no contexto do colonialismo europeu na África, Ásia e Oceania (LUCCHESI, 2009, p. 101).

Nessas situações de dominação, a língua do grupo dominante (língua-alvo ou língua de superstrato) se impõe sobre as diversas línguas faladas pelos africanos. Os grupos humanos subjugados têm, então, de adquiri-la e tal aquisição não se dá de forma ordenada, mas em condições bastante adversas de aprendizado, em função da situação violenta que esses grupos vivenciam. As variedades que se formam nessas condições servem de base para a aquisição de língua materna das novas gerações. Esse é o processo de nativização da língua dominante.

Porém, a nativização da língua de superstrato também não acontece de maneira regular ou ordenada, pois

os dados linguísticos primários que as crianças que nascem nessas condições dispõem para desenvolver sua língua materna provém praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas ente os falantes adultos de outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais (LUCCHESI, 2009, p. 101).

Essa situação difere-se da transmissão linguística geracional regular, em que as crianças, num contexto de mais dignidade e segurança, dispõem de dados linguísticos mais completos fornecidos pela língua materna de seus pais.

O conceito de *transmissão linguística irregular* (TLI) tem sido utilizado por Baxter e Lucchesi (2009) para explicar os processos socio-históricos que estão na base da formação das variedades populares do PB. O fato de não se terem formado crioulos no território brasileiro, ao longo de mais de três séculos de colonização, não descarta a forte possibilidade de terem ocorrido processos de transmissão linguística irregular de tipo leve. Segundo o linguista,

a aquisição precária do português pelos escravos trazidos da África e pelos índios integrados na sociedade brasileira e a nativização desse modelo defectivo de português como língua segunda nas gerações seguintes de seus descendentes endógamos e mestiços desencadearam um processo de transmissão linguística irregular que teve importantes consequências para a formação da atual realidade linguística brasileira, nomeadamente para as suas variedades populares (LUCCHESI, 2009, p. 71).

Diferentemente da crioulação, que causa a reestruturação original da gramática da língua de superstrato, a transmissão linguística irregular de tipo leve se caracteriza pela

simplificação morfológica e/ou eliminação de certas estruturas gramaticais. A marca mais evidente desse processo é a ampla e massiva variação no emprego das regras de concordância. Além desse, outros aspectos da gramática evidenciam processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas, como o movimento no interior das orações relativas, os pronomes reflexivos, a indeterminação do sujeito, a perda de dativo etc.. (RIBEIRO, 2009; LUCCHESI, 2009).

#### **1.4 O contato entre línguas e o avanço da língua portuguesa no território brasileiro ao longo dos séculos**

Como explicado na subseção 1.2, a inadaptabilidade dos indígenas ao trabalho forçado, entre outros fatores, levaram os colonizadores a buscar outra mão de obra que desse conta de sustentar o empreendimento colonialista. A demanda dos emergentes e prósperos engenhos de cana de açúcar que começaram a surgir no Nordeste já no século XVI era crescente. Os engenhos se revelaram como o mais dinâmico empreendimento colonial do Brasil nesse período. Assim, o tráfico negreiro – negócio altamente rentável – forneceu a mão de obra que a monocultura açucareira precisava e milhões de alogotas africanos passaram a habitar o território nacional. Em meados do século XVI, os primeiros africanos chegavam à colônia e no final deste mesmo século, eles ocupavam majoritariamente a base da sociedade colonial brasileira. A língua portuguesa avançava, então, a partir da Bahia e de Pernambuco, enquanto que a língua geral predominava em São Paulo, no Maranhão e no interior do país (LUCCHESI, 2009).

O empreendimento açucareiro produzirá uma cultura patriarcal centrada na figura do senhor de engenho, a qual representa bem as bases históricas da polarização sociolinguística brasileira. As imagens da casa grande e da senzala flagram a separação de dois universos: o espaço dos brancos/europeus – cujos descendentes são os falantes cultos de hoje – e o espaço dos africanos e seus descendentes – que são os antepassados dos atuais falantes da norma popular (LUCCHESI, 2009).

Por representar o maior contingente populacional do período, a mão de obra africana escravizada teve um papel de mais destaque na formatação e difusão da língua portuguesa no território brasileiro (MATOS E SILVA, 2004). É possível que os africanos tenham tido contato com a língua geral, mas desde cedo, os africanos tiveram contato com o português. É possível também que, em alguns agrupamentos mais homogêneos, os



africanos escravizados tenham se comunicado em uma língua franca africana (cf. subseção 1.2).

Por outro lado, o cultivo de uma língua ligada aos padrões da metrópole, que predominará na fala dos administradores, altos funcionários e eclesiásticos, principalmente nos ambientes mais finos da época (Salvador e Recife) favorecerá o avanço do português. Na casa grande, nas grandes propriedades rurais, os africanos escravizados que trabalhavam nos serviços domésticos, mais proficientes na língua portuguesa, também influenciavam a língua dos seus senhores, impregnando-lhe as marcas da TLI (LUCCHESI, 2009).

Com o declínio da economia açucareira e com a descoberta das primeiras jazidas de ouro na região de Minas Gerais, a partir do final do século XVII, a dinâmica econômica muda e o deslocamento de um contingente de africanos escravizados – muitos deles foram vendidos pelos senhores de engenho, já em decadência – que o empreendimento da mineração precisava contribuirá ainda mais para que a língua portuguesa ganhe mais força no território brasileiro. Além disso, muitos portugueses aventureiros vieram para a colônia em busca do enriquecimento rápido que as minas de ouro e diamante prometiam, no que se denomina *primeira onda de lusitanização* do território brasileiro (LUCCHESI, 2009). O crescimento demográfico da população foi expressivo, passando de 300 mil indivíduos para 3,3 milhões, ao longo do século XVIII. A língua portuguesa também avançava do Nordeste para o Sudeste, através do curso do rio São Francisco, por conta da pecuária na Bahia, que abastecia o mercado consumidor de Minas Gerais. Essa nova atividade econômica diminuiu drasticamente as chances de ocorrer crioulistização no Nordeste, pois era uma atividade dinâmica e que não promovia o isolamento do segmento negro (LUCCHESI, 2019).

A riqueza produzida pela mineração fez surgir importantes centros urbanos, como Vila Rica e São João Del Rey, na região de Minas Gerais. O Rio de Janeiro, entretanto, foi o centro urbano mais beneficiado, pois passou a ser o maior porto importador de africanos escravizados do país e tornou-se a capital da colônia em 1763. O surto de urbanização do Sudeste provocado pelo empreendimento da mineração favorecerá uma cultura letrada na região e a preponderância das variedades mais normatizadas do português, criando as condições para uma produção literária mais consistente e uma maior difusão de padrões institucionalizados da cultura e da língua (LUCCHESI, 2009 e 2017). É justamente nesse período que surgem os poetas do movimento literário arcadista. Ainda assim, esse

desenvolvimento estava aquém da riqueza produzida, pois a Metrópole abocanhava a maior parte da riqueza, favorecendo movimentos de insurreição. Nesse período, também estava em formação, mesmo nas camadas altas, uma variedade de português brasileiro já diferenciada da variedade europeia.

De qualquer forma, assim como a cultura açucareira do Nordeste, a mineração não provocou mudanças na dinâmica social do país. Os africanos e descendentes, a mais numerosa população desse período, continuavam marginalizados e continuavam a assimilar o português precariamente, mantendo-se, assim, a dualidade sociolinguística que marca a socio-história do PB. Além disso, o português tinha de conviver com as línguas francas africanas que a população escrava utilizava para se comunicar. Fora da influência cultural lusitana, variedades pidginizadas do português continuavam a ser utilizadas pelos africanos escravizados e seus descendentes. (LUCCHESI, 2015a).

A partir do século XIX, o plurilinguismo generalizado começa a perder força no território brasileiro, e o português avança sobre o país. Os fatos que justificam esse domínio da língua portuguesa são a vinda da família real para o Brasil, em 1808, o fim do tráfico negreiro, em 1850, e entrada de imigrantes europeus e asiáticos (no fim do século XIX e começo do XX) no país.

A vinda da família real resultou em transformações econômicas, sociais e culturais que acabaram favorecendo a independência do Brasil, em 1822. No Rio de Janeiro, por exemplo, a urbanização e a instalação de membros da elite portuguesa, acompanhados de comerciantes, intelectuais e artistas de outras nacionalidades europeias, transformou-a numa grande cidade. Desde séculos passados, portugueses vinham ao Brasil Colônia em busca de riqueza e aventura, como foi relatado no período da mineração. Dessa vez, porém veio um grupo orgânico e que constituía a elite cultural e política da época. Foram cerca de 25 mil membros da elite portuguesa que adentraram o país, após fugir das tropas napoleônicas. Essa emigração promoveu um surto de urbanização que transformou o Rio de Janeiro, que já vinha ganhando importância no cenário nacional, na maior urbe brasileira até meados do século XX (LUCCHESI, 2015a).

Segundo Lucchesi (2009; 2015a, 2017), a vinda da Corte desencadeia todo um processo de mudanças políticas, econômicas e sociais, o qual terá como consequência a independência política do Brasil, em 1822, e a sua constituição como um estado autônomo.

Além da importância e das consequências políticas e culturais desse episódio, a chegada da família real favoreceu ainda mais o avanço da língua portuguesa e a

homogeneização linguística do país. Esse momento histórico é denominado por Lucchesi (2015a) de *segunda onda de lusitanização* do território brasileiro, devido ao grande número de portugueses que aqui chegaram.

O sistema socioeconômico sofre uma grande alteração nesse momento, com o início da produção do café no Sudeste, principal fonte de riqueza nacional do período. Os principais centros de produção de riqueza do país são o Vale do Paraíba e, posteriormente, o Planalto Paulista, regiões que passaram a abarcar o contingente de africanos escravizados das minas exauridas, de modo que se manteve o deslocamento desse contingente populacional para o sul do país, através do tráfico interno, como acontecera no ciclo da mineração (LUCCHESI, 2009).

A grande mudança, no plano socioeconômico, ocorrida no século XIX foi o progressivo enfraquecimento do tráfico negreiro até a sua extinção e o fim da escravidão. A Inglaterra mantinha fortes relações comerciais e políticas com o Brasil e, ao contrário deste, que era um país quase que essencialmente agrário, com a economia baseada na monocultura do café, o país da rainha Vitória estava em plena Revolução Industrial e, por isso, precisava de um mercado consumidor que absorvesse o excedente de produção. A Inglaterra passa, então, a pressionar o governo brasileiro a acabar com a escravidão. Assim, em 7 de novembro de 1831, a Inglaterra publica uma lei que declarava livres todos os africanos escravizados que chegassem do estrangeiro aos portos brasileiros e considerava os traficantes como infratores. Entretanto, essa lei não surte efeito e os cafeicultores do Vale do Paraíba continuam a praticar o tráfico. As novas fazendas que se abriam no interior de São Paulo, por outro lado, passam a liderar o processo de mudança do sistema para o trabalho assalariado. Em 1850, finalmente, o tráfico negreiro no Brasil é efetivamente proibido (LUCCHESI, 2009).

Em 1889, o evento que passou para a história com o nome de Proclamação da República e também a queda do Império correspondem, no plano socioeconômico, ao declínio da economia escravista do Vale do Paraíba e à ascensão ao poder dos grandes fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais (LUCCHESI, 2009).

O fim do tráfico negreiro, junto com o processo de urbanização decorrente da vinda da família real em 1822, desfavoreceu o multilinguismo no país, primeiro porque a população indígena estava sendo dizimada e se protegia em terras longínquas e de baixa densidade demográfica, resultando no multilinguismo localizado que caracteriza nosso país atualmente (MATTOS E SILVA, 2004); e depois porque o fim do tráfico de africanos

escravizados propiciou a importação de mão de obra europeia e asiática, o que acabou colaborando com o avanço de uma cultura europeia no país. O Brasil caminhava rumo à homogeneização linguística.

Entretanto, o fim da escravidão, oficialmente em 1888, não resultou no aproveitamento da mão de obra formada pelo contingente de ex-escravos e seus descendentes, os quais foram excluídos do processo de produção, em detrimento dos europeus e asiáticos. A imigração destes passou a ser estimulada pelo governo brasileiro, inclusive com doação de terras, num projeto de “branqueamento” do país. Não houve, portanto, a assimilação dos contingentes da base da pirâmide social ao mercado consumidor e ao espaço da cidadania nem uma política que tentasse reparar ou minimizar os efeitos do violento processo da escravidão, como uma política de distribuição de terra. Os negros, então, passaram a ocupar as periferias das grandes cidades, espaços não planejados e sem infraestrutura adequada, resultando na exclusão social e proliferação da violência urbana. Os indivíduos que habitavam a zona rural não foram mais felizes, tendo que se deslocar para os grandes centros urbanos, em busca de emprego e melhores condições de vida.

A imigração de italianos, alemães e japoneses, na análise de Lucchesi (2001, 2009, 2015a) tem um papel importante na dinâmica entre as duas grandes normas. Entre o final do século XIX e o início do XX, o Brasil recebeu mais de três milhões de imigrantes europeus e asiáticos. A maioria desses indivíduos ingressou na base da pirâmide social. Muitos foram trabalhar nas lavouras de café ou em outras culturas agrícolas. O modelo de língua mais acessível que esses novos trabalhadores braçais tinham contato. Para a aquisição do português, era aquele falado pelos capatazes e pelos trabalhadores braçais locais, os quais eram ex-escravos ou descendentes destes. Assim, o modelo de que dispunham era o português popular alterado pela situação de contato com as línguas africanas. Como ascenderam rapidamente na escala social, esses imigrantes puderam levar para a norma culta algumas marcas da aquisição precária do português pelos africanos e descendentes. Essa foi uma das formas que certas estruturas da camada popular penetraram nas camadas médias e altas, implementando mudanças “para baixo” existentes atualmente no português culto.

No fim do novecentos, o Brasil continuava a ser um país agroexportador, baseado na superexploração do trabalho e com um reduzidíssimo mercado consumidor interno. Portanto, os avanços na conjuntura nacional e a mudança no regime político (o Brasil passa

a ser uma república) não alteraram a dura realidade econômica e social. A grande massa formada pelos ex-escravos, pelos mestiços e pelos brancos pobres ficou excluída do capitalismo que nascia e a homogeneização linguística que se firmava é fruto da imposição da língua dominante “em um processo de violenta opressão simbólica e cultural” (LUCCHESI, 2015a, p. 88) e não da assimilação do contingente de ex-escravos, que, como foi dito, não aconteceu.

Nesse momento, o português deixa, então, de opor-se a línguas distintas (indígenas e africanas) e passa a ter uma “oposição interna”, com duas grandes normas representando a grande divisão social do país. Como argumenta o linguista, “se a polarização deixou de opor línguas distintas – o português da elite colonizadora *versus* as línguas indígenas e africanas dos grupos subjugados – ela ainda se manteve no limiar do século XX, muito próxima a uma situação de *diglossia*” (LUCCHESI, 2015a, p. 88). Isto ocorreu porque nessa época a maior parte da população (75%) era analfabeta, portanto a fala da elite brasileira era bastante diferente da fala da maior parte da população, que poderia mesmo falar variedades bastante alteradas do português.

A outra vertente de formação da língua no Brasil ficou restrita à pequena elite que aqui se instalou. Numericamente reduzida, a elite habitava os pequenos centros urbanos e era herdeira dos valores lusitanos. A manutenção de um padrão linguístico e cultural conservador por parte desses descendentes de portugueses, sobretudo nas instituições oficiais, como escolas, perdurou até o início do século XX, pois com a chegada da família real, a maioria dos professores de língua portuguesa era oriunda de Portugal (LUCCHESI, 2001). Entretanto, já no século XIX, a *norma culta real* passa a divergir, por diversas razões e em alguns aspectos, dessa norma padrão já idealizada e baseada no modelo lusitano e que era ensinada nas escolas. Isso resultou em disputas ideológicas que acendeu um debate sobre a língua no Brasil nesse período e que envolveu o político e escritor José de Alencar (FARACO, 2012).

De qualquer modo, nos primeiros séculos de colonização, enquanto o português era aprendido de forma abrupta, no contexto da violência da escravidão, e sendo nativizado pelos descendentes dos africanos, a elite instalada no país era devota dos valores culturais lusitanos e exibia um comportamento linguístico conservador. Porém, a partir do século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, o fim da escravidão e a imigração de italianos e alemães, essa norma culta passa a se alterar (cf. seção 2) e, no começo do século XX, as mudanças na norma culta se aceleram. A queda na frequência de uso do sujeito

nulo, por exemplo, se intensifica no referido período, como consequência das profundas transformações sociais pelas quais o Brasil passava (TARALLO, 1993).

### 1.6 A polarização sociolinguística no século XX

Lucchesi (2015a) faz uma análise de como o processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira ocorrido no século XX contribuiu para o nivelamento linguístico que atenuou a clivagem existente entre a norma culta e a norma popular – a polarização sociolinguística

Essa dualidade linguística revela as contradições internas da nossa história social e política, a qual reflete duas lógicas distintas e antagônicas, a lógica da mudança e progresso, por um lado, e a do conservadorismo, por outro. A história brasileira no século XX é, portanto, orientada por esses dois vetores. A política brasileira alternou, ao longo desse período, entre dois modelos antagônicos de gestão: um modelo que promovia reformas econômicas e sociais e buscava fortalecer a economia e a indústria nacional (*modelo nacional-desenvolvimentista*); e um modelo que promovia uma maior concentração de renda e abertura ao capital estrangeiro (*modelo conservador*). Os diversos políticos que ocuparam a cadeira presidencial ao longo desse período filiaram-se a um desses modelos ou agiram segundo as duas lógicas, contribuindo para atenuar ou aumentar a concentração de renda e a desigualdade social no país (LUCCHESI, 2015a).

De todo modo, é o século XX que verá a industrialização e a urbanização tomarem proporções não vistas no Brasil até então, que passa de um país agrário, com a economia concentrada na cultura do café, a um país industrializado e urbanizado. O fenômeno da urbanização foi tão intenso que transformou São Paulo e o Rio de Janeiro, já na década de 1970, em verdadeiras megalópoles.

A quebra da bolsa de Nova Iorque contribuiu decisivamente para o fim da monocultura do café e a criou as condições para a Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas na presidência. Vargas foi responsável por iniciar efetivamente o processo de industrialização brasileiro, fato que teve importantes consequências sociolinguísticas. Entre essas consequências, a urbanização é uma das mais importantes para entendermos a história sociolinguística do PB.

A industrialização e a concentração fundiária, fatos que marcam nossa história e que levam à exclusão social do homem rural, tiveram com uma das consequências o deslocamento de uma grande massa populacional do campo para a cidade. O contingente

de falantes oriundos do campo que passou a ocupar os grandes centros urbanos foi extraordinário, saindo de 10,7%, em 1920 e chegando a 84,4% atualmente (LUCCHESI, 2015a).<sup>5</sup> Ora, se uma das vertentes da formação da língua no Brasil ocorreu no interior do país, longe dos grandes centros urbanos da época (LUCCHESI, 2015a, 2002), o êxodo rural trouxe para áreas urbanas as variedades do português alteradas pelo contato entre línguas forjado nessas áreas rurais isoladas. Desse modo, o que era variação diatópica passa a ser variação diastrática.

Nesse deslocamento, variedades rurais, que antes estavam isoladas, passam a ter contato com o padrão culto. Esse contato entre as normas urbanas e rurais ajudou a diminuir o fosso linguístico existente entre as duas normas, porém, não de modo satisfatório, ou seja, com as camadas populares oriundas do meio rural assimilando o padrão urbano culto, como ocorreu nos países que participaram da Revolução Industrial (LUCCHESI, 2015). Ocorre que, no caso brasileiro, uma boa parte desses retirantes não conseguiu se inserir efetivamente no processo produtivo, ficando excluídos socialmente. Segundo Lucchesi, “esses indivíduos ficaram no meio do caminho, entre o universo rural que deixaram para trás e o universo urbano no qual não conseguiram entrar” (LUCCHESI, 2015, p. 147).

Outro fato importante nesse nivelamento linguístico foi a construção de rodovias que integraram todas as regiões do território nacional, facilitando o deslocamento dos falantes e, portanto, o contato entre as duas grandes normas brasileiras. Os meios de comunicação de massa fizeram com que a norma culta alcançasse e influenciasse os falantes da norma popular, chegando inclusive às regiões mais isoladas do vasto território nacional. Atualmente, são poucos os lares que não possuem um aparelho televisivo ou um rádio.

A escolarização também minimizou a distância entre as duas normas, mas a industrialização e a urbanização brasileiras, em virtude de suas particularidades, não conseguiram a efetiva difusão da norma linguística socialmente valorizada. A plena escolarização, no Brasil, ainda é privilégio de poucos. Somente 26% dos brasileiros são plenamente alfabetizados<sup>6</sup>. Desse modo, os indivíduos das classes populares ainda exibem marcas do contato linguístico ocorrido na história brasileira. Esses são, portanto, os fatores que estão na base da formação da norma popular na sua história mais recente (século XX).

---

<sup>5</sup>O autor utiliza dados do IBGE.

<sup>6</sup>Dados do Instituto Paulo Montenegro, retirados de Lucchesi (2015a, p. 151)

Além da distância entre a norma culta e a norma popular, existe uma diferença entre a norma culta e a norma padrão no Brasil, o que acaba causando uma sensação de insegurança linguística entre os brasileiros. A norma culta é herdeira da tradição lusitana, divergindo em partes, porém, da norma padrão oficial. Em virtude de diversos acontecimentos, “a partir de 1930, o comportamento linguístico da elite letrada brasileira (...) foi-se afastando crescentemente do padrão lusitanizado que a elite racista e reacionária havia fixado no final do século XIX e que até hoje se perpetua (...) nas gramáticas brasileiras” (LUCCHESI, 2015a, p. 163). Dessa forma, alguns fenômenos linguísticos, como o incremento na realização do sujeito pronominal e no emprego do objeto nulo, figuram hoje na fala culta, embora a gramática normativa ainda os condene. Essa divergência entre o uso efetivo da língua pelos falantes altamente escolarizados e a prescrição gramatical é reflexo dessa dualidade já explicada acima. Para Lucchesi (2015a, p. 168), essa situação reflete uma disputa entre *a renovação da cultura e as formas de representação social* e *a manutenção de um discurso hegemônico autoritário e conservador*, que é, pode-se dizer, uma característica marcante da nossa cultura.

Portanto, o nivelamento linguístico não ocorreu de modo satisfatório, com as camadas populares dominando a norma culta, e não houve uma ascensão social e uma distribuição de renda que favorecesse os indivíduos historicamente excluídos. Apesar disso, há de se admitir que a penetração da norma culta através dos meios de comunicação (sobretudo rádio e televisão), o desenvolvimento da malha rodoviária e a massificação da escolarização ajudaram a diminuir a distância que existia entre as duas normas. A falta de concordância verbal, por exemplo, é um fenômeno que ocorre nas duas normas, com a diferença na frequência de implementação da regra.

### **1.7 Tendências atuais de mudança no português brasileiro**

Atualmente, a tecnologia e o maior alcance dos meios de comunicação de massa, entre outros fatores, favorece um nivelamento linguístico entre variedades distantes. Existe um *continuum* que vai desde a variedade mais afastada do padrão e mais afetada pelo contato entre línguas – falada pelas comunidades afrobrasileiras isoladas – até a variedade popular mais central e mais sujeita ao nivelamento linguístico institucional – a variedade popular urbana – passando por aquelas que, intermediárias, refletem a ação dessas forças antagônicas – o português popular do interior<sup>7</sup>. Portanto, existe uma diferença entre as

---

<sup>7</sup> <http://www.vertentes.ufba.br/2a-etapa/geral>



variedades populares relacionadas à urbanização e o maior contato com os meios de comunicação.

A análise de Lucchesi (2015b), sobre o português popular de Salvador – uma variedade popular urbana, ressalta-se – serve de exemplo sobre como se processa a polarização sociolinguística do PB atualmente. O estudo em questão revela uma tendência de aquisição da regra de concordância verbal pelos falantes pouco escolarizados. Contrariando a hipótese da deriva secular (NARO; SCHERRE apud LUCCHESI, 2015b), os falantes do português popular brasileiro estariam adquirindo a regra de concordância verbal, um dos aspectos que foi afetado pelo processo de transmissão linguística irregular do tipo leve que está na origem da formação das variedades populares do PB. Entretanto, a diferença na frequência de aplicação da regra de concordância entre a norma popular e norma culta ainda é díspar. Enquanto que nas variedades populares a concordância verbal ocorre em menos de 30% das ocorrências, esse número chega a mais de 90% nas normas de prestígio do PB (LUCCHESI, 2015b).

O estudo sobre comunidades rurais afrobrasileiras isoladas, como a comunidade de Helvécia-Ba, também aponta para um nivelamento em curso atualmente na sociedade brasileira. Em relação à concordância de gênero no SN, observou-se uma gradação geracional: “o nível de aplicação da regra de concordância sobe à medida em que passa da geração de falantes mais idosos para a gerações de falantes mais jovens” (LUCCHESI, 2015a, p. 108).

Os estudos de Lucchesi (2015a e 2015b) são tomados como exemplos para mostrar que a polarização sociolinguística continua sendo uma característica do PB. O nivelamento linguístico causado pela urbanização, pelo desenvolvimento da malha ferroviária, pela escolarização em massa e pelo maior alcance dos meios de comunicação de massa serviram para atenuar a polarização, mas não a minimizou drasticamente.

Essa polarização tem sido comprovada por diversos estudos empíricos, realizados, sobretudo, no âmbito do *Projeto Vertentes*, e é mais ou menos acentuada conforme se aproxime ou se distancie dos grandes centros urbanos e conforme o grau de isolamento da comunidade linguística analisada. O presente estudo busca entender como se processa o fenômeno da polarização e da TLI no português popular do interior do estado da Bahia, em relação ao processo de variação/mudança que afeta as orações relativas.

## Capítulo 2

### As orações relativas

Este capítulo tem como objetivo discutir o fenômeno linguístico que é objeto desta dissertação – a variação na construção das orações relativas, observando diversas propostas teóricas sobre o fenômeno da relativização e analisando a relação do contato linguístico e as orações relativas no português brasileiro.

Conforme visto no capítulo anterior, o que norteia este trabalho é a relação do contato entre línguas e as estratégias de relativização. O contato entre línguas ocorrido na história sociolinguística do Brasil teve como principal consequência uma simplificação morfológica, que é mais notável nas variedades populares, mas afetou várias partes da gramática de todas as variedades do português brasileiro (PB), como a flexão de caso dos pronomes, a concordância nominal e verbal, as orações relativas, entre outros.

Dessa forma, observar como se dá a relativização em comunidades rurais afrobrasileiras isoladas pode elucidar como o processo de simplificação decorrente da transmissão linguística irregular leve afetou essa parte da gramática do português PB. A observação das relativas em línguas crioulas é igualmente importante, pois além de mostrar como o processo radical de contato linguístico que forma uma nova língua (crioulização) afeta o mecanismo da relativização, pode mostrar princípios gerais que norteiam as ORs nas línguas humanas.

Nos processos de contatos linguísticos ocorridos no PB, a estratégia cortadora ganhou força e figura hoje como a estratégia preferida no PB, mesmo entre falantes cultos. A estratégia padrão só aparece na fala monitorada ou na escrita formal desses falantes. Na fala popular, porém, seu uso é quase nulo, exceto com o pronome relativo *onde*. Nesse aspecto da sintaxe, o que separa a norma culta da norma popular, portanto, é um uso superficial das relativas, aprendido através da escolarização.

Isto ocorre porque as orações relativas se agrupam no rol das mudanças induzidas pelo contato linguístico que não foram percebidas como tal e se difundiram para todos os segmentos sociais; contrapondo-se àquelas mudanças que têm sido percebidas como um índice étnico-social e que, portanto, são rejeitadas pelos falantes das classes médias e altas, como a simplificação morfológica que produziu a maciça variação no emprego das regras de concordância nominal e verbal na fala popular (LUCCHESI, 2015a).

Desse modo, as relativas não seriam, em princípio, “um bom exemplo de uma mudança induzida pelo contato entre línguas no passado, já que se parte do princípio de que tais mudanças teriam afetado apenas as variedades populares do português brasileiro” (LUCCHESI, s/d). No entanto, “se se postula que essa mudança se teria espalhado, de baixo para cima, através do contato dialetal entre descendentes de índios aculturados e africanos escravizados com os membros da elite colonial e do Império”, tem-se uma noção mais clara da importância desse fenômeno na compreensão do contato entre línguas ocorrido no PB (LUCCHESI, s/d). O que pode ter acontecido é que “a falta de consciência dos falantes acerca da variação entre a estratégia padrão e a estratégia cortadora teria possibilitado o espalhamento da mudança” (LUCCHESI, s/d). Além disso, pode-se mesmo pensar em uma dialética entre a difusão das formas e sua aceitação, numa relação em que uma impulsiona a outra (LUCCHESI, s/d), ou seja, quanto mais uma forma é usada, mais vai ganhando aceitação; e quanto mais é aceita, mais vai sendo usada.

Perpassando pela hipótese da influência do contato sobre a relativização no PB, este capítulo visa a discutir alguns aspectos que são essenciais para o estudo do fenômeno em questão: *a ocorrência ou ausência de preposição nas OR de funções sintáticas encaixadas*, como objeto indireto, objeto indireto, genitivo, etc.; *a possibilidade de pronome lembrete nas OR resumptivas*; e *o estatuto do elemento introdutor da OR: um pronome relativo ou um mero complementizador* (RIBEIRO, 2009, grifos nossos).

O capítulo está organizado da seguinte maneira. Na primeira seção, faz-se uma descrição geral do fenômeno em si. Na segunda parte, são apresentadas análises teóricas diversas sobre as orações relativas no português brasileiro. Na terceira seção, discutem-se as orações relativas em sua relação com o contato entre línguas e a Hierarquia da Acessibilidade. Finalmente, a última seção discorre sobre as ORs em línguas crioulas e em outras variedades do português.

## **2.1 Descrição do fenômeno**

A descrição estrutural das orações relativas feita nesta seção está dividida em duas subseções. A primeira descreve e delimita o papel do elemento introdutor dessas orações. Já a segunda subseção está centrada nas orações relativas em si.

a) *O elemento introdutor das orações relativas*

As orações relativas (ORs), juntamente com as interrogativas e clivadas fazem parte das construções-Q, que são um conjunto de estruturas assim denominadas por conterem palavras do paradigma morfológico dos pronomes-Q (*que, quem, qual, o que, onde, como, quando, quanto, cujo*) (KATO et al, 1996). Essas palavras interrogativas têm um espectro funcional amplo e pode atuar como pronome relativo, se introduzir uma oração relativa típica.

O pronome relativo propriamente dito é aquele que pode sofrer flexão de número (cf. exemplo (1)), gênero (2), portanto, é morfológicamente marcado. É ele que introduz as orações relativas padrão. Além disso, pode apresentar traços semânticos de pessoa (3), lugar (4), modo (5), quantidade (6), etc., conforme se vê nos exemplos abaixo:

- (1) Os livros **dos quais lhe falei** já estão esgotados<sup>8</sup>.
- (2) Maria comprou uma blusa na loja **na qual João trabalha**.
- (3) Eu já conhecia o advogado **a quem João me apresentou**.
- (4) A casa **onde moramos** é aconchegante.
- (5) O jeito **como Maria me olhou** me deixou desconcertado.
- (6) Tudo **quanto ela disse** era verdade.

Distingue-se, portanto, do complementizador *que*, o qual introduz orações substantivas/completivas, não sofre flexão, é semanticamente vazio e apenas liga duas orações subordinadas, como em (7):

- (7) Maria disse **que vai à praia no domingo**.

Além disso, o pronome relativo retoma o termo antecedente, que faz parte de outra oração, e desempenha uma determinada função sintática no interior da oração relativa (CUNHA; CINTRA, 2007). Assim como outros pronomes, o pronome relativo pode desempenhar, na OR, quase todas as funções sintáticas exercidas por um substantivo, ou seja, ele pode ser sujeito (cf. exemplo (8) abaixo), objeto direto (9), objeto indireto (10), adjunto adnominal (11), complemento nominal (12), predicativo do sujeito (13), adjunto

---

<sup>8</sup> Os exemplos não referenciados são do autor desta dissertação.

adverbial (14), complemento oblíquo (15), complemento locativo (16) e agente da passiva (17):

- (8) Eu já conhecia o médico **que lhe atendeu**.
- (9) O café **que José preparou** estava delicioso!
- (10) O mecânico **a quem entreguei meu carro** é amigo de Maria.
- (11) Não recordo o nome do rapaz **cujo filho é meu aluno**.
- (12) As coisas **de que mais sinto falta** são invisíveis aos olhos.
- (13) Maria admira, em João, o pai **que ele é**.
- (14) No tempo **em que morei aqui**, fui vizinho de Maria.
- (15) Admiro as causas **pelas quais Pedro luta**.
- (16) No mês passado, visitei o sítio **onde Maria mora**.
- (17) O repórter **por quem fui entrevistado** é bastante simpático.

Ressalta-se que o relativizador neutro *que* também retoma o antecedente e exerce uma função sintática dentro da OR, mesmo quando se utiliza a estratégia cortadora. Entretanto, o que os linguistas têm discutido, como se verá adiante, é se em todas as estratégias (cortadora, resumptiva e padrão) há um pronome relativo ou um mero complementizador/relativizador neutro, uma vez que nas estratégias não padrão (cortadora e resumptiva), o elemento introdutor, o relativizador neutro, não sofre flexão nem apresenta traços semânticos.

#### *b) As orações relativas*

Como visto na Introdução desta dissertação, “na sua modalidade mais típica, as relativas são formas de modificação de uma expressão nominal antecedente; mas podem ser igualmente uma forma de modificação de uma outra oração” (BRITO; DUARTE, 2003, p. 655). As orações relativas com antecedente podem ser subdivididas em restritivas e explicativas. As restritivas funcionam como adjunto adnominal de um sintagma nominal da oração principal. Dessa forma, em (18) abaixo, a oração em negrito modifica o nome *pedra*.

- (18) Pedra **que rola** não cria limo.

As orações relativas explicativas ou apositivas funcionam como um aposto, pois trazem uma explicação sobre o termo antecedente, como ocorre em (19):

(19) As crianças, **que antes brincavam nas ruas**, hoje estão fechadas em apartamentos.

Há ainda um outro tipo de relativa, sem antecedente expreso, chamadas de *relativas livres*, como exemplificado em (20), que são iniciadas por uma palavra interrogativa, mas que não serão tratadas nesse trabalho, embora se possa remeter a elas, quando necessário.

(20) *Quem planta vento colhe tempestade.*

Retomando o que foi falado na Introdução, Fernando Tarallo (2018 [1993]) teve o mérito de ser um dos primeiros estudiosos a sistematizar as estratégias que são utilizadas no PB para formar as orações relativas. Assim, chegou-se a três tipos básicos de ORs ou estratégias de relativização no PB.

O primeiro tipo é denominado de **relativa com lacuna**, pois “contém uma lacuna na OR na posição original do SN-Q” (sintagma nominal movido para a posição inicial da OR). Esse tipo é idêntico, superficialmente, às orações descritas na tradição gramatical. O exemplo dado pelo linguista é o seguinte:

(21) Tem as<sub>i</sub> *que* (e<sub>i</sub>) não estão nem aí, não é? (TARALLO, 2018 [1993])

Nessa oração, o SN sai da posição em que foi gerado e alcança a posição inicial da sentença, mas deixa uma lacuna, representada por (e<sub>i</sub>). Na análise de Tarallo, essa estratégia ocorre somente nas posições de sujeito e de objeto direto. Lucchesi (2015c) classificou essa estratégia como **relativa neutra**. É uma oração relativa em que a posição relativizada não é preposicionada, como o sujeito e o objeto direto, exemplificada em (22), em que a posição sintática relativizada é a de objeto direto:

(22) A cafeteira **que comprei** está com defeito.

Nesse tipo de oração, ocorre uma neutralização, por assim dizer, entre a estratégia padrão e a estratégia cortadora, pois o fato de não haver uma preposição marcando a função sintática relativizada torna as duas estratégias semelhantes, na superfície.

A única forma de diferenciá-las seria empregar um pronome relativo morfologicamente marcado. Entretanto, o emprego de pronomes relativos com traços de gênero, número, pessoa, etc., na função de sujeito ou objeto direto, é mais comum nas relativas explicativas, como exemplificado em (23), em que o relativizador (*o qual*) é de fato um pronome relativo e apresenta traço de número (singular) e de gênero (masculino), exercendo a função sintática de sujeito da oração relativa explicativa:

(23) Participei de um minicurso com um professor, **o qual é doutor em Semântica.**

A estratégia *piedpiping*, esclarece Tarallo (2018 [1993]), é aquela que só ocorre com as posições sintáticas mais baixas ou encaixadas, ou seja, objetos indiretos, oblíquos, locativos e genitivos, como no exemplo (24):

(24) E um deles foi esse fulano<sub>i</sub> aí, **com quem<sub>i</sub> eu nunca tive aula.** (TARALLO, 2018 [1993])

É essa estratégia que a tradição gramatical prescreve e que não ocorreria na fala espontânea dos brasileiros, mesmo na dos falantes considerados cultos. Nesta dissertação, utilizar-se-á o termo **estratégia padrão** ou **relativa padrão** para se referir a esse tipo de oração. Apenas quando se tratar de orações relativas com preposição marcando a função sintática do pronome relativo, será utilizado o termo *oração relativa com pied pipping*, para se referir a esse tipo de oração.

Portanto, nessa estratégia, como foi dito no parágrafo anterior, ocorre movimento do pronome relativo, que deixa uma lacuna na posição de onde foi movido. Além disso, diante de locuções que exigem preposição, o pronome relativo “arrasta” consigo essa preposição.

Para alguns pesquisadores, como Tarallo (2018[1993]) e Ribeiro (2009), como se verá adiante, esta seria a única estratégia em que haveria um pronome relativo. Os pronomes relativos, diferente das conjunções, exercem uma dupla função na OR, pois tanto

representam o termo antecedente, desempenhando uma função sintática interna na OR, quanto funcionam como conectivo, ligando a oração subordinada à principal.

O segundo tipo, denominado de **estratégia resumptiva** ou **estratégia copiadora** ou ainda **estratégia do pronome resumptivo/pronome-lembrante**, não envolve lacuna, mas esta é preenchida por uma forma pronominal correferente com o SN núcleo da relativa. Esta estratégia ocorre na escala sintática inteira. O exemplo dado pelo autor é o seguinte:

(25) Você acredita que um dia teve uma mulher<sub>i</sub> **que ela; queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone?** (TARALLO, 2018 [1993])

O pronome *ela*, chamado também de pronome-lembrante ou pronome-cópia, ocupa a posição da lacuna do primeiro tipo apresentado. Observa-se que o pronome-lembrante ou cópia pronominal recupera o caso sintático e o caso semântico marcado na posição do pronome relativo. Da mesma forma, nas funções preposicionadas, a preposição aparece na posição canônica, logo após o predicado, evidenciando a marcação de caso semântico (CAMACHO, 2017), como ocorre no seguinte exemplo de Tarallo:

(26) “E um deles foi esse fulano aí, **que eu nunca tive aula com ele**”. (TARALLO, 2018 [1993])

A posição do pronome-lembrante pode ser qualquer pronome pessoa do caso reto ou mesmo do caso oblíquo, como é mais comum na variedade portuguesa, segundo o estudo de Alexandre (2000). Porém, apesar do nome, a posição de pronome-lembrante pode não ser ocupada por um pronome, mas por um advérbio de lugar, como *lá* ou *aqui* (exemplo 27), um substantivo ou expressão nominal equivalente (28):

(27) Maria mora num sítio **que eu já gosto de ir lá**.

(28) João tem um sobrinho **que meu filho estuda com esse sobrinho dele**.

Portanto, a oração resumptiva é aquela na qual se recorre a um pronome-lembrante como recurso para preservar a gramaticalidade e evitar a ambiguidade do período e na qual há um pronome que aparece no espaço que, teoricamente, deveria estar vazio. Pode ocorrer



em qualquer posição sintática, mas é favorecida pelo genitivo (OLIVEIRA, 2011). Nesse tipo de OR, não há garantia de que exista esse movimento do pronome, pois não há espaço vazio, ou seja, não ter espaço vazio garante que não houve movimento de constituintes. O termo *que* dessa oração não pode ser um PR, pois não ocorrem, em português, dois pronomes na mesma oração com o mesmo referente sem que um deles seja reflexivo (OLIVEIRA, 2011).

O terceiro tipo, denominado **relativa cortadora**, é aquele em que o sintagma nominal relativizado é objeto de uma preposição, mas nela estão ausentes a preposição regente e o sintagma nominal relativizado, de forma que também há uma lacuna, como se vê no exemplo (29), de Tarallo:

(29) “E um deles foi esse fulano<sub>i</sub> aí, **que eu nunca tive aula**”. (TARALLO, 2018 [1993])

Esta estratégia não atende aos preceitos da gramática normativa, pois não respeita a regência do verbo da OR, mas não se mostra estigmatizada, como a estratégia resumptiva (OLIVEIRA, 2011). Segundo Oliveira (2011), não se pode afirmar que houve movimento, pois não é comum ocorrer o deslocamento do *que* sem a preposição. O que parece ocorrer é o apagamento do *que*, *in situ*, junto com a preposição, justificando o nome dessa estratégia.

Portanto, para as posições sintáticas não preposicionadas, há a relativa neutra (30), a relativa padrão (31) e a relativa resumptiva (32):

(30) Hoje discuti um assunto **que gera muita polêmica.**

(31) Hoje discuti um assunto **o qual gera muita polêmica.**

(32) Hoje discuti um assunto **que ele gera muita polêmica.**

Para as posições sintáticas preposicionadas, há a relativa cortadora (33), a relativa padrão (34) e a relativa resumptiva (35):

(33) Esta cidade tem um clima **que ainda não me adaptei.**

(34) Esta cidade tem um clima **ao qual ainda não me adaptei.**

(35) Esta cidade tem um clima **que ainda não me adaptei a ele.**

A oração relativa (34) também pode ser chamada de *pied pipping*, pois esta é “um tipo de relativa com lacuna, específica das funções preposicionadas” (RIBEIRO, 2009, p. 193).

Para facilitar o entendimento, utilizam-se preferencialmente, neste trabalho, os termos *estratégia padrão*, *estratégia resumptiva* e *estratégia cortadora*. Só se utilizará o termo *pied pipping* quando se referir a ORs com preposição marcando o caso do pronome relativo.

Vale mencionar um tipo de estratégia que, embora não seja produtiva no PB e que é muito usada no inglês, é possível de ser realizada: a estratégia da “preposição encalhada” (*prepositional stranding*, em inglês). Argumenta-se que algumas preposições ou locuções prepositivas, como *sem*, *com*, *contra*, e *sobre* podem influenciar o uso dessa estratégia em PB.

Embora não tenha sido encontradas ORs desse tipo nesta pesquisa, as orações abaixo não são estranhas no PB:

(36) Café é uma bebida **que eu não vivo sem**.

(37) Isso é algo **que eu já tinha falado sobre**.

(38) O dom de compor música é algo **que você já nasce com** e leva até o fim da vida.

(39) Essa foi uma questão **que eu votei contra**.

Além disso, parece haver algumas restrições quanto à OR cujo antecedente é formado pelo pronome demonstrativo “o”, formando “o que”. Observa-se que a estratégia padrão fica estranha ou mesmo agramatical em alguns exemplos:

(40) \*Esse semestre foi **ao que eu menos me dediquei**.

Com a estratégia cortadora ou resumptiva, funciona bem:

(41) Esse semestre foi o **que eu menos me dediquei**.

(42) Esse semestre foi o **que eu menos me dediquei a ele**.

Portanto, essa relativa com demonstrativo, que também pode ser analisada como relativa livre introduzida pela palavra interrogativa *o que*, merece ser melhor investigada.

A próxima seção versa sobre os estudos feitos sobre relativas no PB e os aspectos mais relevantes desse fenômeno linguístico.

## **2.2 Orações relativas no português brasileiro**

Alguns trabalhos sobre as ORs, em perspectivas teóricas diversas, analisaram os aspectos mais relevantes do fenômeno em estudo em relação ao PB, como Tarallo (2018 [1993]), Kato (2018 [1993]), Ribeiro (2009) e outros. Abaixo, analisar-se-ão alguns estudos e as considerações mais importantes que eles obtiveram para o fenômeno em questão.

### **2.2.1 O estudo de Tarallo**

Fernando Tarallo (2018 [1993]), remetendo ao seu trabalho de 1983, discute a hipótese da Crioulização prévia, de Gregory Guy, segundo a qual o PB moderno é resultado de uma crioulização ocorrida na história e que atualmente estaria se descrioulizando em direção à língua-alvo (o PE), e utiliza as estratégias de relativização como um dos fatos do português brasileiro (PB) falado moderno que está relacionado à hipótese crioula.

Na realidade, as similaridades entre as línguas crioulas e o PB já estavam sendo discutidas no final do século XIX, por Adolfo Coelho (1880 *apud* TARALLO, 2018 [1993]). Coelho aponta a concordância de número como um fato presente tanto no PB quanto nos crioulos afro-portugueses. Ademais, posiciona-se afirmando que tanto o PB quanto o PE são “degenerados” e ambos estão se “corrompendo”, cada um a seu modo. E o PB estaria sofrendo mudanças que o distanciam do alvo original.

Entretanto, na análise de Guy (1981 *apud* TARALLO, 2018 [1993]), o Brasil deveria ser um candidato proeminente à crioulização e a hipótese não-crioula figuraria como um absurdo, pois o Brasil teve todos os elementos que se verificaram em outros crioulos. Lucchesi (2009, 2019 e outros) tem argumentado contrariamente, mostrando que a situação socio-histórica do Haiti e de outras ex-colônias difere em aspectos cruciais do que ocorreu no Brasil. Essa situação não permitiu que, de modo geral, uma língua crioula tivesse predominado ao longo do território nacional, durante a colonização. As evidências linguísticas que Guy utiliza para validar seus argumentos são o apagamento do *-s* final, a

desnasalização de vogais nasais (variáveis fonológicas), a concordância no sintagma nominal e a concordância sujeito-verbo (variáveis morfossintáticas).

Para Tarallo (2018 [1993]), o PB é uma língua mista, ou seja, uma língua que, estranha e absurdamente, compartilha propriedades com línguas não relacionadas, quer crioulas ou não, e que está se distanciando do *superestrato* original: PE.

Mais do que a probabilidade de ter havido ou não crioulo no Brasil, o problema da análise de Guy é a hipótese da descrioulização, que pressupõe a possibilidade de reversibilidade de mudanças. Tarallo (2018 [1993]) argumenta que as mudanças sintáticas em questão são aleatórias e a possibilidade de elas reverterem para o PE é muito remota.

Entre as mudanças sintáticas analisadas pelo linguista, está a relativização, que, segundo ele, faz parte do sistema anafórico geral. Em sua pesquisa de 1983, Tarallo investigou as estratégias de relativização no PB na variedade falada na área urbana de São Paulo e chegou às três estratégias descritas acima. Dentro da perspectiva gerativista, o estudioso discute se há ou não movimento de constituintes ou apenas o apagamento deles, na relativa vernácula com lacuna (cortadoras ou relativas de sujeito e objeto direto). O linguista posiciona-se a favor do apagamento do pronome resumptivo na OR, de modo que ocorre o apagamento da preposição *in situ*, não em COMP, ou seja, a preposição é apagada onde é gerada, não ocorrendo, portanto, movimento. Esse argumento deriva do fato de que existe uma regra de *pro-drop* independentemente requerida e que se aplica a todas as posições sintáticas. Isso remete à pronominalização:

Sintagmas não-Q em PB podem ser mantidos (anáfora pronominal) ou apagados (anáfora zero) em cláusulas principais e subordinadas não relativas. Isto é, o comportamento de sintagmas não-Q na fala é também um processo variável cuja natureza é, pelo menos na superfície, similar ao preenchimento variável da lacuna em cláusulas principais e em relativas (TARALLO, 2018 [1993], p. 35).

Em outras palavras, o mesmo apagamento que ocorre com objetos diretos, por exemplo, em contextos de anáfora, ocorre com os pronomes resumptivos das orações relativas (entendendo-se que as lacunas são apagamentos dos pronomes resumptivos). O exemplo (43) abaixo contém uma lacuna similar à lacuna da OR em (44):

(43) O **café** de lá é tão ruim. Eu não consegui tomá-**lo**  $\emptyset$  ( $e_i$ ) ele/o/ $\emptyset$

(44) Eu não gosto daquele café<sub>i</sub> de lá, *que* ( $e_i$ ) tem um gosto horrroso.  
(TARALLO, 2018 [1993]).

A retenção pronominal, que o linguista chama de redundância, também ocorre tanto em cláusulas principais e cláusulas relativas:

(45) Eu tenho uma amiga<sub>i</sub>. Ela<sub>i</sub> é toda cheia de frescuras.

(46) Aí esse rapaz<sub>i</sub> aí *que* eu conheci ele<sub>i</sub>, ele estava lá na festa também.  
(TARALLO, 2018 [1993] )

A relativização e a pronominalização, conclui o autor, separam os dois dialetos do português (PE e PB).

Em relação à similaridade entre o PB e línguas crioulas, o autor chega a resultados interessantes, embora, para ele, essa similaridade não confirme que o PB tenha passado por um processo de crioulição. O linguista analisa dados do Tok Pisin, mas também remete a estudos feitos sobre outros crioulos.

O pronome resumptivo é encontrado em diversas línguas crioulas e as posições que eles ocupam variam de crioulo para crioulo. No Tok Pisin, eles são categóricos em relativas genitivas e oblíquas (posições de relativização mais baixas). Para as relativas de objeto, é categórico o uso da relativa cortadora, entretanto o pronome resumptivo ocorre com relativas de sujeito. Dados similares são encontrados no crioulo haitiano, no sango e do sranan. Desses quatro crioulos, apenas o haitiano apresenta codificação de caso no marcador relativo. De forma parecida, no PB o relativizador foi reduzido ao subordinante principal da língua: o complementizador invariável *que*. O pronome relativo só apareceria em relativas *piedpiping*, porém esta é quase inexistente na fala.

No estudo de Tarallo (2018 [1993]), os resultados alcançados para o PB, em relação ao uso de pronomes resumptivos, mostram que as relativas mais encaixadas favorecem o uso desses pronomes, tanto nas classes média e alta quanto na classe baixa, com um aumento de uso nessa última. Na fala culta do PB, os pronomes resumptivos aparecem em 20% das ocorrências de genitivo, seguido de objeto indireto (13,8%), oblíquo (7,8%), sujeito (9%) e objeto direto (1,2%). Na variedade popular do PB, o uso de resumptivos em relativas de genitivo é categórico (100%); a porcentagem diminui com as outras funções sintáticas: objetos indiretos (25%), oblíquos (13,6%), sujeito (11,3%) e objeto direto (3,6%).

No Tok Pisin, nas relativas de genitivo, o uso do pronome resumptivo também é categórico (100%), diminuindo com os oblíquos (51,8%), sujeito (31,6%) e objeto direto (13,6%). Portanto, para o Tok Pisin, os resultados são parecidos: genitivos favorecem pronomes resumptivos e objetos diretos desfavorecem-nos, como no PB.

O autor conclui reforçando o argumento de que a relativização está relacionada à retenção pronominal vs. apagamento pronominal em cláusulas principais e subordinadas (não relativas), nas duas línguas: o preenchimento do sujeito e apagamento do complemento cresceu significativamente na história do PB, algo parecido ocorreu com o Tok Pisin e o uso de pronomes em cláusulas relativas parece seguir os processos gerais de anáforas na língua como um todo.

### 2.2.2 Os estudos de Kato et al

Mary A. Kato (2018 [1993]) analisou as ORs em uma perspectiva gerativista e Mary A. Kato et al. (1996), aliou a abordagem gerativista à uma análise variacionista, utilizando dados do NURC (Projeto Norma Urbana Culta). No primeiro trabalho, a autora retoma a pesquisa de Tarallo (1983, 1985) e faz algumas considerações. Nesta subseção, são apresentadas as considerações mais relevantes para este trabalho.

Como foi mostrado na seção anterior, a estratégia cortadora é a estratégia inovadora no PB, começando a aparecer em meados do século XIX, para as posições preposicionadas, na proposta de Tarallo (2018[1993]). A estratégia copiadora ou resumptiva não causaria diferenças nas línguas, havendo diferença em relação à quantidade e produtividade desta estratégia. Ela estaria ligada ao uso da elipse/apagamento em outros contextos anafóricos, como a coordenação. O fenômeno da relativa cortadora seria, então, uma questão de escolha de elipse em lugar de substituição por uma proforma (pronominalização). O autor baseia sua análise no fato de que, no mesmo período em que a estratégia cortadora ganha força, aumenta-se a retenção do pronome na posição de sujeito e diminui-se essa retenção na posição de complemento em contextos de anáfora, o que se conhece por *preenchimento do sujeito e objeto nulo*.

Kato (2018 [1993]) questiona a afirmação de que cortadora deriva das regras de elipse que ocorre em outros tipos de oração, pois deve haver paralelismo sintático e identidade fonética parcial ou total com o antecedente, o que nem sempre ocorre. Na oração abaixo, por exemplo, o sintagma preposicional (*com ela*) tem *a moça* como antecedente, i.e., um sintagma nominal:

(47) A moça que eu falei com ela ontem está aqui.

Ainda segundo Tarallo, o elemento introdutor das relativas não-padrão é um *que* complementizador, idêntico ao das subordinadas integrantes, com a posição relativizada ocupada por um pronome lexical (no caso das resumptivas) ou nulo (no caso das cortadoras). Apenas na estratégia padrão haveria um pronome relativo.

Kato (2018 [1993]) questiona as afirmações de Tarallo (2018 [1993]). Seguindo outros autores (COHEN, 1986 apud KATO, 2018 [1993]) e com base em dados históricos, a linguista propõe que em todas as estratégias há um pronome relativo e o que explicaria o uso desse *que* sem marcas morfológicas seria enfraquecimento no sistema de marcação morfológica de caso que afetou o PB nos últimos séculos.

O mais relevante e inovador na proposta de Kato (2018 [1993]), porém, é que a autora relaciona as ORs às construções de deslocamento à esquerda (LD, na sigla em inglês), i.e., construções de tópico. LD, explica a autora, é caracterizado por ter um pronome correferente no interior de IP. Assim, o que ocorre é a relativização da posição deslocada e não da posição onde se encontra o pronome ou a posição vazia. A autora utiliza o seguinte esquema na sua explicação:

- (48) a. Eu falei com essa moça ontem.  
 b. [ LD Essa moça<sub>i</sub> ], [ IP eu falei com ela<sub>i</sub> ontem ].

Então, assumindo que a relativização se dá a partir de LD e não da posição de objeto, de sujeito ou de adjunto, explica-se por que se tem pronomes dentro das ORs. A autora segue Pontes (1987), a qual considera o PB uma língua com proeminência tanto de tópico como de sujeito.

Nessa perspectiva, a diferença entre as ORs não-padrão e as ORs padrão seria o local de extração. Na OR não-padrão, o vestígio está adjacente ao pronome relativo (na posição de tópico) e esse vestígio deixado pelo movimento-Q controla um resumptivo (lexical, no caso das resumptivas, ou nulo, no caso das cortadoras), dentro da sentença. Na OR padrão, o termo relativizado está dentro de IP: é a própria função sintática exercida pelo pronome relativo (KATO et al, 1996). Na relativa padrão, o termo todo, inclusive a

preposição, é movido para a posição de especificador do sintagma complementizador (**Spec, CP**).

Numa perspectiva variacionista, Kato *et al.* (1996) buscou entender os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação nas ORs nos dados do NURC, ou seja, entre falantes cultos. Dentre os fatores linguísticos e extralinguísticos testados, os que mais causaram variação foram: o tipo de entrevista (na entrevista formal, os falantes preferiam a estratégia padrão); a função do pronome relativo (adjuntos adverbiais favorecem mais o uso da estratégia padrão do que complementos); e o fato de a preposição requerida pelo pronome relativo ser diferente ou idêntica à preposição do termo antecedente (a preposição diferente também favoreceu o uso da OR padrão).

As conclusões mais relevantes a que as autoras chegaram são as que seguem:

- Os fatores que induzem os falantes ao uso da preposição nas ORs são de ordem estilística e também linguística, destacando-se que estes últimos são mais relevantes que os primeiros. Sobre isso, as autoras afirmam que a inserção da preposição envolve um aprendizado da estratégia como um todo, o que exige um nível mais alto de consciência linguística, o qual ocorre via escolarização.
- Como dito anteriormente, a estratégia padrão extrai o termo a ser relativizado de dentro da oração, porém, nas outras estratégias o falante relativiza o tópico da sentença que está em correferência com um termo no interior da relativa. Esse movimento local de extração não oferece dificuldade alguma para os falantes, mesmo para as crianças.
- A simplicidade das estratégias não-padrão reside ainda no fato de o pronome relativo ser o mesmo para todas as funções que estão em referência com o traço do tópico relativizado.
- A estratégia *default* no PB não apresenta preposição seguida de pronome relativo (preposição na posição [Spec, CP]), mesmo na fala de adultos cultos, com muitos anos de escolaridade.

Por fim, Braga, Kato e Mito (2009) resumem a classificação das ORs em PB, agrupando-as em padrão e não-padrão. As ORs padrão são formadas por “movimento de toda a expressão-Q (incluindo a preposição no caso dos constituintes preposicionados)” (BRAGA et al p. 246), podendo haver concordância de gênero e número (*a qual, as quais*)



e traços semânticos como [ $\pm$ humano] (*quem, o que*), [lugar] (*onde*), [modo] (*como*), [quantidade] (*quanto*). As ORs não-padrão subdividem-se em dois tipos, que a rigor não parecem ser formadas por movimento do pronome-Q. O primeiro tipo, formado pela estratégia resumptiva ou copiadora, tem um *que* na periferia esquerda da sentença relativa e um pronome resumptivo *in situ*. O segundo tipo tem apenas um *que* na periferia esquerda da sentença.

Além disso, diferente do que ocorre com a concordância verbal, as ORs são um dos aspectos gramaticais que não separam mais as duas grandes normas do PB, no que se denominou *polarização sociolinguística* (cf. capítulo 1). O que acontece atualmente é que as ORs, assim como a realização do objeto direto de 3ª pessoa (*ele/ø/o, a*), é outro aspecto que separa a norma padrão da norma culta, pois a estratégia padrão, prescrita pelas gramáticas, não é mais a estratégia preferida pelos falantes cultos, como atestam as pesquisas de Kato *et al* (1996) e de Tarallo (2018 [1993]), com dados do NURC, já na década de 1970. Na fala popular, seu uso é residual e ocorre apenas com o pronome relativo *onde* (cf. capítulo 3). (LUCCHESI, 2015a)

Em relação às descobertas de Kato e de Tarallo vistas acima e, concordando com Lucchesi (2015a), chega-se à conclusão de que a difusão da estratégia cortadora se dá por conta de três processos. O primeiro é o fato de o português brasileiro ter-se tornado uma língua com proeminência de tópico (PONTES, 1987), pois é o tópico que é relativizado na estratégia cortadora e na resumptiva. O segundo é que a difusão dos complementos verbais nulos no PB (TARALLO, 1993) também pode ter favorecido a predominância da cortadora. Por fim, ocorreu um processo geral de enfraquecimento da flexão morfológica na língua portuguesa do Brasil que abrange não apenas a flexão de caso dos pronomes, mas também a flexão de número e pessoa do verbo (KATO, 1993). É justamente esse enfraquecimento da flexão morfológica que está na base dos processos de contato entre línguas, como se defende nesta dissertação.

Esta dissertação constitui-se como uma análise variacionista e sócio-histórica sobre o fenômeno da relativização, portanto, não propõe uma nova análise gerativista sobre as ORs nem uma discussão aprofundada das propostas gerativistas sobre essas orações. Porém, embora os estudos de Kato não sejam a base desta pesquisa, eles são importantes por apresentarem uma compreensão formal do fenômeno da relativização, o que é importante para o entendimento mais abrangente das ORs.

### 2.2.3 O estudo de Camacho

Numa perspectiva funcionalista, Roberto Camacho (2017) esclarece que a abordagem funcionalista implica extrapolar os limites do fenômeno para além das relações formais/sintáticas, considerando as motivações pragmáticas e semânticas.

O linguista levanta a questão central da correlação entre as estratégias de relativização e a facilidade cognitiva do processamento de informação, isto é, o autor se questiona se a variação no uso das diferentes estratégias é um recurso para facilitar o processamento cognitivo.

O autor esclarece que os estudos mais relevantes sobre relativas têm sido feitos sob o paradigma gerativista, que se preocupa com a natureza sintática das orações, mas não se debruça sobre as motivações pragmáticas e semânticas no funcionamento da língua. Por isso mesmo, pouca atenção é dada às orações relativas explicativas/apositivas nesse modelo.

Segundo Camacho, a Hierarquia da Acessibilidade (HA), de Keenan e Comrie (1977), explicada melhor mais adiante, busca apreender a distribuição tipológica das possibilidades sintáticas de relativização; mas também postula que a estratégia resumptiva (chamada de estratégia de retenção pronominal) seria mais eficaz do que a cortadora (estratégia de lacuna), pois enquanto esta seria mais utilizada nas relativas de sujeito e objeto, a resumptiva seria mais usada para relativas de oblíquo, genitivo e objeto de comparação. Isso levanta a importante questão da correlação entre a “possibilidade transistêmica de posições relativizáveis e a facilidade cognitiva do processamento de informação” (CAMACHO, p. 247). Em outras palavras, o sistema propõe regras de relativização, mas também a facilidade cognitiva da estratégia de relativização determinaria a frequência de uso.

Essa facilidade de processamento cognitivo, segundo o autor, permite postular uma ordenação das estratégias, de modo que a estratégia resumptiva viria em primeiro lugar, por tornar visíveis “as funções sintáticas na ordem canônica SVO pela recursividade referencial manifestada pelo pronome-cópia” (CAMACHO, p. 247). Seria a estratégia mais explícita. A estratégia cortadora, que tem um zero anafórico numa de suas posições sintáticas, viria em segundo lugar em relação ao processamento cognitivo. E por fim, viria a estratégia do pronome relativo (ou padrão).

Nesse sentido, a estratégia cortadora seria mais utilizada nas posições mais altas da HA, como sujeito e objeto. Já a estratégia do pronome relativo, bem como a resumptiva, estratégias que manifestam marcação explícita de caso, seriam utilizadas para relativizar as posições mais altas, como oblíquo e genitivo.

Segundo o autor, esse postulado está alinhado com a hipótese de Comrie (1989 apud CAMACHO, 2017, p. 250), segundo a qual,

se uma língua dispõe de uma estratégia mais menos explícita e de uma estratégia menos explícita para formação de relativas, o tipo mais explícito seria empregado para relativizar as posições mais baixas e o tipo menos explícito, para relativizar as posições mais altas.

Para Camacho, a generalização acima

tem fundamento funcional, já que a relação entre o grau de dificuldade de relativizar uma posição e a necessidade correlativa de fornecer mais informação sobre a posição relativizada opera justamente na função cognitiva de facilitar a retomada da entidade previamente referida (CAMACHO, 2017, p. 250).

Segundo os princípios da Gramática Discursivo-Funcional, o que explicaria a pouca frequência da estratégia padrão no registro informal seria o alto custo cognitivo dessa estratégia, a qual contraria o princípio da transparência. Lembre-se que, na estratégia padrão, o pronome relativo, que exerce a função sintática que está sendo relativizada, aparece deslocado, fora da posição canônica.

A estratégia resumptiva, por sua vez, registra menor custo de processamento cognitivo por maximizar o princípio de transparência entre forma e conteúdo, pela preservação do Princípio de Integridade de Domínio, o qual requer que as categorias núcleo e modificador da relativa sejam morfossintaticamente contíguas. Assim, “a relação representacional entre núcleos e modificadores deve ter uma codificação morfossintática tal que o modificador apareça adjacente ao núcleo e que o argumento apareça adjacente ao predicado verbal” (CAMACHO, 2017, p. 254), como ocorre nas resumptivas.

Na oração resumptiva, cada unidade referencial aparece em sua posição canônica (S-V-O/Ob/OI). Essa estratégia ocorreria justamente quando o falante “perdesse a linha”, cognitiva, do processamento sintático. Assim, a “retenção pronominal tem a função de restaurar a sintaxe normal da relativa” (CAMACHO, 2017, p. 260).

Entretanto, essa facilidade cognitiva cria um interessante paradoxo, pois,

se a construção copiadora (resumptiva) maximiza o grau de transparência e se, por conseguinte, é capaz de facilitar o processamento cognitivo, por que é evitada, no português, em favor da construção de lacuna (cortadora)? E por que, ademais, é preterida também na maioria das línguas do mundo? (CAMACHO, 2017, p. 261).

Para responder a essas questões, o autor recorre ao seguinte raciocínio. Numa oração como (49) abaixo, tem-se uma informação de curtíssimo prazo repetida na posição pós-verbal da oração dependente. A expressão de *roupa* e *dela* “viola o princípio de transparência em razão da coexistência de um SN – o núcleo da matriz – e um SP, o oblíquo na oração dependente, que consistem em duas unidades formais para mesma unidade de conteúdo” (CAMACHO, p. 261). Assim, essas duas formas estabelecem a mesma referência em posições não contíguas, ainda que muito próximas no enunciado, conforme mostra o exemplo (49):

(49) “Ela escolhia a roupa **que eu gostava dela**”<sup>9</sup>

O paradoxo consiste em a estratégia resumptiva maximizar o princípio da transparência, preservando o Princípio de Integridade de Domínio, pois o argumento interno (complemento oblíquo, representado pelo pronome-lembrante) aparece ao lado do predicado verbal; mas, por outro lado, violar esse mesmo princípio, ao utilizar duas formas linguísticas (*roupa* e *dela*) com o mesmo significado.

Como o português admite ausência de manifestação fonológica de argumentos nas situações em que as informações contextuais sejam suficientes (como por exemplo, o objeto nulo), o Princípio de Economia sobrepõe-se ao Princípio de Integridade de Domínio, tendo como principal consequência certo grau de opacidade entre unidades formais e unidades de conteúdo, esclarece o linguista.

A estigmatização social da estratégia resumptiva seria a causa da baixa frequência desse tipo de oração na língua. Porém, para o autor, essa baixa frequência é fruto da competição entre as duas motivações mencionadas no parágrafo anterior, ou seja, “na realidade, é o princípio de economia que ativa o valor de estigmatização atribuído pelos usuários do português à construção de retenção pronominal” (CAMACHO, p. 262). Portanto, o estigma estaria em violar o Princípio da Economia.

---

<sup>9</sup> Exemplo do autor.

Além disso, pelo fato de a estratégia padrão possuir o problema da duplicidade de tópico e pelo seu alto custo cognitivo, resta ao falante apelar para a estratégia alternativa (a cortadora), exemplificada em (50):

(50) “Ela sempre escolhia a roupa **que eu gostava**”<sup>10</sup>.

Apesar de este trabalho não seguir a proposta funcionalista para as ORs, é importante considerar que os aspectos discursivos e pragmáticos podem ser importantes para a preferência de uma ou outra estratégia de relativização. De fato, como atesta a análise de Camacho (2017), a produtividade da estratégia resumptiva é baixa, por violar o princípio da economia, e os dados desta pesquisa (cf. Capítulo 4) comprovam isso. A estratégia cortadora, por sua vez, não viola esse princípio e é menos onerosa que a estratégia padrão, portanto, acaba sendo a mais utilizada pelos falantes, como os dados desta pesquisa também mostraram.

### 2.3. As orações relativas e o contato entre línguas

O estudo de Iza Ribeiro (2009), realizado com dados de comunidades afrobrasileiras localizadas no Estado da Bahia, obteve resultados que favorecem a hipótese da transmissão linguística irregular. A proposta da autora é que os processos de contato entre línguas afetaram vários aspectos da gramática natural do PB, como o enfraquecimento geral da flexão morfológica, o que tem relação com a generalização da estratégia cortadora na norma popular e mesmo na norma culta.

A pesquisa de Ribeiro tem uma grande importância para este trabalho, pois analisou falantes de comunidades rurais afrobrasileiras isoladas, no Estado da Bahia (Helvécia, Cinzento, Sapé e Rio de Contas). Essas comunidades, algumas delas remanescentes quilombolas, refletiriam na sua fala, de forma mais latente, processos anteriores de contato entre línguas ocorridos na sócio-história brasileira, por causa do isolamento em que estiveram até o começo do século XX, momento em que o Brasil começa a se industrializar e a construir rodovias que ligam o país inteiro, diminuindo o isolamento (cf. Capítulo 1). Além disso, os meios de comunicação, primeiro o rádio e depois a televisão, começam a se popularizar nesse período, facilitando a penetração de modelos da norma culta na norma

---

<sup>10</sup> Exemplo do autor.

popular. Ainda assim, os falantes mais velhos não deixam de refletir aspectos linguísticos que estão na base da *transmissão linguística irregular*, considerando o artefato teórico do *tempo aparente* (LUCCCHESI, 2009, 2015a). Portanto, justifica-se analisar pormenorizadamente os resultados e conclusões da pesquisadora. Os resultados mais relevantes dizem respeito à função sintática do pronome relativo, ao encaixamento da relativa na oração principal, às estratégias de relativização e ao estatuto do elemento introdutor da OR.

a) *Função sintática do pronome relativo*

Os estudos de Keenam e Comrie (1977) postulam restrições universais para a formação das ORs e identificam as três estratégias básicas de formação de ORs, já vistas acima. Os autores analisaram cerca de 50 línguas e perceberam que a variação em relação à posição sintática do sintagma nominal relativizado não é aleatória, ou seja, a variação na função do elemento relativizado na OR obedece a uma ordem. Assim, os autores propõem uma hierarquia, a *Hierarquia da Acessibilidade* (HA), que é a seguinte:

SU > OD > OI > OBL > GEN > Objeto de comparação<sup>11</sup>

Segundo essa escala, algumas posições sintáticas são mais acessíveis à relativização do que outras. As posições à esquerda são mais fáceis de relativizar do que as posições à direita. A partir dessa postulação, conclui-se que se uma língua pode construir ORs de uma dada posição da AH, então também pode construir ORs de todas as outras posições à sua esquerda. Por exemplo, se uma língua pode relativizar objetos, então também pode relativizar sujeitos.

Ribeiro (2009, p. 191 e 192) elenca as predições de Keenam e Comrie (1977, 1979) que são mais relevantes para seu estudo, as quais também serão importantes neste trabalho. São elas:

- Nenhuma língua pode construir ORs somente de objetos ou somente de locativos, mas é possível uma língua construir relativas somente de sujeito. Assim todas as línguas podem relativizar sujeito.

---

<sup>11</sup> SU = sujeito, OD = objeto direto, OI = objeto indireto, OBL = complemento oblíquo, GEN = genitivo (adjunto adnominal de posse). Objeto de comparação não é uma função comum em português.

- Uma língua deve ter uma estratégia primária de formar uma OR, que pode ser qualquer das três estratégias vistas anteriormente.
- A estratégia primária pode deixar de ser realizada em qualquer ponto da AH, ou seja, estratégias que se aplicam a um ponto da AH podem não se aplicar a qualquer posição à direita. Conseqüentemente, se a estratégia primária, em uma dada língua, pode ser aplicada a uma posição baixa, então pode também ser aplicada a todas as posições mais altas da AH.

Além disso, a estratégia cortadora é mais frequentemente usada na relativização de relações gramaticais de sujeito e objeto, enquanto a resumptiva se aplica a relações gramaticais de oblíquo para baixo, na hierarquia. A situação inversa é que não se atesta nas línguas (CAMACHO, 2017).

Os resultados da autora em relação à função sintática do pronome relativo apresentam uma hierarquia similar à HA. A função de sujeito figurou com 51,2% dos resultados, provando ser essa realmente a função mais fácil de ser relativizada e que parece ser a mais recorrente nas línguas humanas. Por outro lado, a função de oblíquo teve uma porcentagem de 23,8%, maior que a de objetos, contrariando a HA. Segundo a autora, isso pode ter ocorrido pelo viés do *corpus*, já que os documentadores fazem muitas perguntas sobre *onde* e *quando*. Objeto direto e objeto indireto tiveram 15% e 8,7%, respectivamente. Finalmente, a posição de genitivo obteve apenas 0,5% dos resultados.

#### *b) Encaixamento da relativa.*

Em relação ao encaixamento, parece existir uma tendência em relação ao encaixamento da OR no constituinte nominal da oração principal. Os dados de Ribeiro (2009) mostraram que

a estratégia mais frequente é a de SRel [sentença relativa] encaixada em constituinte nominal que exerce a função de objeto, de verbo (37,2%) ou de preposição (9,4% para OI e 12,6% para adjunto e complemento nominal), o que permite o encaixamento na posição mais à direita do constituinte, facilitando seu processamento (...) O encaixamento na função de sujeito é maior (23,8%) do que na dos adjuntos oblíquos (17%) (RIBEIRO, 2009, p. 193).

Os dados de Romaine (1988 apud Ribeiro, 2009) e de Ribeiro e Figueiredo (2006) também reforçam essa tendência. A pesquisa de Romaine sobre aquisição de relativas por

falantes de inglês em fase escolar, como L1, em Edimburgo mostra que as crianças realizam relativas com 71% de encaixamento no objeto, contra 29% no sujeito. O estudo de Ribeiro e Figueiredo (2006) sobre a realização de ORs em atas escritas por africanos livres, no Brasil, no século XIX também mostrou um maior percentual de encaixamento na posição de objeto (87,5%) do que na de sujeito (12,5%).

### *c) Estratégias de relativização*

Em relação às estratégias de relativização, os resultados confirmam a tendência geral do PB: a autora não encontrou a estratégia padrão nos dados analisados. Para as funções preposicionadas, a estratégia cortadora é a estratégia predominante e o uso da estratégia resumptiva é residual. A autora salienta que chama a atenção o pouco uso de pronome-lembrante, o qual é bastante atestado em diferentes línguas, como o espanhol e o iídiche.

Anteriormente, os estudiosos acreditavam que as ORs eram um aspecto da gramática que separavam o PE e o PB. Enquanto que neste a estratégia cortadora era predominante, naquele ela seria inexistente, porém no PE culto contemporâneo já há estudos que mostram que a estratégia resumptiva é bastante restrita (1% nos dados de ARIM, RAMILO E FREITAS, 2004), enquanto que a cortadora tem 28% das ocorrências e a estratégia padrão, 71%. Os resultados de Nélia Alexandre (2000 apud LUCCHESI, 2015a e 2015c) também revelaram que as estratégias resumptiva e cortadora ocorrem no português europeu e em outras línguas românicas. Para o PE rural, Varejão (2006 apud LUCCHESI, 2015c) encontrou 73% de cortadoras e 27% de resumptivas. Além disso, também foram encontradas relativas padrão.

Entretanto, Lucchesi (2015a) argumenta que a diferença entre o que ocorre no PB e o que ocorre no PE é qualitativa, mais do que quantitativa, pois no PE foram encontradas relativas padrão mesmo na linguagem popular rural. Isso atesta que a estratégia padrão ainda faz parte da gramática natural dos portugueses, enquanto que no PB a aprendizagem dessa estratégia acontece exclusivamente através da escola e dos meios formais de educação, não fazendo parte, portanto, da gramática natural dos brasileiros.

### *d) O elemento introdutor das orações relativas*

Ribeiro (2009) buscou definir as características lexicais do introdutor de relativas. A hipótese defendida pela pesquisadora é que, nas comunidades analisadas, há uma



especialização das formas de pronomes relativos (PR) para as relativas livres (relativas sem antecedente expreso, como *Quem vai ao mar* em *Quem vai ao mar perde o lugar*) e a forma do complementador para as relativas com antecedente.

O que define um pronome relativo é a sua natureza nominal, manifestada pela “relação de concordância de traços-phi (gênero, número, animacidade, etc.) entre o PR e o núcleo nominal a que correferre, além de poder apresentar flexão de caso, uma propriedade típica de DPs.” (RIBEIRO, 2009, p. 197). O complementador ou complementizador, por seu turno, é uma partícula invariável e não reflete concordância nem manifesta caso. O *that* do inglês é um exemplo de complementizador e *whom, which, when, where* e *why* são exemplos de pronomes relativos. Em português, o complementizador básico é o *que*, enquanto que *qual* (e suas variações), *quem, onde, como, quanto e cujo* (e suas variantes) são os pronomes relativos do português. Em algumas línguas, como o alemão, o pronome relativo apresenta marca explícita de caso. Em português, o único pronome relativo que evidencia caso é o pronome *cujo* (e suas variantes). Este pronome sempre desempenha a função de adjunto adnominal (de posse), como se vê no seguinte exemplo:

(51) Minha vizinha tem uma filha **cujo nome não lembro**. (posição relativizada = [da filha]).

Ressalta-se que o *que* antecedido de preposição forma a estratégia *pied piping* em português e é também um pronome relativo (sem traços-phi de concordância). Por exemplo, em (52) abaixo,

(52) O livro **a que me referi** está esgotado nesta livraria.

a preposição *a* atesta que se trata de estratégia *pied piping*, porém o PR é o *que*, foneticamente semelhante ao complementizador da estratégia cortadora (BRITO, 1991 apud RIBEIRO, 2009).

As conclusões da autora que mais interessam nesta seção do trabalho são as que seguem. A hipótese defendida pela linguista é que, no processo de transmissão linguística irregular, africanos e descendentes fizeram reanálise morfológica e estrutural do constituinte introdutor das relativas; o complementizador *que* nas variedades de africanos e afrodescendentes serviu para introduzir qualquer tipo de subordinada, inclusive as relativas

com antecedente, sendo assim um complementizador e não um PR e, uma vez que o elemento introdutor é o complementizador, as relativas cortadoras foram as únicas possibilidades licenciadas, pois relativas  *pied piping*  requerem o uso de um pronome relativo.

A exceção disto está nos pronomes  *onde*  e  *quando* , que ocorrem nos dados da pesquisadora. Em relação ao  *onde* , Ribeiro afirma ser também um complementizador, por ocorrer com a função de objeto direto nos seus dados. Sobre o  *quando* , de uso muito raro, pode ser visto como uma inovação mais recente na comunidade analisada, resultante de contato com a variedade urbana.

Por fim, a autora faz uma ressalva, afirmando que sua análise não deve ser vista como uma “proposta geral para a gramática de todos os africanos e afrodescendentes que aprenderam português no Brasil” (RIBEIRO, 2009, p. 206). As diferentes situações em que viveram e os diferentes tipos de contato (mais ou menos intenso) devem ter produzido gramáticas diversas do português.

Outros argumentos finais dizem respeito à hipótese da deriva e da criouliização prévia. Para Ribeiro (2009), mesmo as três estratégias aparecendo em dialetos rurais do PE, isso não reforça a hipótese da deriva, pois as estratégias  *pied piping*  e cortadora podem estar presentes ou ausentes nas línguas humanas, de ramos e famílias independentes. Além disso, os processos subjacentes às estratégias de relativização não sempre os mesmos, como os termos generalizantes (cortadora, resumptiva,  *pied piping* ) podem levar a crer. Finalmente, usos gramaticais de tipos de relativas no PE são agramaticais no PB rural.

Além disso, em qualquer situação de aquisição de uma língua, os dados linguísticos que servem de  *input*  devem ser robustos. Nesse processo de aquisição, reanálises podem ocorrer. Esse pode ser o caso dos pronomes relativos, na situação de aquisição do português pelos africanos e seus descendentes. Os pronomes relativos foram reanalisados como formas específicas de relativas livres e o complementizador que se generalizou para as ORs com antecedente. Isso não se observa no PE.

Em relação à criouliização prévia, há de se considerar que as diferentes estratégias de relativização estão presentes nas línguas crioulas, “uma língua humana como outra qualquer” (RIBEIRO, 2009, p. 207).

Lucchesi (2015c, p. 207) argumenta que, se nas orações relativas  *stricto sensu* , os brasileiros praticamente só empregam o relativizador neutro  *que* , o qual não porta qualquer traço de pessoa, gênero e número, “o candidato natural a ser o produto de uma mudança

induzida pelo contato entre línguas seria (...) a *relativa resumptiva* ou *relativa com pronome lembrete*”, pois é a única estratégia rejeitada pelos falantes da elite letrada. Porém, os dados de Ribeiro vistos acima sobre o português afro-brasileiro “constataram que tal construção era bastante marginal na variedade que supostamente exibiria os maiores efeitos das mudanças produzidas pelo contato entre línguas dentre todas as variedades atuais do português brasileiro” (LUCCHESI, 2015c, p. 207).

A chave da questão, segundo o linguista, estaria em precisar a forma como o contato entre línguas afeta as estratégias de relativização. Nesse sentido, faz-se necessário “observar as línguas crioulas (preferencialmente as de base lexical portuguesa), para identificar os efeitos sobre a estrutura da gramática dos processos mais radicais de contato entre línguas”, além de analisar “variedades da língua portuguesa que ainda se mantêm em situação de contato massivo, como é o caso do português de Angola e de Moçambique” (LUCCHESI, s/d). Sendo assim, “as diferenças sociolinguísticas entre as variedades do português brasileiro”, particularmente as que destacam o *português afro-brasileiro*, “servem para testar empiricamente as hipóteses derivadas de tal princípio” (LUCCHESI, s/d).

#### **2.4 As orações relativas nas línguas humanas em geral e em línguas crioulas**

O que justifica observar as línguas crioulas é o pressuposto de que muitas mudanças formativas do português popular brasileiro em geral, e do português afro-brasileiro em particular, também estiveram presentes na formação das línguas crioulas.

Para os crioulos africanos de base lexical portuguesa, Nélia Alexandre e Tjerk Hagemeyer (2013) atestaram o uso de estratégia cortadora, resumptiva e uma outra estratégia que não é atestada no PE, tampouco no PB, a qual denominaram de *estratégia da cópia defectiva*. A princípio essa estratégia seria similar à resumptiva, pois não há movimento da preposição, entretanto a posição ocupada pelo pronome-lembrete é ocupada por um pronome de terceira pessoa sem traços de concordância, ou seja, o pronome-cópia não concorda com o antecedente da OR, o que diferencia esta estratégia da OR resumptiva. Segundo os autores, essa estratégia só pode ser atestada sem ambiguidade quando o antecedente é plural, pois com um antecedente singular ocorre uma neutralização entre a estratégia da cópia defectiva e a estratégia resumptiva. Esta situação mostra que as línguas crioulas podem encontrar soluções sintáticas diversas.

Um dos exemplos que os autores fornecem para ilustrar a estratégia da cópia defectiva é o seguinte:

(53) *San tê inen mina nala san ku ome ka pô fla ku ê.*

Ela ter PL filha lá POS que homem IPFV poder falar com 3SG

‘Ela tem lá as suas filhas com que os homens podem falar.’

Na variante de S. Vicente (Barlavento) do crioulo de Cabo Verde, atestou-se o uso da estratégia *ped piping* e da estratégia cortadora, nas ORs preposicionadas, o que surpreende os resultados de estudos sobre outros crioulos, como o Tok Pisin e Sranan, os quais não dispõem da estratégia *ped piping*. Esta é, sem dúvida, uma questão importante para os estudos sobre relativização nas línguas crioulas e nas línguas em geral.

Sobre as variedades africanas do português e o PE, Alexandre e Hagemeyer (2013) afirmam que ORs cortadoras e ORs com *ped piping* são estratégias dominantes, apresentando resultados para o Português de Cabo Verde, o Português de Moçambique, o Português de Angola e o PE. Contudo, os autores não frisam as diferenças nos resultados de cada variedade. Assim, por exemplo, o quantitativo de *ped piping* no PE apresenta uma diferença significativa do quantitativo de cortadoras (59% vs.34%). O Português de Cabo Verde, por seu turno, apresenta 63% de cortadoras e 30% de *ped piping* (ALEXANDRE, HAGEMEIJER, 2013). As relativas resumptivas, em geral, têm uma produtividade baixa nessas variedades.

De qualquer forma, a situação do português na África é, historicamente, bem distinta da situação brasileira, pois aqui a colonização efetiva e o povoamento do interior se deram há mais tempo, bem como o processo de emancipação política, entre outros fatores.

Baseado nos estudos de Keenam e Comrie mencionados acima, Lucchesi (2015c) estabeleceu uma escala de gramaticalização do mecanismo sintático da relativização nas línguas humanas, considerando o grau de complexidade das estratégias de relativização. Assim, o extremo dessa escala seria a existência de línguas com ORs sem qualquer marca morfológica e, no extremo oposto, estariam as línguas que apresentam pronomes relativos com flexão de caso, como o alemão. Partindo do menos gramaticalizado para o mais gramaticalizado, a escala apresentaria a seguinte ordem:

- (i) Línguas com ORs sem qualquer marca morfológica;

- (ii) Línguas com ORs com relativizador neutro (tipo complementizador) e lacuna na posição de relativização na OR;
- (iii) Línguas com ORs introduzidas por um pronome relativo morfológicamente marcado, com uma preposição indicando o caso *in situ* na posição de relativização na OR (ing. *prepositional-stranding relative* [ou preposição encaçada]);
- (iv) Línguas com ORs introduzidas por um pronome relativo morfológicamente marcado, com *pied-piping* da preposição, quando esta é requerida para marcar caso;
- (v) Línguas com ORs introduzidas por um pronome relativo com flexão de caso. (LUCCHESI, 2015c, p. 93)

Em relação às línguas crioulas, o autor observou línguas como o sranan, o tok pisin (partindo dos estudos de Dreyfuss) e os estudos de Comrie e Kuteva (que analisaram 52 línguas pidgins e crioulas) e pôde concluir “que se comprova a ocorrência de um processo de simplificação morfológica nos estágios anteriores do processo de pidginização/crioulização” (p. 99). Além disso,

Nesses estágios, as ORs seriam construídas sem qualquer morfologia própria. No desenvolvimento dos pidgins e crioulos ocorreria a gramaticalização de uma partícula (geralmente um dêitico), que passa a atuar como um relativizador neutro sem marcas morfológicas, podendo ocorrer também a transmissão de um relativizador da língua lexificadora. De qualquer forma, a perda de pronomes relativos morfológicamente marcados, que caracteriza as línguas indo-europeias, parece ser um dos efeitos gerais dos processos de pidginização/crioulização. Assim, nas línguas crioulas, predominam as ORs relativas com lacuna introduzidas por um relativizador com natureza de complementizador, como ocorre no PB. A estratégia resumptiva também está presente sobretudo nas ORs extraídas de posições menos acessíveis de acordo com a HA, mas parece que relativas dessas posições seriam bem pouco frequentes nos pidgins e crioulos (LUCCHESI, 2015c, p. 99-100).

Ao comparar a situação do português brasileiro, que teria passado por um processo de TLI mais leve, com as línguas crioulas, surgidas num processo de transmissão linguística irregular mais radical, o autor percebe que as diferenças não são significativas. A conclusão a que chega é a seguinte:

(...) o predomínio da estratégia cortadora e a perda da estratégia com *pied-piping* é, portanto, o cenário que se observa no PB e em muitas línguas crioulas, o que ratifica a hipótese de Ilza Ribeiro (2009), de que essa característica do PB é o resultado de mudanças induzidas pelo contato entre línguas. Da mesma forma, a baixa frequência de ORs de posições menos acessíveis, de acordo com a HA, também relaciona o PB às línguas crioulas, embora não haja

análises quantitativas que informem a frequência geral dessas construções nas línguas humanas em geral e nas línguas crioulas em particular – certamente uma lacuna significativa na pesquisa linguística. Um detalhe interessante a se ressaltar também seria o emprego lateral de um pronome relativo com valor locativo no Sranan e no PB (*pe* e *onde*, respectivamente); sendo esse locativo usado num espectro funcional mais amplo. Por outro lado, o emprego da estratégia resumptiva nas posições mais encaixadas parece ser mais frequente nos crioulos do que no PB, o que carece de explicação. (LUCCHESI, 2015c, p. 100-101).

Para Lucchesi (2015c), a perda de pronomes relativos morfologicamente marcados, que possibilitam a estratégia *pied pipping*, figura como o mais notável efeito do contato entre línguas massivo e radical sobre as estratégias de relativização. As ORs praticamente só são construídas com o relativizador neutro *que*, com a natureza de um complementizador, formando a relativa cortadora. Essa perda dos pronomes relativos morfologicamente marcados parece ser uma tendência geral nos processos de pidginização/crioulização, uma vez que faz parte da simplificação morfológica que ocorre na formação das línguas pidgins e crioulas.

Além disso, o desaparecimento do *pied pipping* na gramática natural dos brasileiros poderia ser interpretado como um reflexo desse processo de simplificação morfológica que caracteriza dos processos de transmissão linguística irregular, tanto os leves quanto os radicais, pois o *pied pipping* requer um aparato morfossintático mais oneroso, que envolve o movimento de partículas gramaticais morfologicamente complexas (LUCCHESI, 2015c).

Nesse sentido, parece não haver uma diferença significativa, em relação à relativização, entre os processos mais radicais de contato entre línguas e os processos mais leves, como o que parece ter ocorrido com o PB. Dessa forma, a estratégia cortadora faz parte da gramática natural dos indivíduos das comunidades afrobrasileiras isoladas e dos falantes do português popular brasileiro, em geral. Os falantes brasileiros cultos só utilizam a estratégia padrão em contextos mais formais, uma vez que na sua fala espontânea, a cortadora prevalece. (LUCCHESI, 2015c).

Além disso, se a diferença na frequência da estratégia cortadora é pouco significativa nos vários segmentos sociais, a diferença quantitativa entre as chamadas relativas encaixadas e relativas de sujeito e objeto é de grande relevância. Seguindo as predições de Keenam e Comrie, as relativas de sujeito, seguidas das de objeto direto, são mais fáceis de serem processadas e, portanto, são as mais frequentes. As ORs de genitivo, por outro lado, seriam as mais difíceis de serem processadas, justificando sua baixa

frequência, sobretudo nas variedades mais afetadas pela TLI leve. A observação de como ocorre a Hierarquia da Acessibilidade nas diversas normas brasileiras seria, portanto, de grande importância para a pesquisa sobre as ORs (LUCCHESI, 2015c).

### **Conclusões do capítulo**

As discussões apresentadas aqui acerca das orações relativas e sua relação com o contato entre línguas mostraram que tem havido significativos avanços, tanto no entendimento sobre o fenômeno gramatical em si, quanto na compreensão acerca de como essas orações são afetadas nas situações de contato linguístico.

Se, no começo dos estudos, havia o entendimento de que a relativa resumptiva estaria ligada aos processos de crioulização, novas observações empíricas refutaram essa hipótese, levando os pesquisadores a buscar outras interpretações que explicassem a diferença – quantitativa e qualitativa – entre o PE e o PB, no que tange às estratégias de relativização.

Os estudos de Keenan e Comrie (1977) e outros, como Comrie e Kuteva (2005 apud LUCCHESI, 2015c), foram bastante elucidativos nesse sentido, pois fornecem as bases para se entender como se processa a relativização nas línguas humanas. A partir daí, pesquisadores como Lucchesi (2015c) e Ribeiro (2009), no rol dos estudos que consideram o contato linguístico, contribuíram para lançar mais luzes no entendimento da questão. Assim, percebeu-se a existência de um processo de gramaticalização, uma vez que há línguas que não exibem qualquer morfologia específica para realizar a relativização enquanto outras dispõem de pronomes relativos com flexão de caso, que explicitam bem o processo de relativização, indicando a posição sintática de que parte a relativização.

Além disso, os estudos de Tarallo (2018 [1993]) e Kato (2018 [1993]) mostraram que a difusão da estratégia cortadora se dá por conta de três processos distintos: o fato de o português brasileiro ter-se tornado uma língua com proeminência de tópico; a difusão dos complementos verbais nulos no PB; e um processo geral de enfraquecimento da flexão morfológica no PB, o qual está na base dos processos de contato entre línguas, como se defende nesta dissertação.

Desse modo, chega-se ao entendimento de que as orações relativas podem ter sido afetadas pelo processo transmissão linguística irregular leve ocorrido na sócio-história do PB. A maior porcentagem de relativas de sujeito contra a porcentagem das relativas de

genitivo, nos dados dos pesquisadores, favorece a hipótese da simplificação morfológica ocorrida nas situações de contato entre línguas.

Em relação ao elemento introdutor das ORs, defende-se uma visão próxima da de Ribeiro (2009), para quem o pronome relativo raramente introduz as ORs canônicas, nas variedades brasileiras mais afetadas pelo contato linguístico.

Portanto, a predominância do relativizador neutro *que*, o uso generalizado da relativa cortadora, o desaparecimento da estratégia padrão com *pied piping* e o uso residual de pronomes relativos (nomeadamente o *onde*), na gramática natural dos brasileiros, são fatos que reforçam, tanto a hipótese da relevância do contato, quanto a tese da polarização sociolinguística do PB.



### Capítulo 3

#### Enquadramento teórico-metodológico

A segunda metade do século XX foi um período de revoluções e renovações na sociedade global. O período do pós-guerra deixou o mundo consternado e o movimento *hippie* foi um símbolo da crítica às políticas internacionais das potências da época. O movimento de maio de 1968, na França, provou que o mundo tomava novos rumos, em direção à renovação de costumes e ampliação ou conquista de direitos civis.

No âmbito da Língua, o período do pós-guerra foi sem dúvida uma época profícua. Diversas disciplinas foram consolidadas ou surgiram nesse período, como a Sociolinguística, o Gerativismo, a Pragmática, a Linguística Textual, etc. Muitas delas nasceram justamente a partir de críticas aos pressupostos do Estruturalismo europeu e o americano, disciplina que estava na ordem do dia, já há 30 anos, nos estudos linguísticos.

A referência aos acontecimentos externos à história da Linguística é feita aqui por se entender, concordando com Lucchesi, que “as mudanças sócio-históricas determinam alterações no desenvolvimento da ciência, embora tais alterações devam se legitimar no interior do discurso científico” (LUCCHESI, 1998a, p. 24). Entretanto, este capítulo priorizará alguns aspectos da *história interna* da Linguística, no que se relacione com o desenvolvimento da Sociolinguística, e não na sua *história externa*.

A Sociolinguística Variacionista surgiu a partir de pesquisas empíricas sobre fenômenos variáveis, mas seu nascimento se deu também a partir de uma forte crítica e revisão de pressupostos dos neogramáticos, do estruturalismo ou mesmo do gerativismo. Este capítulo tem os objetivos de situar o surgimento da Sociolinguística como disciplina e de discorrer sobre seus pressupostos teóricos e sua metodologia, que foram adotadas na análise que fundamenta esta dissertação.

Com esse intuito de situar o surgimento da Sociolinguística, a primeira seção traz um breve panorama de como os principais teóricos e correntes teóricas trataram a mudança linguística e sua relação com a noção de sistema e estruturalidade; aborda ainda o debate entre a Sociolinguística e outras disciplinas ou teóricas, no que se refere à relação entre sistema e mudança. Na segunda parte do capítulo, discutem-se os pressupostos básicos da Sociolinguística. A terceira parte explica a metodologia utilizada nesta pesquisa, detalhando a constituição do *corpus*, as comunidades analisadas e as variáveis sociais e linguísticas que foram consideradas nesse estudo.

### 3.1 A mudança linguística no século XIX

Apesar da importância dos estudos comparativistas, que buscavam semelhanças entre as línguas do chamado indo-europeu, é com os neogramáticos que se começa a tecer uma teoria da mudança linguística. Antes deles, os estudiosos não se preocupavam com as causas da mudança, apesar de terem formulado os conceitos de *leis fonéticas* e *analogia*, importantes para os estudos da mudança, pois com eles ficaram excluídas as explicações fortuitas e casuais para as irregularidades da mudança linguística (FARACO, 2007).

De modo geral, a explicação para a mudança linguística pode ser dada com base apenas (ou preponderadamente) nos fatores internos da língua, numa abordagem que Mattos e Silva (2008) chamou de *intrassistêmica* ou *intralinguística*; ou essa explicação pode ainda ser dada com base em fatores sociais ou externos à língua, no que se chama de perspectiva *sócio-histórica* ou *extralinguística*.

A primeira explicação da mudança é *intrassistêmica* ou *intralinguística*, ou seja, a mudança é explicada pelos fatores internos do próprio sistema linguístico e começou a ser dada por **Herman Paul**, neogramático mais expressivo, que levanta questões importantes que, segundo Mattos e Silva (2008), continuam hoje nas preocupações dos linguistas teóricos. Como exemplos dessas questões está o fato de o indivíduo estar no centro da mudança, ou seja, é no indivíduo que se inicia a mudança e sua generalização se faz no uso social; e o fato de a mudança ser gradual e infinitesimal. Nos fatores psíquicos e físicos, estariam os fundamentos dos princípios da mudança linguística. Tratava-se de um psicologismo e subjetivismo radical, os quais sustentavam a tese de Paul de que “a fonte de toda mudança linguística era o falante individual” e de que “a propagação da mudança se dava por meio do que Paul chamava ação recíproca dos indivíduos” – ideias que estão na base do gerativismo (FARACO, 2007, p. 146). Outros neogramáticos, como Osthoff e Brugmann, também defendiam que a mudança se origina no indivíduo, já que a língua existe nele (FARACO, 2007).

Criticando os neogramáticos, **Schuchardt**, explica Mattos e Silva (2008), abre um novo caminho para os estudos da mudança: o estudo da variação linguística no espaço (dialetologia) e sua importância para a compreensão da mudança no tempo e, assim, coloca a explicação para a mudança em uma *perspectiva extrassistêmica* ou *sócio-histórica*. Schuchardt introduz, nos estudos linguísticos, a preocupação em se observar o fenômeno do contato entre línguas diversas, que tem como resultado o estudo das línguas pidgins e

crioulas. Segundo Faraco (2007, p. 151-152), o estudioso “chamou a atenção para a imensa gama de variedades de fala existentes numa comunidade qualquer, variedades essas condicionadas por fatores como sexo, a idade, o nível de escolaridade do falante”. Schuchardt mostrou ainda que “essas variedades se influenciam mutuamente” e foi “introduzindo, no correr do século XX, um tratamento em que o contexto social e cultural da língua (...) é condicionante básico da variação e, dentro dela, a mudança” (2007, p. 151-152). Vê-se aí que Sociolinguística é herdeira dessa visão. Entretanto, o teórico ainda tinha como ponto de referência, para a mudança, um falante individual.

### **3.2 Em busca da sistematicidade perdida: sincronia, diacronia, mudança e sistema no século XX**

A intenção de tornar a linguística uma ciência moderna levou alguns teóricos a buscar regularidade, sistematicidade e estruturalidade no objeto de investigação dessa ciência: a língua. Nessa busca, linguistas como Saussure idealizaram a homogeneização do objeto de estudo da linguística. Entretanto, a língua é um mecanismo que serve a grupos humanos, os quais são diferenciados, heterogêneos e, sobretudo, complexos.

Costuma-se dizer que a ciência linguística moderna nasce com o *Curso de Linguística Geral*, de **Ferdinand de Saussure**, livro publicado após a morte do autor, pelos seus discípulos, Albert Sechehaye e Charles Bally. Toma-se a publicação do *Curso*, em 1916, como marco fundador da disciplina, mas com isso não se pretende ignorar que já se faziam reflexões sobre a língua desde as civilizações antigas, como a grega, nem esquecer o desenvolvimento dos estudos comparativos/históricos sobre as línguas, ocorrido mais intensamente no século anterior. O *Curso* foi, porém, uma tentativa de tornar a linguística uma ciência moderna, com um objeto de estudo, método e conceitos próprios.

A grande crítica de Saussure (2012 [1916]) é que os estudos anteriores estudavam a língua sob outros pontos-de-vista, em vez de estudarem a língua por si mesma. Na tentativa de conceber o objeto de estudo da Linguística, Saussure faz o que se poderia chamar de divisão ou recorte da realidade linguística e separa a língua (*langue*, sistema) da fala (*parole*). A língua seria a parte (da linguagem humana) que seria homogênea, social e passível de ser estudada – o verdadeiro objeto de estudo do linguista. A fala seria heterogênea e individual e não deveria ser objeto de atenção dos linguistas estruturalistas.

Para os estruturalistas saussurianos, a mudança linguística – um fato que não poderia ser ignorado – constituía um impasse. Saussure coloca a mudança no domínio da

diacronia, enquanto que a verdadeira linguística deveria se preocupar com os fatos da sincronia. Portanto, ele não concebe que a mudança seja passível de ser estudada ou incorporada a uma disciplina que procura a estruturalidade ou sistematicidade no seu objeto de estudo. Alguns de seus sucessores, no entanto, não abandonaram a mudança dos estudos linguísticos, mas tentaram incorporá-la a estes. Saussure atribuiu a variação e a heterogeneidade à fala, enquanto que à língua pertenceria a homogeneidade e a sistematicidade. Assim, caberia à Linguística estudar os fatos da língua (do sistema) e não da fala, embora a língua só pudesse ser abstraída a partir da fala.

Antes do estabelecimento do estruturalismo, o linguista francês **Antoine Meillet**, no começo do século XX, elaborou uma concepção mais sociológica do falante e da língua, distinguindo-se de Schuchardt nesse sentido, pois este tinha como ponto de referência um falante individual.

Segundo Faraco, “embora Saussure considerasse, em tese, a língua como uma instituição social (...) foi Meillet quem, de fato, elaborou uma perspectiva em que as condições sociais passaram a ser vistas como tendo uma influência decisiva sobre a língua e, conseqüentemente, sobre a mudança” (FARACO, 2007, p. 152-153). Isso se justifica no fato de o teórico conceber a Linguística como uma das Ciências Sociais, fazendo parte da Antropologia, no sentido amplo. Para Meillet, a condição principal da mudança é a realidade descontínua (heterogênea) das línguas, pois “se a história dos homens não é linear nem homogênea, logo as sociedades são heterogêneas e essa heterogeneidade do social é determinante da heterogeneidade linguística e condicionante da mudança” (MEILLET apud FARACO, 2007, p. 153-154). Ao estudar o vocabulário das línguas indoeuropeias, o linguista pôde perceber que termos recorrentes nas várias línguas dessa família pertenciam, na origem, ao léxico da aristocracia indoeuropeia, cujos membros mantinham relacionamento mais estável e constante entre si, mesmo distante geograficamente. No caso das populações não-aristocráticas, o vocabulário se caracteriza por uma maior diversidade, de lugar para lugar.

Meillet foi um dos primeiros a tentar formular uma orientação teórica para o estudo da história linguística que incorporasse a realidade sociocultural das línguas. Essa orientação, porém foi deixada de lado por um bom período, pois a visão imanentista da língua e da mudança linguística se tornaria hegemônica, com o chamado *estruturalismo diacrônico*.

Alguns estruturalistas pós-Saussure, sobretudo os do Círculo Linguístico de Praga, não aceitaram excluir a mudança dos estudos linguísticos, ou seja, não se conformaram com a suposta incompatibilidade entre sistema e mudança. Os estudiosos do Círculo **Romam Jakobson** e **Nicolai Trubetzkoy**, e depois **André Martinet**, retomaram a postura de Hermam Paul de estudar a mudança numa perspectiva intrassistêmica, isto é, procuraram deslindar os fatores ou forças do próprio sistema que atuavam na mudança, porém com algumas diferenças. Na visão dos fonólogos diacrônicos, criadores do conceito de fonema e de uma teoria fonológica, para continuar a funcionar como instrumento de comunicação entre os homens, o sistema tinha, necessariamente, de mudar. Eles então estenderam o método estrutural ao estudo histórico da língua, inaugurando o estruturalismo diacrônico. O objetivo desses teóricos era descobrir os mecanismos que o sistema cria para continuar funcionando e em equilíbrio. O sistema (fônico) tendia a uma harmonia entre os elementos e era essa harmonia que o mantinha equilibrado. A noção de funcionalidade era crucial para esses fonologistas (MATTOS E SILVA, 2008; FARACO, 2007).

**Martinet**, contudo, desenvolveu uma teoria mais abrangente para explicar a mudança. Ele parte do princípio que o germe da mudança no sistema está nos seus “pontos fracos”, relacionando essa noção à função distintiva do fonema. Uma vez que a função do fonema é distinguir signos, faz-se necessário que os fonemas se mantenham distintos para que a comunicação se realize (noção fundamental para os teóricos do Círculo). Martinet então associa isso à noção de rendimento funcional dos fonemas: o maior rendimento funcional está associado à maior estabilidade do fonema e, o menor rendimento funcional, por sua vez, torna o fonema instável, o que pode levar à mudança (MATTOS E SILVA, 2008). Como se vê, a explicação para a mudança fônica reside no próprio sistema, não se considerando fatores externos a ele, exceto o aparelho fonador. O sistema seria, então, um organismo que se regula, a fim de se manter funcionando.

Ainda no seio do próprio estruturalismo, surgiram outras críticas à dicotomia entre sistema e mudança. **Eugenio Coseriu**, em *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança linguística* (1979), esclarece que a dicotomia entre sincronia e diacronia só pode existir em relação à escolha do pesquisador: pode-se olhar para a língua e estudá-la sincronicamente ou diacronicamente, entretanto, essa dicotomia não pertence ao objeto *língua*. Coseriu critica as postulações sausserianas de que a sistematicidade pertence aos fatos sincrônicos enquanto que os fatos diacrônicos seriam “particulares, heterogêneos,

isolados” e exteriores ao sistema (p. 201). Para Saussure, os fatos diacrônicos (as mudanças) são “assistemáticos”. Por privilegiar o ponto de vista do falante que utiliza a língua e que, portanto, “não percebe a mudança como tal” (COSERIU, 1979, p. 208), o linguista genebrino excluiu a mudança dos estudos linguísticos. De fato, esclarece Coseriu, a língua *funciona sincronicamente*, mas *constitui-se diacronicamente*. Portanto, uma língua é, simultaneamente, sincrônica e diacrônica. Como esclarece Faraco (2007), Coseriu propõe que se veja a língua como um sistema em movimento, em permanente sistematização.

Assim, numa postura distinta da de Saussure, o estruturalista Eugenio Coseriu (1979) afirma que o falante cria uma forma linguística nova por uma necessidade expressiva e, às vezes, por razões fisiológicas também, entretanto, somente com a *adoção* e a *difusão* da forma inovadora a mudança era implementada, ideias que estão na base da Sociolinguística. Coseriu criticou a postura dos linguistas que tentavam buscar a causa da mudança linguística, como se a mudança “perturbasse” a homogeneidade do sistema, e considerou legítimo justamente buscar os fatores que *condicionariam* a mudança, mas que não eram sua causa absoluta.

No âmbito do gerativismo, Chomsky e seus seguidores elaboraram explicações para a mudança relacionadas à aquisição da linguagem, uma vez que o modelo baseava-se numa hipótese inatista: as crianças dispõem de um conhecimento inato do que é “uma língua humana possível” e que as orienta no processo de aquisição da língua.

Em relação à mudança/diacronia, essa corrente teórica teve dois momentos distintos. No primeiro momento, “na medida em que a gramática era vista como um sistema de regras, as mudanças foram vistas como processos que alteravam as regras da gramática, eliminando algumas, introduzindo novas ou, ainda, reordenando sua aplicação” (FARACO, 2007, p. 165). Faraco (2007) faz uma forte crítica a esse primeiro momento, pois este remete aos postulados dos neogramáticos (com as leis fonéticas) e os de Martinet; mas agora com descrições aparentemente mais elegantes, proporcionadas pelos novos aparatos notacionais, como as regras e representações gerativistas.

O segundo momento é no final da década de 1970, momento em que o gerativismo se reformula e passa a adotar um modelo no qual a gramática opera restringida por alguns poucos princípios gerais e se concentra em justificar representações gramaticais possíveis. Introduce-se também a ideia de que a gramática universal é um conjunto de parâmetros variáveis, isto é, ela restringe as gramáticas possíveis, mas oferece alternativas, retomando

assim a abordagem tipológica. Em relação à mudança, passa-se a entendê-la como correlacionada com alterações na fixação de parâmetros, ou seja, a história da língua é vista agora como um processo de mudança tipológica. Além disso, as mudanças estão relacionadas: uma mudança leva à outra, como na análise estruturalista. Novamente, a mudança é considerada como direcionada por forças internas à língua, portanto, está-se diante de mais uma análise *intrassistêmica/intralinguística*.

### 3.3 A proposta da Sociolinguística para a variação e a mudança linguísticas

Em 1968, Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog publicam o ensaio que funda a Sociolinguística Variacionista – *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, trabalho que lança as bases para se teorizar sobre a mudança numa *perspectiva extrassistêmica* ou *sócio-histórica*. Nele, os autores argumentam que os fatos da heterogeneidade não se harmonizam bem com a abordagem estrutural da língua. O questionamento central dos autores é o seguinte: “se a língua tem de ser estruturada para funcionar eficientemente, como as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda?” (WEINREICH, U. *et alli* 2009 [1968], p. 35).

A crítica mais forte feita ao estruturalismo foi o caráter homogeneizante que o conceito de sistema tinha na teoria sausseriana. A correlação entre homogeneidade e estruturalidade foi, segundo os autores, o axioma mais equivocado que o estruturalismo postulou.

Para superar o paradoxo criado pela linguística estruturalista entre a realidade heterogênea da língua e a concepção homogênea da língua, os teóricos rompem com a identificação entre estruturalidade e homogeneidade e postulam que o domínio, pelo falante nativo, de estruturas heterogêneas faz parte de sua competência linguística monolíngue. Assim, concluem que a língua é um sistema dotado de heterogeneidade estruturada.

Buscaram, então, os autores estabelecer princípios que condicionariam a implementação da mudança. U. Weinreich, W. Labov e M. Herzog (1968) estabeleceram 5 problemas aos quais uma teoria da mudança linguística deve responder: a questão dos *fatores condicionantes*, a questão da *transição*, o *encaixamento*, a *avaliação* e a *implementação*, que serão detalhados mais adiante. Segundo esse postulado, uma forma linguística nova não pode vir a sofrer uma mudança, se não passar por essa “etapas”.

Na busca dos fatores que condicionariam a variação, Weinreich, Labov e Herzog depararam-se precisamente com a realidade heterogênea da língua, ou seja, com o fato de ela ser constituída pela variação. Variação e mudança são, portanto, faces do mesmo fenômeno. Elas existem porque a língua é dotada da já mencionada *heterogeneidade ordenada*.

A máxima “toda mudança pressupõe variação, mas nem toda variação resulta em mudança” evidencia a relação de implicação entre esses dois fatos do fenômeno linguístico. De fato, a ocorrência de duas ou mais formas alternativas equivalentes<sup>12</sup> pode resultar na vitória, de uma forma sobre a outra, assim como pode acontecer de as duas formas coexistirem por muito tempo (TARALLO, 2003 [1986]).

A criação do artifício teórico do *tempo aparente* foi fundamental para suplantar de vez a dicotomia criada entre sincronia e diacronia. O estudo com falantes de diferentes faixas etárias permite perceber a mudança em curso, desde que se façam as devidas ressalvas. Se falantes mais velhos utilizam uma determinada forma, por exemplo, o alteamento de vogais pretônicas no português brasileiro, em palavras como “colégio” ou “melhor” (pronunciadas como “culégio” e “milhor”) e falantes mais novos utilizam outra forma (realizam a vogal pretônica de outra maneira), pode-se concluir que, provavelmente, o fenômeno do alteamento, nesse contexto, não prevalecerá. Portanto, pode-se ver, nesse caso, uma *mudança em curso*. Nas brilhantes palavras de Mattos e Silva (2004),

Com a sociolinguística laboviana ou variacionista, cai por terra a “homogeneidade” do objeto de estudo saussuriano, quando, já nos *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, de 1968, defendem os autores a “heterogeneidade” sincrônica. Essa “heterogeneidade ordenada” permitiu que a mudança linguística se integrasse a esse modelo teórico, que criou o artifício metodológico do “tempo aparente”, dando margem à demonstração da mudança numa diacronia sincrônica, com base no estudo da variação de falantes de faixas etárias diferentes, conviventes numa mesma comunidade de fala, em um mesmo tempo e lugar. Pelas frestas da variação etária se evidenciava, na sincronia, a diacronia. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 11)

Salienta-se que essa proposta mantém a noção de estrutura e de sistema, mas atribui-lhe a heterogeneidade. Para a Sociolinguística, o pressuposto de que a língua é um fato social tem uma conotação diferente da do *Curso de Linguística Geral*, pois neste a língua é um sistema depositado na mente de cada falante individual (apreendido através da

---

<sup>12</sup> Não se pretende nesse trabalho problematizar a questão da equivalência de formas linguísticas em variação



fala), mas que é compartilhada por um conjunto de falantes (daí o fato de ser social); enquanto que na Sociolinguística, a língua é um sistema dotado de heterogeneidade ordenada, relacionada a aspectos linguísticos e sociais compartilhada por falantes reais em uma dada comunidade linguística. Observe-se que os aspectos sociais fazem parte do sistema, não são externos a ele. Além disso, os aspectos linguísticos (internos/intrassistêmicos) também são importantes no desencadeamento da mudança. Dessa forma, a Sociolinguística, une, de fato, o social ao estrutural. Talvez possa-se considerar que se está diante de uma *perspectiva intrassistêmica e sócio-histórica* ao mesmo tempo.

Essa breve incursão feita até aqui teve o objetivo de situar a Sociolinguística Variacionista como uma corrente teórica que nasce herdando conceitos e postulados de alguns teóricos e divergindo de uma série de teorias e postulados que buscavam uma explicação imanentista para a mudança e excluía questões externas ao sistema. A próxima seção discorrerá sobre os pressupostos teóricos básicos da teoria laboviana.

### **3.4 Por uma linguística do uso: sistematizando a variação.**

O primeiro estudo de William Labov, fundador da Sociolinguística Variacionista, Laboviana ou Quantitativa, foi feito na ilha de Martha's Vineyard (Massachusetts, Estados Unidos), em 1962 e tinha como variável a realização do ditongo /ay/ no Inglês, em palavras como *right* e também a realização do ditongo /aw/, de palavras como *house*. Além das variantes padrão, [ay] e [aw], havia outras realizações que tendiam à centralização da primeira vogal.

O linguista percebeu que a forma não-padrão (*a* centralizado) tinha resultados superiores a outras realizações fonéticas. A forma não-padrão era característica do dialeto local e estava sendo reforçada em alguns grupos locais (como o dos pescadores), apesar do prestígio da forma padrão, por causa da repulsa de alguns ilhéus à “invasão” dos veranistas. Esse foi o primeiro estudo em que se controlou variáveis e se quantificou os resultados. Labov entrevistou 69 informantes, agrupados segundo a distribuição geográfica e a faixa etária (TARALLO, 2003; COELHO et al, 2019). Esse estudo será retomado na próxima seção para a discussão dos problemas da mudança linguística.

Em 1966, o linguista estadunidense realizou outra pesquisa, desta vez em uma comunidade urbana. Ele estudou a estratificação do inglês de Nova Iorque, através da realização do R pós-vocálico (de *card*, por exemplo), consolidando assim a pesquisa

sociolinguística e, simultaneamente, a base da teoria sociolinguística. Esses dois estudos lançaram as bases para o desenvolvimento da teoria da variação e da mudança. Vale ressaltar que a Sociolinguística Variacionista teve influência de outras áreas de estudo, como a Dialetoлогия, ou de outros teóricos, a exemplo de Schuchardt, como foi mencionado anteriormente.

Labov (2008[1972]) não concebia uma linguística que não fosse social, a ponto de achar redundante o termo *Sociolinguística*, uma vez que toda língua serve a uma comunidade, a um grupo social. Suas ideias vão de encontro às ideias de teorias que representavam o objeto de estudo da Linguística como um sistema abstrato e homogêneo, como o estruturalismo e o gerativismo. O que era impossível na concepção de Saussure (estudar o caos da fala) tornou-se realidade, através do estudo sistemático da variação linguística, com o isolamento da variável linguística e a identificação de seus fatores condicionadores. Nessa nova concepção, a língua é um *sistema heterogêneo e organizado* – que permite que falantes de áreas e classes sociais diferentes consigam se comunicar eficientemente, mas, ao mesmo tempo, *a língua está mudando*, o que se reflete na variação linguística que se observa em cada momento na língua. E a variação linguística não é aleatória, como sugeria o conceito de *variação livre* do estruturalismo, mas condicionada por fatores encontrados na própria língua e na sociedade.

A Sociolinguística Variacionista (também chamada de *Sociolinguística Quantitativa*, *Sociolinguística Laboviana* ou, ainda, *Teoria da variação e mudança*) é “uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais”. Além disso, “esta ciência se faz num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo” (MOLLICA, 2010, p. 9). Portanto, estuda a língua no seu uso social, isto é, entende a língua como uma realidade heterogênea utilizada na interação entre os falantes.

O objeto (teórico) de estudo da Sociolinguística é justamente a *variação linguística*, entendida como um princípio geral e universal, passível de ser descrita cientificamente. As alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais (*variáveis independentes* ou grupo de fatores). Essas alternâncias de uso são chamadas tecnicamente de *variantes* e compõem a *variável dependente*. Portanto, o emprego de variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores de natureza social

(extralinguística) ou estrutural (intra-linguística ou intrassistêmica). A frequência da ocorrência de uma variante pode ser aumentada ou diminuída por um determinado fator, externo ou interno ao sistema. A concordância entre o sujeito e o verbo é um exemplo de variável dependente, que possui duas variantes (a marca ou a ausência da marca de concordância). Ela pode ter como variável independente (linguística) a posição do sujeito em relação ao verbo e, como variável independente (social), a escolaridade.

A Sociolinguística busca não só quantificar os resultados encontrados, mas também, a partir deles, entender a direção da variação, ou seja, busca entender o grau de estabilidade e de mutabilidade de uma forma linguística. Na verdade, essa é a preocupação maior da disciplina. Ao se deparar com a variação, o sociolinguista tem a missão de descobrir **padrões** preditivos mensuráveis probabilisticamente, uma vez que a variação possui *sistematicidade*, na medida em que é condicionada pelos grupos de fatores (MOLLICA, 2010). A pesquisa Sociolinguística tem, portanto, uma dimensão quantitativa e qualitativa.

Em relação aos universais linguísticos, estes devem ser procurados na mudança – chamados de *universais variáveis*. Dito de outra forma, a Sociolinguística busca teorizar sobre as propriedades gerais da mudança linguística, comuns a todas as línguas.

### 3.4.1. O estudo em Martha's Vineyard e os cinco problemas da mudança.

A importância que o primeiro estudo de Labov, na ilha de Martha's Vineyard, teve foi a descoberta de que a **identidade** e a **atitude** dos moradores estavam condicionando a variação e a mudança. O linguista recolheu os dados em diversas modalidades: fala causal, leitura, questionários e fala cuidada. Além dos fatores linguísticos (ambiente fonético, prosódia, etc.), que se mostraram pouco significativos, os fatores sociais analisados foram: *região* (rural ou urbana), *ocupação* (pescadores, agricultores, profissionais liberais, estudantes etc.), *grupo étnico* (descendentes de ingleses, de portugueses ou indígenas), *sexo/gênero* e *faixa etária*. (COELHO et al, 2019).

Alguns desses fatores favoreciam a centralização dos ditongos /aw/ e /ay/, variante não-padrão. A faixa etária de 31 a 45 anos foi a que mais centralizou o ditongo. Na localidade rural, o índice de centralização também era mais alto que na parte urbana da ilha. Em relação à ocupação, o grupo dos pescadores apresentou os maiores índices de centralização. A etnia que mais favoreceu essa centralização foi a dos descendentes de ingleses. Cruzando os dados, notou-se que os descendentes de ingleses, em sua maioria, se

ocupavam da pesca e habitavam a área rural, particularmente a região de Chilmark. Esses foram justamente os fatores que favoreciam a centralização dos ditongos. (COELHO et al, 2019).

O importante dessa pesquisa foi revelar que a variante padrão não era avaliada negativamente por esse último grupo (descendentes de ingleses, pescadores, da área rural) e era mais realizada nesse do que em outros grupos. A explicação para isso estava na história social da ilha. Os pescadores descendentes de ingleses eram conhecidos por serem independentes e por defenderem seu modo de vida. Porém, a ilha estava passando por várias mudanças sociais e econômicas. Enquanto a atividade turística crescia, a pesca ia decaindo, trazendo mudanças espaciais (avançando no território da ilha) e culturais. O resultado disso foi uma divisão dos ilhéus entre os que eram mais receptivos a essas mudanças e aqueles que eram contrários a elas. Os habitantes de Chilmark estavam incluídos nesse último grupo. No plano da língua, aqueles que eram mais avessos às transformações que o turismo estava causando na ilha centralizavam mais os ditongos, pois a variante padrão (não centralizada) era justamente a que era utilizada pelos turistas. Aqueles que eram favoráveis a tais mudanças apresentaram índices menores na centralização dos ditongos.

É importante o sociolinguista entender a relação entre a variação e a estigmatização ou prestígio de uma dada forma linguística. Normalmente, a variante não-padrão é avaliada negativamente pelos membros da comunidade, nos questionários sobre as formas linguísticas, embora o falante a realize em níveis altos; mas nem sempre isso ocorre, como se viu no estudo laboviano na ilha de Martha's Vineyard.

A partir desse e de outros estudos, Labov começou a esboçar as hipóteses sobre como a variação pode afetar a mudança linguística ou se manter estável numa dada comunidade e sobre como a atitude do falante em relação às formas em variação e o estigma ou prestígio de uma dada forma linguística estão justamente imbricadas no processo de mudança ou manutenção das variantes.

O sociolinguista chegou, junto com Weinreich e Herzog, a algumas conclusões de como se processa a mudança linguística numa dada comunidade, isto é, eles elaboraram os passos para que a mudança se processe numa determinada comunidade, denominados de **os cinco problemas da mudança linguística**: *o problema da restrição, o problema do encaixamento, o problema da transição, o problema da avaliação, o problema da avaliação.*

A compreensão de como a mudança linguística ocorre estaria relacionada a esses cinco problemas. O *problema da restrição* diz respeito ao conjunto de mudanças possíveis e condições para que essas mudanças ocorram numa dada estrutura. O *problema do encaixamento* define como um fenômeno linguístico em variação/mudança é encaixado na estrutura linguística e na estrutura social. O *problema da transição* envolve a transmissão (maneira como a mudança progride ao longo de sucessivas gerações) e o incremento (mecanismo pelo qual ela avança) de uma forma nova. O *problema da avaliação* diz respeito à atitude subjetiva e consciente dos falantes em relação às formas linguísticas em variação/mudança. Por fim, o *problema da implementação* relaciona-se aos fatores a que se pode atribuir a implementação da mudança e ao fato de que ela ocorre em determinadas situações e não em outras. Assim, procura-se entender como a estrutura linguística de uma comunidade se transforma no curso do tempo. Após passar por esses estágios, a mudança se implementa na comunidade (COELHO et al, 2019).

### **3.5 A metodologia utilizada neste trabalho**

Este trabalho segue a metodologia da Sociolinguística Variacionista, teoria que busca encontrar regras variáveis que estão na base do funcionamento da língua em uma dada comunidade. Esta pesquisa visa entender a distribuição social das estratégias de relativização, com base no aporte teórico da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e está vinculada ao Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* ([www.vertentes.ufba.br](http://www.vertentes.ufba.br)), o qual pretende “traçar um panorama sociolinguístico do Português Popular do Estado da Bahia”, buscando entender “a relevância do contato entre línguas na sua formação sócio-histórica” e “os processos atuais de difusão linguística através dos grandes centros urbanos”<sup>13</sup>.

#### **3.5.1 Constituição do corpus**

Os dados analisados foram extraídos do *Acervo de Fala Vernácula do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*. O *corpus* é constituído de amostras de fala vernácula de informantes de dois municípios do interior do estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus e Poções, que estão distribuídos entre a sede e a zona rural desses municípios.

---

<sup>13</sup> Extraído de [www.vertentes.ufba.br/home](http://www.vertentes.ufba.br/home).

A amostra é formada por 48 entrevistas informais, de tipo sociolinguístico. Os informantes estão distribuídos em três faixas etárias: faixa I (25 a 35 anos), faixa II (45 a 55 anos) e faixa III (mais de 65 anos). A análise levará em conta também as seguintes variáveis sociais: nível de escolaridade (diferenciando os falantes analfabetos dos semi-analfabetos), estada fora da comunidade (período acima de seis meses) e sexo do(a) entrevistado(a). Os inquéritos do português popular do interior do Estado estão divididos de acordo com a urbanização. Assim, em cada município, há 12 inquéritos do centro urbano e 12 inquéritos da zona rural, havendo assim outra variável social: a localidade. A seguir, comentam-se a situação do português popular do interior e sua relação com a transmissão linguística irregular e outras hipóteses. Mais adiante serão comentadas as variáveis sociais e linguísticas e as hipóteses associadas a algumas delas.

Os dados foram codificados e rodados no programa Varbrul, na versão GoldVarb X, programa de análises de regras variáveis. Este programa revela as frequências e pesos relativos de todas as variáveis e mostra as variáveis independentes (fatores condicionadores) que estão condicionando a variação do fenômeno em estudo (GUY; ZILLES, 2007). Os resultados serão comentados pormenorizadamente no próximo capítulo.

### **3.5.2 O português popular do interior do estado da Bahia**

Como visto no primeiro capítulo desta dissertação, as variedades populares do português brasileiro passaram por um processo de transmissão linguística irregular (TLI), em sua formação histórica, do que resultou uma simplificação morfológica, afetando áreas da gramática, como as orações relativas e a concordância nominal e verbal. Esse processo histórico produziu uma divisão linguística entre uma norma culta e uma norma popular, no que Lucchesi (2015a) denominou de *polarização sociolinguística*.

Porém, essa divisão foi se atenuando, ao longo do século XX, sem, contudo, se extinguir. A tecnologia, o maior alcance dos meios de comunicação de massa e o desenvolvimento da malha rodoviária diminuíram o isolamento em que comunidades rurais e outras (como as quilombolas) estavam, favorecendo um *nivelamento linguístico*, em que as formas linguísticas de maior prestígio foram sendo assimiladas pelos falantes das classes populares (LUCCHESI, 2015a). Assim a norma culta foi penetrando nas variedades populares do interior através do rádio e da televisão.

A ideia defendida por Lucchesi (2015b) é a de que existe um *continuum* que vai desde a variedade mais afastada do padrão e mais afetada pelo contato entre línguas – falada pelas comunidades afro-brasileiras isoladas – até a variedade popular mais central e mais sujeita ao nivelamento linguístico institucional – a variedade popular urbana – passando por aquelas que, intermediárias, refletem a ação dessas forças antagônicas – o português popular do interior<sup>14</sup>. A figura 1 abaixo, adaptada de Santos (2010), representa esse *continuum*:

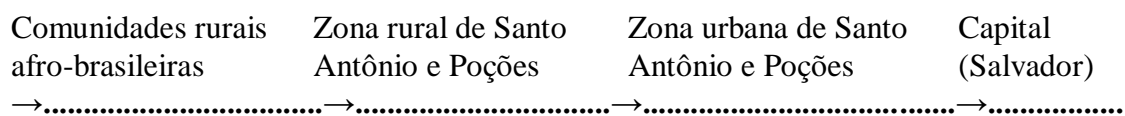


Figura 1: Disposição das comunidades rurais e afro-brasileiras no *continuum* de urbanização.

Portanto, existe uma diferença entre as variedades populares relacionada à urbanização e o maior contato com os meios de comunicação. Dessa forma, a análise do português popular do interior da Bahia tem o objetivo de testar a hipótese da TLI, as formas de difusão da norma culta e o nivelamento linguístico.

Entretanto, é preciso fazer uma ressalva sobre o fenômeno linguístico em estudo – as orações relativas – e a difusão da norma culta. Como se observou no capítulo 2, sobretudo no estudo de Ribeiro (2009) e também na análise de Lucchesi (2015a), entre outros, as orações relativas não constituem um fenômeno linguístico que separa a norma culta da norma popular, como a concordância verbal. As ORs são um aspecto da gramática que separa a norma-padrão da norma culta, pois a estratégia prescrita pela gramática (relativa padrão) já aparece com uma baixa frequência na fala de pessoas altamente escolarizadas, sobretudo em contextos informais. Sendo assim, não se espera encontrar relativas padrão, já raras na fala culta, no português do interior da Bahia.

Por outro lado, torna-se relevante observar se a TLI teria afetado a frequência de ORs mais encaixadas, como as de genitivo. Segundo a Hierarquia da Acessibilidade (HA), de Keenam e Comrie (1977), algumas posições sintáticas são mais acessíveis à relativização do que outras. As posições à esquerda são mais fáceis de relativizar do que as posições à direita. Assim, segundo a *Hierarquia*, as relativas de sujeito, seguidas das ORs de objeto direto (que nesse estudo serão denominadas de *relativas neutras*) são mais fáceis de serem processadas e, portanto, têm uma ocorrência maior. Diferentemente, as ORs de

<sup>14</sup> <http://www.vertentes.ufba.br/2a-etapa/geral>

genitivo seriam mais difíceis de serem processadas, o que justifica seu baixo índice de ocorrências, sobretudo nas variedades mais afetadas pela TLI. Dessa forma, as variáveis sociais serão testadas observando-se sobretudo a função sintática do elemento introdutor das ORs, para se mensurar se ocorrem mais ORs encaixadas ou *neutras*.

### 3.5.3 Os municípios analisados

Os municípios estudados possuem características socioeconômicas distintas e essa foi a motivação para que fossem escolhidos, pois assim pôde-se obter uma visão sociolinguística mais ampla da Bahia. Segundo o site do Projeto Vertentes, “Santo Antônio de Jesus situa-se no Recôncavo Baiano, zona cuja origem está ligada aos grandes engenhos de cana-de-açúcar que se estabeleceram em torno da cidade de Salvador, capital da Colônia até o ano 1763.” Poções, por sua vez, “situa-se na zona do semiárido baiano, região tradicionalmente ligada à pecuária”<sup>15</sup>.

Ainda segundo o site do Projeto Vertentes, “Santo Antônio de Jesus é um município que está mais próximo de Salvador e possui uma grande atividade comercial”, enquanto que “Poções é um município mais distante da capital e registra uma atividade comercial de menor intensidade”<sup>16</sup>. A expectativa é que, considerando o processo de difusão dos padrões linguísticos urbanos cultos e semicultos, Santo Antônio de Jesus apresente padrões de comportamento linguístico mais próximos da norma padrão ou da norma culta, do que o município de Poções.

Portanto, a análise desses dois municípios representativos do Estado da Bahia visa a testar o nivelamento linguístico mencionado na seção anterior e verificar se há diferenças nas variedades mais urbanizadas em relação às menos urbanizadas ou isoladas.

#### a) O município de Poções-BA

De acordo com Santos (2010), a história do povoamento do município é marcada pelo processo de colonização, e data da segunda metade do século XVIII. Além da presença europeia, há registros da presença indígena e africana. Inicialmente, Poções era um distrito

---

<sup>15</sup>Extraído de <http://www.vertentes.ufba.br/2a-etapa/municipios>.

<sup>16</sup> Idem.



vinculado a Vitória da Conquista e obteve sua emancipação política em 1883.

Dados do IBGE<sup>17</sup> mostram que o município de Poções possui uma população de quase 45 mil habitantes, sendo a maioria concentrados na zona urbana. Está situado na microrregião de Vitória da Conquista e está a 444 km de Salvador. A densidade demográfica é de 54,08 h/km<sup>2</sup>. O município de Poções tem como principais atividades econômicas a agricultura (produção de café, feijão, tomate, mandioca, banana, milho, aipim e mamona) e a pecuária, (sobretudo o rebanho). Destaca-se também no setor de bens minerais pela produção de ferro e amianto.

Segundo Santos (2010, p. 88), em relação à cultura,

o município caracteriza-se pela manutenção de algumas tradições folclóricas, como o Reisado e a tradicional festa do Divino Espírito Santo, frequentemente referida pelos informantes durante as entrevistas. Ao contrário de Santo Antônio de Jesus, Poções ainda guarda muitos traços da tradição rural. De acordo com a prefeitura do município<sup>36</sup>, mesmo com o crescimento da cidade, pouco se modificou a paisagem local, a cidade ainda conserva um clima de calma, com pouca circulação de pessoas, e um forte apego às tradições religiosas. Na zona rural do município, destaca-se o distrito de Morrinhos, região eminentemente agrária, mas de grande importância para a região, pois além dos insumos agrícolas que produz, concentra a barragem que abastece de água a cidade e regiões circunvizinhas.

Na análise desses dois municípios (divididos em duas localidades cada um), o objetivo é verificar se as relativas de posições mais encaixadas teriam uma ocorrência maior nas variedades mais influenciadas pela capital e pelos meios de comunicação do que aquelas mais rurais, de acordo com o *continuum* mostrado acima.

#### *b) O município de Santo Antônio de Jesus-BA*

Santo Antônio de Jesus, localizado na “ponta” do Recôncavo Baiano, é um dos municípios que mais se destacam na região. É um importante polo comercial e de serviços de sua microrregião. Segundo o IBGE, a cidade está situada a aproximadamente 200 km da capital do estado e possui uma população de 90.985 habitantes (censo de 2010).

De acordo com Santos (2010, p. 87), “tem sido cada vez mais frequente o deslocamento dos indivíduos da zona rural para a sede do município, motivados sobretudo pela necessidade de serviços básicos como saúde, educação e também pela busca por

---

<sup>17</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pocoas/panorama>.

emprego”.

Em relação às atividades econômicas, além do comércio, que é um ponto forte da região, destacam-se a produção de gêneros agrícolas (produção de amendoim, limão e laranja), a pecuária (criação de bovinos e muares) e a produção de fogos de artifícios (SANTOS, 2010).

A força do comércio e a densidade populacional faz com que o desenvolvimento do município seja superior ao de Poções. De acordo com Santos (2010, p. 87),

Inicialmente, o território que deu origem ao município de Santo Antônio de Jesus pode ter sido habitado por índios cariris, tupinambás e aimorés. Os primeiros assentamentos populacionais aconteceram por volta do século XVIII (...). A princípio, o território vinculava-se ao município de Nazaré, alcançando independência política e institucional em 1880. O desenvolvimento urbano da cidade se deu com a insurgência de atividades comerciais, desencadeado, sobretudo, pelo incremento das vias de transporte ferroviário e rodoviário.

A autora considera que esse desenvolvimento traz consigo algumas consequências negativas para a cidade, tais como a violência urbana e a carência de infraestrutura.

#### **3.5.4. Variáveis sociais**

O fenômeno variável em análise, reitera-se, é constituído pelas estratégias de relativização do português, isto é, quando se utiliza a oração relativa na fala, qual forma de OR o falante usa. Assim, a variável dependente é constituída pelas três estratégias que o português dispõe: a estratégia padrão, estratégia cortadora (ou relativa com lacuna) e estratégia resumptiva (ou copiadora ou relativa com pronome lembrete). A variante neutra, ORs cujo pronome relativo tem função de sujeito ou objeto direto, foi colocada no conjunto da variável dependente.

Em função dessa variável dependente, foram testadas algumas variáveis sociais ou extralinguísticas: a faixa etária, o nível de escolaridade, a estada fora da comunidade e o sexo do falante.

a) *A faixa etária*

A tabela 1 mostra a distribuição da faixa etária dos informantes:

**Tabela 1: Faixa etária dos informantes**

<b>Faixa I</b>	25 a 35 anos
<b>Faixa II</b>	45 a 55 anos
<b>Faixa III</b>	mais de 65 anos

Segundo os pressupostos da Sociolinguística Variacionista, a faixa etária pode ser um forte indicador de *mudança em curso*, embora, em relação a essa variável, podem acontecer duas situações: ou uma nova variante pode estar se instalando na língua, ocorrendo assim a mudança em progresso, ou pode ser apenas uma alteração no comportamento linguístico do falante ao longo da sua vida (mudança geracional), de modo que a variante não se instala na comunidade, apenas figura na fala do indivíduo mais jovem durante essa fase da vida (PAIVA; DUARTE, 2010). Ainda assim, a idade pode ser considerada um forte indicador da mudança e, em relação à Hierarquia da Acessibilidade, se os falantes mais jovens estiverem utilizando ORs mais encaixadas, pode-se pensar que está havendo uma ampliação do espectro da relativização, nas comunidades analisadas.

b) *O nível de escolaridade*

A escolaridade dos falantes entrevistados é baixa, mas se diferenciam aqueles que não frequentaram a escola (analfabetos) e aqueles que estudaram alguns anos do ensino fundamental (semianalfabetos). Sabe-se que uma das funções da escola é fornecer aos alunos o acesso e o paulatino domínio da norma culta, tanto explicitamente (como ocorre em aulas de gramática ou correção de textos) como implicitamente (através da leitura de textos, por exemplo). Sendo assim, mesmo com poucos anos de estudo, é possível que a fala desses indivíduos sofra influência da escolaridade (VOTRE, 2010). Novamente, não se espera ORs padrão na fala dessa comunidade, mas pode-se testar a frequência de ORs mais encaixadas e o cruzamento dessa variável com a escolaridade.

*c) A estada fora da comunidade*

Essa variável foi testada para observar se houve mudanças na fala de pessoas que passaram mais de seis meses fora da localidade. Muitos habitantes do interior da Bahia passam um período na capital (Salvador), ou mesmo em metrópoles do Sudeste, sobretudo São Paulo, para trabalhar. Em Santo Antônio de Jesus, a proximidade com ilhas faz com que muitos passem um período de tempo em algumas delas. É um truísmo dizer que em cada lugar há variantes que podem não ocorrer em outros lugares. Então, nesse período afastado da comunidade, pode ocorrer a influência linguística de falantes dessas regiões, inclusive de falantes cultos.

*d) A variável sexo*

Apesar de a Sociolinguística ter descoberto a tendência das mulheres em se aproximar do padrão linguístico por conta da cobrança social sobre elas ser maior (CHAMBERS, 1995), isso não pode ser generalizado, pois cada sociedade se diferencia quanto aos papéis de gênero, embora predomine a desigualdade cultural, com prejuízo do gênero feminino. Essa variável foi analisada neste trabalho, para se perceber se há diferença no comportamento linguístico dos homens e das mulheres.

### **3.5.5 Variáveis linguísticas**

Em função da variável dependente – formada pela relativa padrão, relativa resumptiva, relativa cortadora e variante neutra –, as seguintes variáveis linguísticas foram analisadas:

- a. Função sintática do pronome relativo;
- b. Natureza da oração;
- c. Natureza do relativizador;
- d. Posição da relativa no período;
- e. Natureza semântica do antecedente;
- f. Tipo de preposição;
- g. Conectivo que introduz a oração;
- h. Nível de referencialidade do antecedente.

#### *a) Função sintática do pronome relativo*

Essa variável independente é das mais relevantes neste trabalho, pois, a partir dela, é possível testar a hipótese da Hierarquia da Acessibilidade e comprovar, ou não, se a frequência de relativas de sujeito e objeto direto é maior que a de funções preposicionadas.

Na chave de codificação usada, a função de adjunto adverbial foi dividida em três: constituinte locativo (o complemento locativo ficou junto com adjunto adverbial de lugar), adjunto adverbial de tempo e adjunto adverbial em geral (para todos os outros adjuntos adverbiais que não fossem de tempo ou lugar).

Além de sujeito, objeto direto e adjunto adverbial, observaram-se as seguintes funções: objeto indireto, complemento oblíquo, adjunto adnominal de posse (genitivo), complemento nominal e predicativo do sujeito.

#### *b) Natureza da oração*

Essa variável refere-se aos dois tipos de oração já vistos na Introdução e no Capítulo 2: as relativas restritivas e explicativas; foi testada para se averiguar se algum desses dois tipos de oração relativa condicionaria o uso de alguma das estratégias analisadas.

#### *c) Natureza do relativizador*

Nessa variável, buscou-se saber qual era o elemento introdutor da OR que aparecia com mais frequência e se algum tipo deles influenciava na escolha de uma das estratégias de relativização. O relativizador poderia ser um pronome relativo (*o qual, cujo...*), o relativizador neutro (*que*), uma palavra interrogativa (*onde, quem, quando...*), uma palavra interrogativa bimorfêmica (*pessoa que, hora que, ano que...*), que foi atestada em comunidades afro-brasileiras isoladas e possivelmente é resultado do contato entre línguas (LUCCHESI, 2015a) e o relativizador quantificado (*sempre que, tudo que...*).

#### *d) Posição da oração relativa no período*

Essa variável foi usada para saber se a posição que a OR ocupava (no meio ou no final da oração matriz) influenciava no uso de uma das três estratégias de relativização ou no uso da variante neutra.

*e) Natureza semântica do antecedente*

Observou-se o antecedente OR, que pode ser [+humano] ou [- humano], para saber se influenciava o resultado da variável dependente.

*f) Tipo de preposição*

Sabe-se que a preposição lexical seleciona semanticamente seus argumentos (por exemplo: a preposição “sobre” com sentido de lugar: *Maria desmaiou sobre a mesa*), enquanto a funcional não o faz (MIOTO et al, 2007). Mesmo quando o falante usa a estratégia cortadora (portanto, sem preposição), a grade argumental do predador da OR revela qual preposição estaria ali. Assim, essas duas variantes (preposição lexical ou funcional) também foram observadas.

*g) Conectivo que introduz a oração*

Nessa variável, buscou-se saber qual era exatamente o relativizador da OR: *que, quem, onde, cujo, o qual, o que, como, qual*. Cada relativizador recebeu um código diferente. Esta variável difere-se, portanto, da variável *Natureza do relativizador*.

*h) Nível de referencialidade do antecedente*

Essa variável refere-se ao caráter genérico ou específico do antecedente, podendo ir do menos específico ao mais específico e mais definido: [-específico] (Ex.: *A cobra que é braba, ela ataca mesmo*), [+específico; -definido] (Ex.: *Ele matou uma cobra que tentou morder ele.*), [+específico; +definido] (Ex.: *A cobra que ele matou era uma jaracussu.*).

No capítulo seguinte, essas variáveis serão melhor discutidas, ao se comentar os resultados.

## **Conclusões do capítulo**

Este capítulo buscou caracterizar a Sociolinguística como uma corrente teórica que nasce criticando a axioma saussuriano que atribuía homogeneidade à estruturalidade e sistematicidade da língua e que criava um desnecessário paradoxo entre sistema e mudança. Essa disciplina nasce também buscando desenvolver uma teoria e uma metodologia capaz de encontrar padrões por trás da heterogeneidade existente no uso da língua. Aliando a teoria à observação empírica, Labov (2008) conseguiu criar uma metodologia que correlaciona os fatores linguísticos e extralinguísticos que estão na base

da variação e mudança e que foi testada em diversas comunidades linguísticas em diferentes países.

Portanto, esta dissertação utiliza essa metodologia e esses pressupostos teóricos para estudar o fenômeno na variação no uso das orações relativas em dois municípios do interior da Bahia. Para tanto, buscou-se caracterizar essas duas comunidades, considerando a distância em relação à capital, o nível de desenvolvimento de cada uma delas e a ideia do *continuum* que vai das variedades mais afastadas dos centros urbanos (ou mais isoladas) e até aquelas mais próximas dele ou mais urbanizadas.

Além dos pressupostos teóricos da Sociolinguística, o efeito do contato ente línguas e a Hierarquia da Acessibilidade são hipóteses importantes que foram observadas neste trabalho.

Por fim, foi feito o levantamento exaustivo de todas as ocorrências das orações relativas e a posterior codificação de cada oração, considerando diversas variáveis linguísticas e sociais que podem estar condicionando o uso de uma ou de outra estratégia de relativização. O capítulo seguinte debruçar-se-á sobre os resultados obtidos após o levantamento das ocorrências.

## Capítulo 4

### Análise dos resultados

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados da análise quantitativa da variação na estrutura das orações relativas no português popular do interior do Estado da Bahia, com base em duas amostras de fala vernácula colhidas na sede e na zona rural dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções, com o enquadramento teórico da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972], 1994, 2001) e com o emprego do Programa GoIVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), para a computação estatística dos dados linguísticos obtidos com o levantamento exaustivo das ocorrências do fenômeno na amostra de fala analisada. A análise buscou quantificar a frequência das estratégias de relativização empregadas.

Como visto no capítulo 2, a hipótese principal que norteia esta pesquisa é que o contato entre línguas teria afetado o fenômeno da relativização, favorecendo o uso da estratégia cortadora – uma estratégia morfológicamente mais simples, por não apresentar a preposição que rege o pronome relativo ou relativizador, quando o termo relativizado é preposicionado –, em detrimento da estratégia padrão ou da *pied pipping*, seguindo a proposta de Ribeiro (2009) sobre as relativas.

Entretanto, as hipóteses principais que deram base ao levantamento e à codificação das ocorrências de ORs foram a hipótese da simplificação morfológica decorrente do contato e a hipótese do *continuum* de nivelamento linguístico que atenuou as marcas da polarização sociolinguística, tanto no sentido de ocorrer mais relativas padrão nas comunidades mais próximas de Salvador, quanto no sentido de haver mais relativas encaixadas na fala dos mais jovens ou das comunidades menos isoladas, confirmando assim a Hierarquia da Acessibilidade, de Keenan e Comrie (1977), e a hipótese de Lucchesi (2001, 2009) sobre a importância do contato entre línguas na formação do português brasileiro, como será detalhado na análise dos resultados.

Com esse escopo, o capítulo se estrutura da seguinte maneira. A primeira seção focaliza as estratégias de relativização, fazendo uma comparação com os resultados obtidos em análise similar feita por Lucchesi (2015c) sobre o chamado português afro-brasileiro (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009), para tentar observar o *continuum* de nivelamento linguístico discutido nos capítulos anteriores, sobretudo no capítulo 2. Na



segunda seção, faz-se uma análise variacionista do uso da estratégia padrão no *corpus* em análise. Na terceira parte, é feita uma análise do uso da estratégia resumptiva nos dados computados. Na quarta parte, são focalizadas as posições de relativização, a fim de observar como a variedade linguística aqui no *corpus* analisado se comporta em relação à Hierarquia da Acessibilidade (KEENAN; COMRIE, 1977). Por fim, na última seção são feitas conclusões a respeito dos resultados obtidos.

#### 4.1 As estratégias de relativização em duas variedades do português popular falado na Bahia

Nesta pesquisa, foram encontradas 2.348 ocorrências de orações relativas, distribuídas segundo a taxionomia proposta por Lucchesi (2015c), já apresentada na Introdução e no capítulo 2 desta dissertação, mas que será retomada nesta seção. Assim, considerando as relativas ligadas a posições preposicionadas e não preposicionadas, chega-se à existência de quatro estratégias de relativização no português brasileiro:

(i) a estratégia **neutra** refere-se às orações relativas de sujeito, objeto direto e predicativo do sujeito, sem pronome lembrete, cf. exemplos (1), (2) e (3);

(ii) a estratégia **cortadora** refere-se às orações relativas feitas a partir de posições preposicionadas, introduzidas pelo relativizador neutro *que* não regido por preposição e sem pronome lembrete na posição de relativização, cf. exemplos (4), (5) e (6);

(iii) a estratégia **padrão** refere-se às orações relativas extraídas de posições preposicionadas em que a preposição acompanha o pronome relativo (denominada, na literatura linguística, estratégia *pied-piping*), ou quando a oração relativa é introduzida por um pronome relativo, sem ser regido por preposição, cf. exemplos (7), (8) e (9);

(iv) a estratégia **resumptiva** ocorre quando a posição de relativização é preenchida com o chamado *pronome lembrete*, independentemente de qual fosse a posição de relativização, cf. exemplos (10), (11) e (12).

Os exemplos que ilustram cada estratégia são os seguintes:

(1) A criança **que está apresentando agora** é meu filho<sup>18</sup>.

(2) O bolo **que Maria fez** está delicioso.

(3) Tenho orgulho da pessoa **que eu sou**.

(4) As pessoas **que convivo no trabalho** são dedicadas.

---

<sup>18</sup> Reitera-se que os exemplos não referenciados são de nossa autoria.

- (5) Encontrei aquele seu amigo **que eu não sei o nome**.
- (6) A empresa **que Maria trabalha** está crescendo.
- (7) As pessoas **com as quais convivo no trabalho** são adoráveis.
- (8) Encontrei aquele seu amigo **cujo nome eu não sei**.
- (9) A empresa **onde Maria trabalha** está crescendo.
- (10) As pessoas **que convivo com elas no trabalho** são dedicadas.
- (11) Encontrei aquele seu amigo **que eu não sei o nome dele**.
- (12) A empresa **que Maria trabalha nela** está crescendo.

Seguindo as hipóteses mencionadas na introdução deste capítulo e utilizando a taxionomia apresentada acima, a frequência das estratégias de relativização encontradas neste trabalho foram as seguintes:

**Tabela 1 - Estratégias de relativização no português popular do interior da Bahia**

<b>Estratégia</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>
Neutra	1640/2348	69,8%
Cortadora	627/2348	26,7%
Padrão	61/2348	2,6%
Resumptiva	20/2348	0,9%

(Elaboração própria)

As relativas de sujeito, predicativo e objeto direto correspondem a praticamente 70% do total. Na segunda posição, aparece a estratégia cortadora, como 26, 7% das ocorrências. A porcentagem da estratégia padrão ainda supera o resultado da estratégia resumptiva.

Para comparar os resultados das relativas preposicionadas, que mostra o efeito do contato linguístico nas ORs, fez-se uma rodada excluindo a estratégia neutra e o programa mostrou o seguinte resultado:

**Tabela 2 - Estratégias de relativização no português popular do interior da Bahia a partir de posições preposicionadas**

<b>Estratégia</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>
Cortadora	627/692	90,6%
Padrão	61/692	8,8%
Resumptiva	04/692	0,6%

(Elaboração própria)

A exclusão da estratégia neutra reduziu as ocorrências, que eram 2.348, para 692 orações. A tabela mostra que a principal estratégia de relativização no *corpus* analisado é a cortadora. Com a exclusão das ORs neutras, o aumento dessa estratégia é bastante significativo: de 26% subiu para 90%,. A porcentagem de relativas padrão também cresceu, saindo de 2,6% e chegando a 8,8% das ocorrências. A estratégia resumptiva, por sua vez, teve uma queda: de 0,9% passou a 0,6%.

Para mensurar o *continuum* de nivelamento linguístico que teria aproximado as variedades populares das variedades urbanas cultas, ocorrido sobretudo na segunda metade do século XX, foi feito um cotejo com os resultados de Lucchesi (2015c) sobre o chamado português afro-brasileiro. Lucchesi (2015c), analisando a variação das orações relativas no português afro-brasileiro – variedade linguística falada por descendentes de africanos que vivem em comunidades isoladas, como as comunidades quilombolas –, encontrou as seguintes frequências para cada estratégia:

**Tabela 3 - Estratégias de relativização no português afro-brasileiro**

<b>Estratégia</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>
Neutra	917/1249	73,4%
Cortadora	308/1249	24,65%
Padrão	15/1249	1,2%
Resumptiva	09/1249	0,7%

(LUCCHESI, 2015c)

Na tabela acima, a porcentagem de relativas neutras supera significativamente os outros tipos de relativas, com quase  $\frac{3}{4}$  do total de ocorrências, o que reflete a maior frequência das relativas de sujeito e de objeto direto, como previsto pela Hierarquia da Acessibilidade, como se verá em detalhe mais adiante. O quarto restante é quase todo composto por relativas cortadoras, que é praticamente a única estratégia utilizada nas orações relativas de posições preposicionadas, como oblíquos, objetos indiretos e adjuntos. As estratégias padrão e resumptiva são bem marginais, com uma frequência insignificante, em torno de um por cento cada uma. O linguista só encontrou relativas padrão introduzidas pelo pronome relativo *onde*. Assim como Ribeiro (2009), o autor não encontrou relativas  *pied pipping* na sua pesquisa. Nos dados de ambos, as ORs de funções preposicionadas são feitas através da estratégia cortadora, porém Ribeiro (2009), que não fez um estudo quantitativo das relativas canônicas, não apresenta dados sobre relativas canônicas introduzidas pelo *onde*, apenas dados de relativas livres.

Comparando-se os resultados do português afrobrasileiro com o português popular do interior do estado da Bahia, no estudo de Lucchesi (2009), verifica-se que a estratégia neutra é ligeiramente mais frequente no português afro-brasileiro, que tem 73,4% de relativas neutras, conforme mostra a tabela 3 acima, contra 69,8% nos dados do português popular do interior (cf. Tabela 1). O contrário ocorre com as cortadoras, que teve um leve aumento nesta pesquisa: 26,7% no português do interior contra 24,65%, no português afro-brasileiro.

Nota-se também que a frequência de relativas padrão é um pouco maior no português popular do interior do que no português afro-brasileiro, embora ainda seja bastante reduzida. Nos resultado geral apresentado na Tabela 1, as relativas padrão somam 2,6% nesta pesquisa contra 1,2% nos dados do português afro-brasileiro (cf. Tabela 3). As resumptivas, por sua vez, apresentam um resultado similar nas duas variedades, com uma frequência de 0,9% nesta pesquisa e 0,7% na pesquisa de Lucchesi (2015c).

Nesta pesquisa, as relativas padrão são feitas com o elemento introdutor *onde*, o qual, segundo Lucchesi (2015c) e Ribeiro (2009), estaria sofrendo um processo de mudança, com a ampliação do seu espectro funcional, ou seja, estaria sendo usado também para retomar um antecedente sem o traço semântico de lugar. Entretanto, isso não ocorreu nesta análise, pois todas as ocorrências do *onde* tinham um antecedente com traço de lugar, como em:

(13) *É aí um lugar que tinha na Jibóia, o lugar onde era o posto dos guarda rodoviário era... é... de Jequié, é dez quilômetro.* (POS07)<sup>19</sup>

(14) *Ele, a senhora sabe, nem lugá onde caí morto não tem.* (SAR04)

Uma única ocorrência de relativa padrão com preposição foi atestada nesta análise e será comentada mais adiante. Com a exclusão da variante neutra, o resultado do uso da estratégia cortadora diminui, em relação aos resultados de Lucchesi (2015c).

Excluindo as relativas de sujeito e de objeto direto, o autor chegou a um resultado de praticamente 93% de uso da estratégia cortadora, no universo de orações relativas feitas a partir de posições preposicionadas:

<sup>19</sup> Neste trabalho, utilizam-se as seguintes legendas: POR, para os falantes de Poções (Rural); POS para os falantes de Poções (Sede); SAR, para os falantes de Santo Antônio de Jesus (Rural); e SAS, para os falantes de Santo Antônio de Jesus (Sede), sempre seguidas do número que identifica o falante.

**Tabela 4 - Estratégias de relativização no português afro-brasileiro a partir de posições preposicionadas.**

<b>Estratégia</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>
Cortadora	308/332	92,8%
Padrão	15/332	4,5%
Resumptiva	09/332	2,7%

(LUCCHESI, 2015c)

No geral, os resultados desta pesquisa, na rodada sem a estratégia neutra, são similares aos de Lucchesi (2015c) e suas conclusões podem ser reiteradas nesta análise, ou seja, as relativas padrão (ing. *pied-piping*) são utilizadas apenas com pronomes relativos morfologicamente marcados, especificamente o *onde*. Porém, a frequência de relativas padrão encontrada no português popular do interior (8,8%) é quase o dobro da encontrada no português afro-brasileiro, que tem 4,5%, como mostra a Tabela 4. Esses resultados reforçam a hipótese de que o uso dessa construção resulta de uma influência dos grandes centros urbanos, no processo de nivelamento linguístico previsto no algoritmo da *polarização sociolinguística* do Brasil (LUCCHESI, 2015a), que atingiria primeiro a linguagem das pequenas cidades do interior e suas zonas rurais para só depois alcançar as comunidades rurais afro-brasileiras isoladas.

Já a frequência das relativas resumptivas é maior no português afro-brasileiro: 2,6% contra 0,6% encontrados aqui, como mostra as tabelas 2 e 4. Essa diferença em favor do português afro-brasileiro poderia ser atribuída a uma maior influência do contato entre línguas nessa variedade, já que Tarallo (1993, p. 44-45) aponta a estratégia resumptiva como típica das línguas crioulas. Contudo, a frequência dessa estratégia é muito baixa nas duas variedades aqui comparadas. Essa baixa frequência pode ser explicada pela igualmente baixa frequência de relativas encaixadas e pelo o fato de o pronome resumptivo “ele” (e suas variantes) estar fortemente ligado ao traço semântico [+humano] no português brasileiro (LUCCHESI, 2015c). Além disso, a falta de um clítico acusativo, ainda segundo Lucchesi (2015c), como ocorre no PE, dificultaria uma maior ocorrência de relativas resumptivas, pois o pronome “ele acusativo” seria mais “pesado”, foneticamente, por ser tônico, diferentemente dos pronomes átonos, mais “leves”.

Por fim, a estratégia padrão e a resumptiva implicam uma morfologia mais complexa. Isso explicaria a baixa ocorrência desses dois tipos de relativas. Seguindo a

proposta de Ribeiro (2009), o efeito maior do contato entre línguas é a predominância do relativizador neutro *que*. Este elemento introdutor das ORs já não seria um pronome relativo, como visto no capítulo 2, mas apenas um relativizador neutro, sem traços *phi*, à semelhança de um complementizador. Os pronomes relativos estariam restritos às chamadas relativas livres. De fato, esse relativizador neutro espalhou-se por todas as normas linguísticas brasileiras, e as construções com pronomes relativos, em relativas com antecedente, só ocorrem por influência da escolarização, sobretudo na fala formal dos brasileiros.

Contudo, para uma compreensão sociolinguística mais ampla, a próxima seção apresenta uma análise variacionista da estratégia padrão, conjugando fatores linguísticos e sociais considerados relevantes na realização dessa variante.

#### **4.2 Análise variacionista do uso de relativas padrão no português popular do interior do Estado da Bahia**

Para analisar os condicionamentos da penetração da estratégia padrão no português popular dos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções, foi feita uma rodada com o programa GoldVarb X, na qual foram retiradas da base de dados todas as orações de sujeito, predicativo e objeto direto, pois, com essas posições de relativização, não há distinção entre a estratégia padrão e a estratégia cortadora. Nessa rodada, em que foram consideradas apenas as orações relativas feitas a partir de posições preposicionadas, a estratégia padrão foi isolada em oposição às estratégias cortadora e resumptiva.

Como se pode ver na Tabela 5, de um total de 692 relativas preposicionadas, apenas 61 foram de relativas padrão, o que corresponde a 8,8% do total. No total das 631 relativas restantes, só quatro eram resumptivas, o que demonstra um baixíssimo rendimento dessa estratégia de relativização. Todas as 627 restantes eram cortadoras, revelando que, no português popular, a estratégia cortadora predomina, mesmo nas posições mais encaixadas, o que contraria um dos princípios preconizados por Keenan e Comrie (1977): o de que as posições mais encaixadas requerem uma maior marcação morfológica, já que seu processamento é mais difícil.

**Tabela 5 – Relativas Padrão no português popular do interior do estado da Bahia**

<b>Estratégia</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>
Padrão	61/692	8,8%
Outra	631/692	91,2%
<b>TOTAL</b>	<b>692/692</b>	<b>100%</b>

(Elaboração própria)

Entre as relativas padrão, só uma é com o *pied-piping*, ou seja, a preposição acompanha o pronome relativo no início da oração, que é a seguinte:

(15) *Aí foi na época **em que eu conheci o meu marido** e meus pai já começô ficá doente.* (POS07)

As orações restantes são todas introduzidas pelo relativo *onde*, revelando que esse é único pronome relativo propriamente dito que está penetrando na fala das comunidades estudadas, como elemento que introduz uma oração relativa com antecedente. Portanto, em todas as relativas padrão, o pronome relativo se liga à posição de adjunto adverbial de lugar ou complemento locativo – como se pode ver nos exemplos (13) e (14), apresentados na seção anterior –, exceto a ocorrência com *pied-piping* acima (15), na qual o pronome relativo se liga a posição de adjunto adverbial de tempo.

Dessa forma, os condicionamentos estruturais da estratégia padrão no português popular do interior do Estado da Bahia são, na prática, os condicionamentos da penetração do pronome relativo *onde* nessa variedade linguística. O programa GoldVarb X identificou, com valor estatístico, os seguintes condicionamentos estruturais do emprego das relativas padrão com *onde*: (i) natureza da oração relativa (restritiva ou explicativa) e (ii) nível de referencialidade do antecedente (genérico, indefinido e definido). Os resultados desses dois grupos de fatores são apresentados e analisados a seguir.

**Tabela 6 – Relativas Padrão no português popular do interior da Bahia segundo a variável tipo da oração relativa**

<b>Oração Relativa</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>Restritiva</b>	47/655	7,2%	<b>.474</b>
<b>Explicativa</b>	14/37	37,8%	<b>.861</b>
<b>TOTAL</b>	<b>61/692</b>	<b>8,8%</b>	

(Elaboração própria)

Os resultados revelaram que o emprego do *onde* é altamente favorecido quando a oração relativa é explicativa, pois a frequência dessa variante sobe de 8,8%, que é a frequência geral dessa variante, para 37,8%, quando a oração relativa é explicativa. Esse favorecimento é confirmado pelo índice do peso relativo, que é de .861. Porém, as relativas explicativas são altamente minoritárias, já que as orações restritivas, que desfavorecem ligeiramente a relativa padrão com *onde*, correspondem, nesse universo das relativas preposicionadas, a quase 95% do total de ocorrências.

A variável nível de referencialidade do antecedente foi estruturada com três valores. O antecedente genérico refere-se a elementos que não estão especificados, abrangendo um número maior de possibilidades, como em (16) abaixo, em que a informante se refere a qualquer tipo de trabalho, dentro do universo cultural em que está inserida, obviamente. O antecedente indefinido refere-se a algo ou alguém indeterminado, porém mais específico do que o elemento de caráter genérico. Em (17) abaixo, fala-se de uma pessoa específica, mas não se sabe ao certo de quem se trata. O antecedente definido, por seu turno, refere-se a algo ou alguém específico e definido. Em (18), por exemplo, o informante declara que o tipo específico de filme do seu gosto é o gênero ação.

(16) *Eu tomo conta, inda bem faço o trabalho que tivé que fazê...* (POS05)

(17) *...ela falô que encontrô uma pessoa assim que andava dento de casa...*  
(POS05)

(18) *O filme assim que eu mais gosto de assistí é filme de ação, né...* (POS01)

Os resultados do processamento quantitativos dessa variável foram os seguintes:

**Tabela 7 – Relativas Padrão no português popular do interior da Bahia segundo a variável nível de referencialidade do antecedente**

Nível de Referencialidade	Nº de Oc./Total	Frequência	Peso Relativo
<b>Genérico</b>	3/131	2,3%	.303
<b>Indefinido</b>	3/132	2,3%	.207
<b>Definido</b>	55/429	12,8	.661
<b>TOTAL</b>	61/692	8,8%	

(Elaboração própria)



Os números revelam que o antecedente definido favorece o uso da estratégia padrão, com peso relativo de .661, já o antecedente genérico e, sobretudo, o indefinido desfavorecem sobremaneira essa variante. As motivações dessas correlações não são muito claras. Pode-se especular que o referente definido demandaria mais atenção do falante, fazendo com que ele mobilizasse um maior aparato morfológico na produção de sua fala.

No plano social, o cenário não é claro, em função do baixo nível de variação. A variável faixa etária, que é fundamental para a análise em tempo aparente, não foi selecionada. Porém, há indícios de uma mudança no sentido da difusão do uso da variante padrão, nos resultados da variável sexo e sobretudo da variável município. Na variável sexo, os homens empregaram mais as relativas introduzidas por *onde* (cf. Tabela 8). Como, na média, os homens saem mais para as grandes cidades e/ou estão mais bem inseridos no mercado de trabalho, eles costumam liderar as mudanças em favor das variantes de prestígio, nas comunidades populares brasileiras (LUCCHESI, 2009).

**Tabela 8 – Relativas Padrão no português popular do interior da Bahia segundo a variável sexo do informante**

<b>Sexo</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>homem</b>	39/343	11,4%	.608
<b>mulher</b>	22/349	6,3%	.207
<b>TOTAL</b>	61/692	8,8%	

(Elaboração própria)

As relativas padrão também foram mais usadas em Santo Antônio de Jesus, que é um município mais próximo de Salvador e mais desenvolvido do que Poções (cf. Tabela 9 abaixo), o que apontaria para o processo de difusão dessa variante a partir da capital do Estado, Salvador. Por outro lado, os falantes sem escolaridade usaram mais as relativas com *onde* do que os falantes com pouca escolaridade, o que seria um resultado contrário à mudança por difusão da variante padrão (cf. Tabela 10 abaixo). Mas isso pode refletir a pouca eficiência do sistema de educação pública em difundir a variante padrão nesse caso. Confira as tabelas a seguir:

**Tabela 9 – Relativas Padrão no português popular do interior da Bahia segundo a variável município em que vive o informante**

<b>Município</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>Santo Antônio de Jesus</b>	33/285	11,6%	.599
<b>Poções</b>	28/407	6,9%	.430
<b>TOTAL</b>	61/692	8,8%	

(Elaboração própria)

**Tabela 10 – Relativas Padrão no português popular do interior da Bahia segundo a variável nível de escolaridade do informante**

<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>baixa escolaridade</b>	27/418	6,5%	.397
<b>sem escolaridade</b>	34/274	12,4%	.655
<b>TOTAL</b>	61/692	8,8%	

(Elaboração própria)

Assim, o cenário de uma mudança em progresso, no sentido da penetração da estratégia padrão na gramática das comunidades de fala analisadas, não fica claramente delineado, a partir dos resultados estatísticos encontrados, conquanto não possa ser descartado.

#### **4.3 Análise variacionista da relativa resumptiva no português popular do interior do estado da Bahia**

Em face da especificidade das relativas resumptivas, também foi feita uma rodada do GoldVarb X, buscando identificar potenciais condicionamentos linguísticos e sociais dessa variante. Nessa rodada, a estratégia resumptiva foi isolada em oposição às demais estratégias de relativização. Como as relativas resumptivas constituem menos de 1% do total de ocorrências, como se pode ver na Tabela 11 abaixo, a probabilidade de o Goldvarb X identificar fatores condicionadores era bem baixa, pois uma variação estrutural só costuma ocorrer a partir de 5% de presença de uma variante.

**Tabela 11 – Relativas Resumptivas no português popular do interior da Bahia**

<b>Estratégia</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>
Resumptiva	21/2.348	0,9%
Outra	2.327/2.348	99,1%
<b>TOTAL</b>	<b>2.348/2.348</b>	<b>100%</b>

(Elaboração própria)

Contudo, nessa rodada, o programa identificou, com valor estatístico, os seguintes fatores condicionadores: *animacidade do antecedente*; *natureza da preposição que virtualmente rege a posição relativizada*; *nível de referencialidade do antecedente*; e *idade do falante*. Isso demonstra que o efeito desses fatores é realmente muito intenso, para ser notável em um nível de variação tão baixo. O efeito de cada uma dessas variáveis sobre o emprego de orações relativas com pronome lembrete será apresentado a seguir.

A animacidade do antecedente focalizou o traço semântico [+/-humano]. É uma variável que tem se mostrado muito atuante em análises variacionistas de diversos fenômenos da morfossintaxe do português brasileiro. No caso das relativas resumptivas, o traço [+humano] do antecedente deveria favorecer essa estratégia de relativização, na medida em que o pronome pessoal *ele* (e formas flexionadas) tem uma forte ligação com traço [+humano], havendo certas restrições ao seu uso com antecedentes [-humano]. Os resultados quantitativos dessa variável estão apresentados na Tabela 12 abaixo.

**Tabela 12 – Relativas resumptivas no português popular do interior da Bahia segundo a variável animacidade do antecedente**

<b>Animacidade</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>[+humano]</b>	17/941	1,8%	.782
<b>[-humano]</b>	4/1407	0,3%	.298
<b>TOTAL</b>	<b>21/2.348</b>	<b>0,9%</b>	

(Elaboração própria)

Os resultados quantitativos confirmaram fortemente a hipótese, já que a frequência geral das relativas resumptivas dobra quando o antecedente tem o traço semântico [+humano], passando de 0,9% para 1,8%, e se reduz a 1/3, passando de 0,9% para 0,3%, quando o antecedente não se refere a seres humanos. Os pesos relativos confirmam os resultados percentuais, com PR de .782 para os antecedentes que se referem a seres

humanos e .298 nos demais casos. Certamente, a natureza semântica do pronome de terceira pessoa está por trás desses números, como se pode ver nos seguintes exemplos:

(19) *É uma menina, assim, **que ela sempre conversa comigo...*** (POR04)

(20) *Ela foi uma pessoa **que ela enfrentô carro, enfrentô carroça, andá de pé, de madrugada, com chuva, com sol.*** (POR04)

(21) *É... a casa da... de Niniu... da... da finada Niniu, **que ela morava assim perto do rio.*** (POR04)

A próxima variável diz respeito à preposição que virtualmente rege a posição de relativização, como se pode ver nos seguintes exemplos:

(22) *Foi umas quato namorada, até a ôta **que eu casei.***

(23) *Foi uma benção **que eu não tenho nem como agradecer meu Senhor Jesus.***

(24) *Na hora **que peguei a lata,** o guarda rôpa virô comigo.*

Na frase (22), *com* é a preposição que rege a posição relativizada (*casar **com***); já em (23) a preposição seria *por* (*agradecer **pela** benção*); e em (24) a preposição *em* rege a posição relativizada (*eu peguei a lata **naquela** hora*). A distinção entre preposições lexicais ou referenciais e funcionais ou gramaticais nem sempre é nítida, porém o parâmetro fundamental é a carga semântica. As preposições lexicais têm uma carga semântica mais definida e constante, como é o caso de preposições como *contra*, *sobre* etc.. Já as preposições funcionais, como *de*, têm uma carga semântica mais esvaziada e variável: *gostar **de** alguém*, *casa **de** alguém*, *andar **de** lado* etc. Com base nessa distinção, a hipótese seria a de que as preposições lexicais favoreceriam o emprego dos pronomes lembretes, já que sua presença é mais requerida na oração relativa, o que obrigaria a realização do pronome lembrete, uma vez que o português não tem a estratégia *prepositional stranding*, do inglês, nem tem, na prática, o *pied-piping*. Os resultados quantitativos obtidos se encontram na tabela seguinte:

**Tabela 13 – Relativas resumptivas no português popular do interior da Bahia segundo a variável preposição que virtualmente rege a posição de relativização**

Natureza da preposição	Nº de Oc./Total	Frequência	Peso Relativo
<b>lexical</b>	2/29	6,9%	.870
<b>funcional</b>	2/543	0,4%	.475
<b>TOTAL</b>	4/572	0,7%	

(Elaboração própria)

Observa-se que a frequência de resumptivas (0,7% no total do *corpus*) subiu para 6,9% quando a preposição da relativa resumptiva é uma preposição lexical, o que significa um aumento de quase dez vezes mais. Portanto, a preposição lexical se revela como um fator linguístico altamente favorável à realização de orações relativas resumptivas, com peso relativo de .870. A preposição funcional, por sua vez, tem uma porcentagem menor, desfavorecendo levemente, com peso relativo de .475

Outro aspecto semântico observado nesta análise e que também se mostrou relevante na produção de relativas resumptivas foi o nível de referencialidade do antecedente. Conforme visto na seção anterior, essa variável refere-se ao caráter genérico ou específico do antecedente, podendo ir do menos específico ao mais específico e mais definido.

A hipótese inicial é que o antecedente definido favoreça o aparecimento do pronome lembrete, pois o antecedente definido constitui uma ênfase, a qual está intimamente relacionada ao uso do pronome lembrete, um termo que acaba ressaltando, de forma redundante, aquilo sobre o que se está falando. Dessa forma, a motivação seria a mesma do emprego das relativas padrão junto a antecedentes com nível de referência definido.

Na rodada feita, as ocorrências de genérico e indefinido foram amalgamadas e chegou-se ao seguinte resultado:

**Tabela 14 – Relativas resumptivas no português popular do interior da Bahia segundo a variável nível de referencialidade do antecedente**

Nível de referencialidade	Nº de Oc./Total	Frequência	Peso Relativo
<b>Definido</b>	19/1.531	1,2%	.645
<b>Genérico ou Indefinido</b>	2/817	0,2%	.246
<b>TOTAL</b>	21/2.348	0,9%	

(Elaboração própria)

Não houve caso de antecedente genérico com resumptiva, apenas de indefinido. De modo geral, o antecedente genérico teve uma baixa produtividade, provavelmente pelo caráter da entrevista, nas quais muitas vezes se fala de situações e pessoas específicas, ou talvez por causa da própria escolaridade dos informantes, pois termos genéricos talvez sejam mais utilizados em discursos teóricos.

Os resultados quantitativos mostram que a porcentagem cai de 0,9% do total para 0,2%, quando o antecedente é indefinido. O peso relativo de .246 mostra que esse contexto desfavorece o uso do pronome lembrete. Diferentemente, o antecedente definido mostra-se como um fator que favorece o uso do pronome lembrete. A porcentagem sobe de 0,9% do total para 1,2%, com peso relativo de .645. Portanto, considerando os resultados concernentes às relativas padrão e resumptiva, pode-se fazer a seguinte generalização: os antecedentes definidos favorecem o emprego de estratégias de relativização morfológicamente mais marcadas.

Quanto ao aspecto social do uso das relativas com pronome lembrete, não houve diferenças significativas entre falantes de sexos diferentes ou de localidades diferentes. Em relação à variável faixa etária, que poderia mostrar um processo de mudança em curso, se as camadas mais jovens estivessem abandonando a relativa resumptiva em favor da cortadora, isso não ocorreu. O cenário que se mostra é um cenário de variação estável, como se vê na tabela 15 abaixo:

**Tabela 15 – Relativas resumptivas no português popular do interior da Bahia segundo a variável idade do informante**

<b>Município</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso Relativo</b>
<b>25 a 35 anos</b>	12/896	1,3%	.648
<b>45 a 55 anos</b>	2/741	0,3%	.268
<b>mais de 65 anos</b>	7/711	1,0%	.570
<b>TOTAL</b>	21/2.348	0,9%	

(Elaboração própria)

A faixa etária intermediária é a que produz menos relativas resumptivas, mas a faixa mais jovem favorece o uso dessa estratégia, assim como a faixa dos falantes mais velhos, o que não aponta para mudança, nem no sentido do desaparecimento nem no sentido da incorporação da relativa resumptiva. Portanto, os fatores que se mostraram mais relevantes no condicionamento do uso de relativas com pronomes lembretes foram os fatores de ordem linguística e não os fatores sociais. Dessa forma, pode-se inferir que o o

emprego de relativas resumptivas é um fenômeno linguisticamente condicionado e que se encontra estabilizado na gramática das comunidades de fala estudadas aqui.

#### 4.4 Posições relativizadas e Hierarquia da Acessibilidade

Outro efeito do contato entre línguas sobre as ORs é a posição de relativização, testada nesta análise a partir da Hierarquia da Acessibilidade (HA), de Keenam e Comrie (1977), apresentada no capítulo 3 e repetida aqui:

SU > OD > OI > OB L > GEN > Objeto de comparação

Essa Hierarquia foi adaptada, tanto em Ribeiro (2009) quanto em Lucchesi (2015c) da seguinte forma: as posições de objeto indireto e de oblíquo foram agrupadas e a função sintática de objeto de comparação não foi considerada, uma vez que não é produtiva no PB em geral e, segundo Ribeiro (2009), só é possível em PB com o pronome resumptivo.<sup>20</sup>

Vale ressaltar que a relativa de predicativo equivale à relativa de sujeito, pois o predicativo não é uma posição preposicionada (cf. exemplo (25) abaixo), embora o predicativo possa ser um Sprep, como em (26):

(25) Maria é **bonita**.

(26) Maria está **de cama**.

A relativização de predicativos do sujeito cujos antecedentes não são preposicionados e que, portanto, foram mais raras no *corpus*, integraram a estratégia aqui denominada de neutra. Uma das poucas ocorrências desse tipo foi a seguinte:

(27) *E tem coisa que... tem coisa que a gente fazi que não qué passá na garganta das fia no... num quero, quero que elas estuda, cresce pra sê uma pessoa... **uma pessoa que eu num fui**, compreendê as coisa...* (POR-03)

Argumenta-se que a relativização do predicativo do sujeito sem preposição é, de fato, rara no PB em geral. A relativização com o antecedente “jeito” ou “modo”, exigindo um Sprep, porém, ocorre com mais frequência:

<sup>20</sup> O exemplo que a autora dá é o seguinte: ?O homem que meu pai tem mais força que ele.

(28) *Nós já tinha feito já... o cimento gastô todo, pa fazê do jeito que a gente queria.* (POR01)

O quadro abaixo mostra a distribuição das orações relativas pelas posições sintáticas na amostra de fala analisada.

**QUADRO 2: Posições sintáticas relativizadas**

<b>FUNÇÃO SINTÁTICA</b>	<b>Nº DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>%</b>
<b>Sujeito</b>	1.165	49,6%
<b>Obj. direto</b>	476	20,3%
<b>Obj. indireto e oblíquo</b>	55	2,3%
<b>Adj. adv. de tempo</b>	405	17,2%
<b>Adj. adv. de lugar e complemento locativo</b>	184	7,8%
<b>Adj. adv. (outros)</b>	30	1,3%
<b>Adj. adnominal (genitivo) e complementos nominais</b>	18	0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>2.348</b>	<b>100%</b>

(Elaboração própria)

A posição de sujeito aparece como a mais produtiva para a relativização (49,6%), conforme a HA, seguida da posição de objeto direto (20,3%). A função sintática de adjunto adverbial agrupa advérbios com uma semântica e funcionalidade bastante distinta entre si. O adjunto adverbial de tempo, por exemplo, estaria numa posição mais alta que o adjunto adverbial de lugar, sendo, portanto, mais fácil de processar e possuindo um grande nível de ocorrência. Essa grande ocorrência do adjunto adverbial de tempo (16,7%), comparada com a dos outros adjuntos adverbiais (7,8% para adjunto adverbial de lugar e 1,3% para outros tipos de advérbio), é justificada também pelo contexto da entrevista. O(a) entrevistador(a) geralmente pede para os informantes falarem sobre como as coisas eram



antigamente naquele lugar, como foi a infância do informante, etc., conforme mostra o exemplo abaixo.

(29) *Sempre passei aqui por perto... **no tempo que eu era sortêro**, andei muito assim... aí pra Santa Terezinha...* (SAS-09)

O adjunto adverbial de lugar, por seu turno, representa uma noção mais concreta e tem uma ocorrência menor do que o de tempo. Porém, teve uma ocorrência ainda significativa (7,6%), talvez também por motivação do discurso da entrevista, pois se fala com alguma frequência sobre lugares, nesse tipo de conversa.

Excluindo as relativas de adjuntos adverbiais de tempo e de lugar, as relativas de sujeito saem de 49,6% e sobem para 66%.

A tabela 16 mostra a distribuição as funções sintáticas que foram consideradas nesse trabalho em função das estratégias de relativização:

**TABELA 16: Ocorrência das estratégias de relativização em função da posição relativizada.**

	<b>CORTADORA</b>	<b>NEUTRA</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>RESUMPTIVA</b>
<b>Adj. adv. de tempo</b>	99,8%	_____	0,2%	_____
<b>Obj. indireto</b>	98,2%			1,8%
<b>Sujeito</b>	_____	98,6%		1,4%
<b>Obj. direto</b>	_____	100%	_____	_____
<b>Adj. adv. de lugar</b>	66,8%		32,6%	0,5%
<b>Adj. adv. (outros)</b>	100%	_____	_____	_____
<b>Adj. adnominal (genitivo) e complementos nominais</b>	88,9%	_____	_____	11,1%
<b>Predicativo do sujeito</b>		100%		

(Elaboração própria)

A tabela 16 mostra que a estratégia padrão só ocorre com constituintes locativos (32,6%), como visto acima. Mesmo nas locativas, a cortadora predomina com 2/3 das ocorrências (66,8%), contra apenas 1/3 de relativa com *onde* (32,6%).

Houve uma única ocorrência de relativa padrão com preposição, na posição de adjunto adverbial de tempo, repetida aqui como (30):

(30) *Aí foi na época em que eu conheci o meu marido e meus pai já começô ficá doente.* (POS07)

Essa ocorrência foi revista e confirmada. A informante é escolarizada e trabalhou fora da comunidade, o que pode ter lhe dado acesso a essa construção padrão. Essa ocorrência indica que os falantes com pouca escolaridade e com contato fora da cidade podem, eventualmente, produzir ORs padrão, excepcionalmente, por influências externas, da escolaridade e dos meios de comunicação de massa.

Na tabela 16, é possível perceber ainda que genitivos e complementos nominais favorecem a estratégia resumptiva (11,1%). Esse dado argumenta a favor da hipótese da TLI e reforça os estudos sobre relativização nas línguas que passaram por um processo de contato. Como visto em Lucchesi (2015c), nas línguas crioulas, a estratégia resumptiva está presente sobretudo nas ORs extraídas de posições menos acessíveis de acordo com a Hierarquia da Acessibilidade.

A seguir, faz-se uma comparação entre os resultados das posições sintáticas relativizadas no português afro-brasileiro e no português popular do interior do estado da Bahia.

Os dados do Quadro 1 acima foram agrupados na tabela 17 abaixo, seguindo a Hierarquia da Acessibilidade, adaptada nesta pesquisa. Os resultados das posições de relativização desta pesquisa são os seguintes:

**Tabela 17: Frequência das posições de relativização no português popular do interior da Bahia**

POSIÇÃO	SUJ	ADV	OD	OI/OBL	GEN
Nºoc./Total	1165/2348	619/2348	476/2348	55/2348	18/2348
Frequência	49,6%	26,4%	20,3%	2,3%	0,8%

(Elaboração própria)

Para o português afro-brasileiro, Lucchesi (2015c) encontrou os seguintes resultados:

**Tabela 18: Frequência das posições de relativização no português afro-brasileiro**

<b>POSIÇÃO</b>	<b>SUJ</b>	<b>ADV</b>	<b>OD</b>	<b>OI/OBL</b>	<b>GEN</b>
N <sup>o</sup> oc./Total	708/1249	290/1249	204/1249	38/1249	09/1249
Frequência	57%	23%	16%	03%	01%

(LUCCHESI, 2015c)

Os resultados das tabelas 17 e 18, no geral, confirmam a hipótese da HA, com destaque para a produtividade das relativas de adverbiais. A relativa neutra (de sujeito e objeto direto) apresenta uma grande ocorrência nos dados do português afro-brasileiro. Na posição de genitivo, praticamente não há diferença entre o português afro-brasileiro, que tem 1%, e o português do interior, com 0,8%. Chama a atenção a leve queda da posição de sujeito no português do interior da Bahia (cai de 57% nos dados do português afro-brasileiro para 49,6% nos dados desta pesquisa). Tanto a queda nas relativas de sujeito quanto o aumento nas posições encaixadas parecem confirmar a tendência de nivelamento linguístico, ocorrido sobretudo a partir da segunda metade do século XX, que teria apagado as marcas mais drásticas dos processos de contato entre línguas que marcaram a história social e linguística do Brasil (LUCCHESI, 2015a).

A comparação dos resultados do português afro-brasileiro e do português popular do interior mostra que os percentuais subiram levemente nas posições adverbiais (23% vs. 26,4%), dando indícios de um possível processo de atenuação das marcas da TLI, pelo fato de as comunidades do interior do Estado estarem menos isoladas do que as comunidades afro-brasileiras e estarem, portanto, sofrendo mais influência dos grandes centros urbanos e da mídia. Porém, há uma leve queda na posição de objeto indireto/oblíquo, de 3% para 2,3%.

Na tabela 19 abaixo, as funções não preposicionadas (sujeito e objeto direto) foram separadas das funções preposicionadas, chegando a essas porcentagens:

**Tabela 19- Resultado geral da variável encaixamento da posição de relativização no português popular do interior da Bahia**

<b>Posição</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>
<b>Sujeito e objeto direto</b>	1641/2348	69,9%
<b>Posições preposicionadas</b>	692/2423	29,4%

(Elaboração própria)

A tabela 19 mostra que, no português popular do interior da Bahia, grande parte das relativas é constituída pelas relativas neutras, como no afro-brasileiro. Se as relativas adverbiais de tempo e lugar forem excluídas do grupo das posições preposicionadas, a porcentagem de sujeito e objeto sobem para 94% (68% de sujeito e 26% de objeto direto).

Para o português afro-brasileiro, Lucchesi (2015c) chegou ao seguinte resultado:

**Tabela 20 - Resultado geral da variável encaixamento da posição de relativização no português afro-brasileiro**

<b>Posição</b>	<b>Nº de Oc./Total</b>	<b>Frequência</b>
<b>Sujeito e Objeto Direto</b>	912/1249	73%
<b>Posições preposicionadas</b>	337/1249	23%

(LUCCHESI, 2015c)

Em comparação com o estudo de Lucchesi, pôde-se perceber um pequeno aumento nas relativas encaixadas nos dados desta pesquisa. As relativas preposicionadas saem de 23%, no português afro-brasileiro, e sobe para 29,4%, no português do interior da Bahia, como mostram as tabelas 19 e 20. Porém, a análise dessas duas variedades do PB confirmaram o princípio geral da HA de que as ORs são mais construídas nas posições sintáticas em que a ligação com o antecedente é mais fácil de processar, sobretudo a posição de sujeito.

### **Conclusões do capítulo**

Esta pesquisa revelou que, no português popular do interior da Bahia, as estratégias de relativização se distribuem como se segue.

Dentre as relativas de posições encaixadas, a estratégia cortadora é a mais produtiva no português popular do interior da Bahia, atestando a simplificação morfológica resultante do contato entre línguas ocorrido no território brasileiro. Desse modo, concordando com Ribeiro (2009), os dados apontam que o relativizador *que* teria perdido seu caráter de pronome relativo e estaria funcionando apenas como um complementizador. O uso da preposição regendo o relativizador em ORs é praticamente nulo.

A estratégia padrão ocorre apenas com o relativizador *onde*, usado realmente para substituir antecedentes com traço de lugar, no *corpus* analisado, funcionando, portanto, como um pronome relativo. O aumento da relativa padrão no português popular do interior, em relação ao português afro-brasileiro confirma o nivelamento linguístico causado por influência dos centros urbanos, conforme previsto no algoritmo da polarização sociolinguística de Lucchesi (2015a). Essa estratégia é favorecida pela oração relativa explicativa. No plano social, o sexo masculino e o município de Santo Antônio de Jesus foram as variáveis que favoreceram o uso de relativas padrão, embora o cenário social não seja claro em relação ao fenômeno analisado.

No âmbito das relativas, a simplificação morfológica resultante do contato atuou na ausência de preposições nas ORs ligadas a posições preposicionadas. Na relativa cortadora, a preposição é suprimida e a função sintática do termo relativizado é processada por causa do vestígio ligado à posição sintática em que ele foi gerado, em termos gerativos. Essa preposição, então, torna-se dispensável, em situações de contato entre línguas, como ocorre com a marcação redundante do plural. Portanto, essa simplificação se dá na oposição entre o baixo número de ocorrências da estratégia padrão e o largo predomínio da estratégia cortadora, pois embora esta seja encontrada em diversas línguas, inclusive no PE, seus índices são bastante expressivos no *corpus* analisado. A estratégia padrão com preposição não é uma opção disponível na gramática do português popular do interior.

A estratégia resumptiva tem um uso quase residual (com um índice ainda menor que a estratégia padrão), porém seu uso é condicionado sobretudo por fatores linguísticos, quais sejam, a preposição lexical, o traço semântico [+humano] e o caráter definido do antecedente. Não há diferenças significativas entre os resultados das relativas resumptivas no português afro-brasileiro e no português popular do interior.

A análise da relativa denominada de neutra, em comparação com as outras orações, mostrou que, no português popular do interior da Bahia, houve um aumento das relativas encaixadas, em comparação com o português afro-brasileiro, confirmando assim o

nivelamento linguístico que atua nas diversas variedades e que atenuou os efeitos maiores do contato entre línguas ocorrido na sócio-história brasileira. O aumento de relativas ligadas a posições preposicionadas e a diminuição de relativas de sujeito no *corpus* em análise reforçam a ideia de que o PB teria passado por processos de contato linguístico que tiveram como resultado a simplificação morfológica. O aumento de relativas encaixadas no português popular do interior, uma variedade menos afetada pelo contato do que o português afro-brasileiro, pode ser um indício da ocorrência dessa simplificação no passado da língua, uma vez que esse tipo de relativa requer um processamento sintático mais complexo, que teria sido afetado por efeito do contato entre línguas. Os dados mostraram que isso se confirmou nesta pesquisa.

Portanto, o efeito maior do contato linguístico no português popular do interior da Bahia, nas orações relativas, parece ter recaído sobre a diminuição das ORs ligadas a posições preposicionadas e o grande predomínio da estratégia cortadora.

## Conclusão

Esta dissertação analisou o uso das orações relativas no português popular do interior do estado da Bahia, uma variedade rural do português brasileiro (PB), seguindo o aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, corrente teórica que tem por objeto de estudo a variação e a mudança linguísticas.

A variação e a mudança linguísticas são fenômenos que despertam a atenção dos estudiosos do fenômeno da linguagem há muito tempo. Inicialmente, com os gregos e latinos, predominava um olhar prescritivista sobre a variação, mas depois, uma abordagem mais científica do fenômeno – sobretudo no contexto do nascimento de diversas ciências, na modernidade – resultou na compreensão mais ampla da variação linguística e do funcionamento da língua, pois agora se tratava de uma visão científica sobre o fato, menos afetada pelos preconceitos, o que contribuiu para o enriquecimento da Linguística geral.

A compreensão sobre o funcionamento da língua foi avançando à medida que os estudiosos se debruçaram na comparação das línguas e também com a tentativa de reconstruir os passados das línguas estudadas, sobretudo no século XIX. No século XIX, Saussure foi o responsável pela tentativa de buscar um caráter mais científico para a Linguística e exigir para esta um método e um objeto teórico próprios. Entretanto, o linguista genebrino idealizou um objeto teórico que não correspondia à realidade objetiva da língua e criou incongruências teóricas que, posteriormente, passaram a ser alvo das críticas dos linguistas. Um exemplo disso é a noção de sistema abstrato e homogêneo, crucial para o Estruturalismo, o qual deveria ter a atenção dos linguistas. A fala, por sua vez, não poderia ser estudada, dado seu caráter assistemático.

No entanto, a Sociolinguística foi uma das disciplinas que surgiram questionando alguns pressupostos do Estruturalismo, como a suposta incongruência entre sistematicidade e heterogeneidade linguísticas. O paradoxo entre mudança e sistema, que inclusive foi questionado no seio do próprio estruturalismo, é o ponto principal da crítica de Weinreich, Labov e Herzog (1968 [2006]), os precursores da Sociolinguística Variacionista. Para eles, o sistema não poderia ser homogêneo e, ao mesmo tempo, sofrer mudança. Nessa direção, a Sociolinguística Variacionista revolucionou os estudos linguísticos e desenvolveu uma teoria e uma metodologia próprias, para estudar o aparente caos da fala, através do controle de variáveis sociais e linguísticas.

No plano sócio-histórico, esta pesquisa segue teorias e hipóteses diversas que buscam explicar a configuração atual do português brasileiro (PB) em suas particularidades, sobretudo naquilo em que este se diferencia do português europeu (PE), nomeadamente as hipóteses da transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2001 e 2009 e outros) e da polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2015a), aplicadas ao fenômeno da relativização.

No plano histórico, o PB é fruto do contato linguístico que ocorreu ao longo do tempo no território brasileiro. Esses contatos foram mais ou menos intensos, conforme as fases da história linguística do país e de acordo com os interesses dos colonizadores portugueses e as vicissitudes históricas, que acabaram por favorecer o predomínio da língua portuguesa no Brasil. Num primeiro momento, o multilinguismo era generalizado neste território. Diversas línguas indígenas eram faladas na costa e no interior do Brasil. Nesse período, a polarização sociolinguística se dava entre a língua portuguesa e as inúmeras línguas indígenas, que posteriormente se reduziram, além das línguas africanas. Mais tarde, com a dizimação indígena, ocorrem também a morte de muitas línguas indígenas e a diminuição da força da língua geral de base tupi e de outras línguas gerais que seriam faladas nesta terra (LUCCHESI, 2001 e 2009).

Os africanos escravizados, por seu turno, eram obrigados a falar a língua portuguesa, enquanto suas línguas maternas seriam de substrato para a língua dominante, formando-se assim uma variedade afastada dos padrões lusitanos que eram cultivados pelas elites da época. O contato massivo e radical do português com as línguas africanas – num contexto de aprendizagem defectiva, que constituem a transmissão linguística irregular –, somado à predominância e difusão generalizada da língua portuguesa, passou a opor duas variedades que se formam nesse contexto: a norma culta e o português popular brasileiro (LUCCHESI, 2001 e 2009).

A divisão social e linguística que marcou a história brasileira se intensifica no período do Império, pois a Independência política não resultou em um progresso significativo nem no uso de estratégias que visassem à promoção de um desenvolvimento socioeconômico e de uma justiça social, pois o capitalismo tardio e uma economia baseada em atividades essencialmente agrárias não favoreciam um tal cenário. Até mesmo o fim da escravidão não favoreceu uma diminuição da desigualdade social, pois a grande massa de ex-escravos e seus descendentes foram deixados à margem do processo de desenvolvimento, não tendo acesso à moradia digna, a saneamento básico, à saúde e à



educação de qualidade. A distância social entre a elite e a grande massa populacional é enorme (LUCCHESI, 2015a).

A partir de 1930, com o fim da República Velha, o Brasil entra no processo de industrialização, tardiamente, e, enfim, a situação social e econômica passa a ser mais dinâmica. Além disso, o advento do rádio e, posteriormente, da televisão, o desenvolvimento da malha ferroviária, a massificação do ensino público e o exôdo rural promoveram mudanças significativas tanto no plano social quanto no linguístico. Por um lado, essas transformações permitiram uma certa dinamização no processo de ascensão social e uma maior interação entre as classes sociais e entre falantes de regiões mais isoladas, o que permitiu a ocorrência de influências mútuas entre as duas grandes normas e uma penetração dos modelos da norma culta na norma popular, seja através do ensino, seja através dos meios de comunicação. Por outro lado, apesar desse nivelamento linguístico, a clivagem social e linguística ainda é uma marca da sociedade brasileira, pois a desigualdade social é um fato que ainda predomina nesta sociedade (LUCCHESI, 2015a).

Entretanto, alguns fenômenos linguísticos em variação não refletem bem essa polarização sociolinguística, pois podem predominar nas duas normas. A variação no uso das orações relativas (ORs), que esta pesquisa buscou analisar, é um exemplo desse tipo de fenômeno. A variante cortadora, que predomina no português popular brasileiro, aparece hoje na fala de pessoas altamente escolarizadas em quantidades consideráveis. Isto se deu porque a oração relativa cortadora deixou de ser percebida como um “erro”, mesmo pelos falantes considerados cultos, de modo que sua implementação ocorreria “abaixo do nível de consciência” (LUCCHESI, 2015c, p.87), resultando numa mudança que se teria implementado de baixo para cima, sem encontrar maiores resistências no sistema social de avaliação linguística. Assim, a perda da estratégia padrão com *pied piping* constitui “uma mudança derivada do contato entre línguas que se teria difundido por todos os segmentos sociais brasileiros” (LUCCHESI, 2015c, p.87). Desse modo, a estratégia padrão não é mais um mecanismo natural de relativização no PB. O que ocorre é um uso artificial desta estratégia nas camadas cultas, pois esta somente se consolida na fala (formal) do indivíduo através da educação formal e do cultivo da leitura. Contudo, o desaparecimento da estratégia padrão com *pied-piping*, na fala popular, não deixa de refletir a marginalização socioeconômica dos segmentos populares na sociedade brasileira, o que constitui a polarização sociolinguística do PB (LUCCHESI, 2015a).

No aspecto mais formal do fenômeno da relativização, a difusão das relativas cortadoras está ligada aos processos cruciais que caracterizam o PB, os quais são: o fato de o PB ter-se tornado uma língua com proeminência de tópico (PONTES, 1987 apud LUCCHESI, 2015a), a difusão dos complementos verbais nulos (TARALLO, 1993) e o processo geral de enfraquecimento da flexão morfológica (KATO, 1993). Nesse sentido, e considerando sobretudo este último processo, parece que os pronomes relativos morfológicamente marcados, como *cujo* e *qual*, não fazem mais parte da gramática natural dos brasileiros, com exceção do *onde* ou *quando*, que, mesmo assim, ocorre com uma porcentagem baixa, ou ocorre em substituição de antecedentes sem traço semântico de lugar, como demonstrou os resultados desta pesquisa e os resultados de Silva (2018), para o português falado em Feira de Santana. Apenas a partícula invariável *que* é utilizada, na fala informal dos brasileiros, para iniciar as orações relativas, favorecendo assim o predomínio da estratégia cortadora.

Esse enfraquecimento da flexão morfológica está ligado aos processos de contato linguístico entre o português e as línguas indígenas e africanas, segundo Lucchesi (2015a, 2015c). Além disso, Lucchesi (2015c) assume que não ocorreria movimento na estratégia cortadora e na resumptiva, pois o movimento só ocorreria com pronomes relativos morfológicamente marcados, o que explicaria o predomínio da cortadora, uma estratégia que requer um processamento sintático mais simples.

Essa situação diferencia o português brasileiro do português europeu, pois, neste último, apesar de ocorrer a estratégia cortadora, mesmo nas camadas cultas, esta se constitui como um recurso marginal que o falante tem a sua disposição e, diferentemente do PB, a estratégia padrão ocorre também na fala popular rural (LUCCHESI, 2015a), um cenário sociolinguístico diferente do cenário polarizado brasileiro.

Outro aspecto formal do fenômeno da relativização diz respeito ao modo como as relativas funcionam nas línguas humanas diversas. Nesse sentido, Keenam e Comrie (1977) procuraram estabelecer princípios universais sobre as estratégias de relativização, através da observação das orações relativas em diversas línguas. As predições mais relevantes que esses autores formularam residem no fato de haver uma estratégia de relativização primária básica nas línguas, disponíveis para as relativas com um processamento sintático mais simples, como as de sujeito e de objeto direto, e outra estratégia para posições sintáticas menos acessíveis, como a de oblíquos e genitivos. Além disso, os autores propõem que as ORs ligadas às posições de sujeito e objeto direto sejam

mais acessíveis para a relativização do que posições preposicionadas. De fato, os estudos em línguas como o malaio mostram que as ORs de sujeito e objeto direto são feitas com um relativizador neutro (que se poderia chamar de estratégia neutra), enquanto que, em posições encaixadas, um pronome interrogativo, regendo uma preposição, encabeça a OR, numa construção que se poderia chamar de estratégia padrão (LUCCHESI, 2015c).

Alinhado a esses pressupostos, o estudo das ORs nas línguas crioulas se mostra bastante significativo, pois estas línguas podem ajudar a diferenciar aspectos que são essências na produção de ORs daqueles que não são, uma vez que se trata de línguas sobre cuja gênese se tem mais informações. De modo geral, parece que predomina nas línguas crioulas as ORs com um relativizador neutro com lacuna na posição de relativização, ou relativas cortadoras. Além disso, nas línguas crioulas em geral, o que ocorre é uma baixa quantidade de ORs ligadas a posições preposicionadas, as quais requerem um aparato morfosintático mais oneroso (LUCCHESI, 2015c). Nesse sentido, o português falado por comunidades afro-brasileiras isoladas, por refletirem mais os efeitos do contato linguístico na gramática do PB, apresentaria mais relativas de sujeito e objeto do que ORs ligadas a posições encaixadas, como oblíquos e genitivos. De fato, estudos como o de Ribeiro (2009) e de Lucchesi (2015c) demonstraram isso.

Seguindo esse raciocínio, as hipóteses iniciais deste trabalho eram encontrar um predomínio de ORs cortadoras no *corpus* analisado, como resultado da aprendizagem defectiva do português e da contínua exclusão social de que as camadas populares são vítimas, de modo a mensurar os efeitos do contato linguístico e o axioma da polarização sociolinguística. Além disso, era esperado que uma análise sociolinguística em *tempo aparente* viesse a revelar uma mudança em curso, no que tange às relativas encaixadas, no sentido de os mais jovens produzirem mais esse tipo de relativas do que os mais velhos.

Desse modo, a análise do português popular do interior da Bahia, uma variedade afetada pelo contato linguístico, mostrou que a estratégia cortadora predomina largamente no *corpus* em análise. A relativa padrão só ocorre com o pronome relativo *onde*, utilizado com valor locativo nos dados analisados, mas, mesmo assim, com uma baixa frequência. A análise dessa estratégia demonstrou que a oração relativa explicativa e o antecedente definido são contextos linguísticos que favorecem a estratégia padrão. No plano social, o sexo masculino é uma variável que favorece a realização da estratégia padrão. O município de Santo Antônio de Jesus (BA) também se mostrou favorável ao uso da relativa padrão, em detrimento do município de Poções (BA). Ainda assim, em geral, o cenário social do

uso dessa estratégia não é claro. As ORs com preposição (relativas padrão com *pied piping*), praticamente, não fazem parte da gramática do português popular do interior da Bahia.

A estratégia resumptiva tem um uso bastante marginal e é favorecida por determinadas variáveis linguísticas, como a relativa o antecedente humano, o antecedente definido a preposição lexical. No plano social, as variáveis que favoreceram o uso de relativas padrão foram o sexo masculino e o município de Santo Antônio de Jesus (BA). Mesmo assim, o cenário social não é claro em relação às ORs.

De modo geral, as variáveis sociais não mostraram uma diferença significativa no que diz respeito à Hierarquia da Acessibilidade, pois era esperado que falantes mais jovens estivessem produzindo mais ORs encaixadas do que falantes mais velhos. A variação, nesse aspecto, não apresenta uma mudança em curso, mas se mostra estável.

Entretanto, a comparação com o português afro-brasileiro apresentou um resultado interessante, pois as ORs de sujeito e objeto direto diminuíram nos dados do português popular do interior da Bahia e as ORs ligadas a posições preposicionadas aumentaram, confirmando-se assim o nivelamento linguístico ocorrido sobretudo na segunda metade do século XX.

A baixa ocorrência de relativas de objeto indireto e a grande ocorrência de relativas ligadas a adjuntos adverbiais de tempo e lugar – as quais “levantam aspectos que devem ser levados em conta em uma Hierarquia da Acessibilidade” (LUCCHESI, 2015c), – é algo que deve ser analisado com cautela, em análises posteriores.

Condordando com Lucchesi (2015c), ao afirmar que parece haver um equilíbrio entre simplicidade e complexidade nas línguas humanas, a situação da relativização nas línguas parece ser bastante variável. Por um lado, línguas europeias, como o espanhol, o italiano e o francês apresentam as três estratégias estudadas neste trabalho. Por outro lado, línguas como o alemão têm pronome relativos com casos marcados. O inglês, por sua vez, permite ORs sem relativizador, na fala espontânea, como algumas línguas crioulas. Nesse sentido, a proposta da escala de gramaticalização de Lucchesi, como o próprio autor afirma, é uma proposta inicial que carece de aperfeiçoamentos, porém, ela dá uma base importante para o entendimento da relativização nas línguas humanas.

No cotejo com as línguas crioulas, as quais, pela própria formação, tende à simplificação, a estratégia *pied piping* costuma ser mais rara, uma vez que o arrastamento da preposição requer um processamento linguístico mais complexo. No Tok Pisin e no

Sranan, por exemplo, a *pied piping* não ocorre. Um exemplo de crioulo português que dispõe de *pied piping* está em uma das variedades do crioulo de Cabo Verde (ALEXANDRE, HAGEMEIJER, 2013). Contudo, reitera-se, essa estratégia não é comum nos crioulos, em geral.

Nas línguas crioulas, a estratégia cortadora, sobretudo nas posições de sujeito e objeto direto, é a mais produtiva. Em algumas línguas crioulas, recorre-se à resumptiva para as posições mais baixas, como o genitivo.

Quanto ao PE e ao PB, apesar de ambos disporem das três estratégias, o PE apresenta a estratégia *pied piping* mesmo na fala popular rural, mostrando ser este ainda um mecanismo natural de relativização, situação diferente da do PB, em que *pied piping* só aparece na discurso monitorado de pessoas escolarizadas e que, portanto, não faz parte da gramática natural dos brasileiros, como dito anteriormente (Lucchesi, 2015c).

Nas variedades africanas no Português, o predomínio de cortadoras é maior que no PE, mas a estratégia *pied piping* mostra-se também disponível, ocupando o segundo lugar. Em termos sócio-históricos, isso se explica pelo fato de essas variedades terem uma formação bem mais recente que o PB e sofrerem mais influência do PE. (ALEXANDRE, HAGEMEIJER, 2013).

Em relação ao PB, como dito acima, esta pesquisa chegou à conclusão de que o que parece ter ocorrido foi uma simplificação morfológica decorrente do contato que resultou, no âmbito das ORs, na perda de pronomes relativos morfológicamente marcados e no predomínio da estratégia cortadora em detrimento das relativas com preposição. Atestou-se, nesta pesquisa, a ocorrência de relativas padrão apenas com *onde*, mesmo assim em baixas quantidades, e uma baixa ocorrência de resumptivas, favorecidas por variáveis linguísticas. Contudo, alguns autores, como Alexandre e Hagemeijer (2013), numa visão imanentista, atribuem a predomínio das cortadoras a uma crise no sistema dos pronomes relativos do português, sem explicar exatamente como isso ocorreu.

Assim, chega-se à conclusão de que, no que tange às relativas, a hipótese do contato explica bem a situação do PB, tomado isoladamente, mas a situação diversa das relativas nas variedades do português, nas línguas crioulas e nas línguas humanas em geral, mostra um quadro um pouco difuso, que carece de mais investigação e teorização. O caminho para tal investigação e teorização só pode estar numa análise que conjugue aspectos formais e aspectos sócio-históricos, ou seja, uma análise que considere os postulados da gramática gerativa, por um lado, mas que também considere aspectos

sociais, históricos e pragmáticos, por outro. Somente com essa conjugação, chegar-se-á a uma compreensão mais satisfatória do fenômeno da relativização.

Por fim, esta pesquisa soma-se às análises das estratégias de relativização já feitas do português afro-brasileiro por Ribeiro (2009) e Lucchesi (2015c), dentro da visão de *continuum* das variedades populares mais afetadas pelo contato linguístico até aquelas que refletem menos os efeitos do contato, por estarem mais influenciadas pelos padrões urbanos cultos, como o português popular de Salvador. Desse modo, pesquisas futuras, no português popular de Salvador, contribuiriam para completar a análise do *continuum* de difusão dos padrões linguísticos cultos na norma popular e o processo de nivelamento linguístico que atenuou a polarização sociolinguística. Dessa forma, poder-se-ia apresentar um panorama completo do português popular da Bahia no que tange às estratégias de relativização. Se a análise das ORs se estender ao português culto de Salvador, a compreensão científica sobre o fenômeno em estudo se ampliará ainda mais.

## Referências:

- ALEXANDRE, Nélia; HAGEMEIJER, Tjerk. Estratégias de relativização de PPs no mundo luso-atlântico: crioulos de base lexical portuguesa e variedades do português. In: MOURA, D. SIBALDO, M. (eds.). **Para a História do Português Brasileiro – Volume III: Estudos Comparativos entre o Português Brasileiro e Língua Crioulas de Base Lexical Portuguesa**, Tomo IV, 49-71, Maceió: EDUFAL, 2013.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A migração rural urbana no Brasil: uma análise sociolinguística. In: TARALLO, Fernando (org.). **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989.
- BRAGA, KATO E MIOTO (2009). As construções-Q no português brasileiro falado. In: KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil** (Vol. 3: A construção da sentença). Campinas, Editora da Unicamp: 2009, p. 241-289.
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês. Orações relativas e construções aparentadas. In: MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (Org.). **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.
- CAMACHO, Roberto. Alinhamento e estratégias de relativização. **D.E.L.T.A.**, v. 33, n.1, São Paulo, p. 243-266, 2017.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOZO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Quinhentos anos de história lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. pp. 81-142.
- CHAMBERS, Jack. **Sociolinguistic Theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford: Blackwell, 1995.
- COELHO, Ilzete L.; GÖRSKI, Edair M.; SOUZA, Christiane M. N.; MAY, Guilherme H. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2019.
- COSERIU, Eugenio (trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira). **Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança lingüística**. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo – Coleção Linguagem, n. 11, 1979.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007. 4. ed.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2 ed. São Paulo: Parábola editorial, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 3. ed.
- GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística Quantitativa**. São Paulo: Parábola, 2007.
- KATO, Mary A. *et al.* As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, Ingedore G. Villaça (Org.). **Gramática do português falado (vol. VI: Desenvolvimentos)**. Campinas, Editora da Unicamp: 1996.
- KATO, Mary. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian. KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora Unicamp, 2018 [1993].

- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (Ed.). **Variation Omnibus**. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, 1981. p.177-199.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1994.
- LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: Social Factors**. Oxford: Blackwell, 2001.
- LUCCHESI, Dante. "Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil". **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1994, 12: 17-28.
- LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**. Lisboa: Edições Colibri, 1998a.
- LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: Große, Sybille & Zimmermann, Klaus (eds.). **"Substandard" e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am main: TFM, 1998b. p. 73-100.
- LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil. **D.E.L.T.A**, São Paulo, 17: 1, p. 97- 130, 2001.
- LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, vol. 5, nº 1 e 2, 2006, p. 83-112.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009.
- LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [2002]. 3. ed.
- LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedades partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015a.
- LUCCHESI, Dante. A variação na concordância verbal no português popular da cidade de Salvador. **Estudos linguísticos e literários**, n. 52, pp. 166-204. 2015b.
- LUCCHESI, Dante. Contato entre línguas e mudança linguística: as orações relativas no português afro-brasileiro. In: FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edivalda (orgs.). **Diálogos com Ilza Ribeiro sobre gramática e história da língua portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2015c. p. 77-119.
- LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **D.E.L.T.A** [online], v.33, n.2, pp.347-382, 2017.
- LUCCHESI, Dante. Por que a crioulação aconteceu no Caribe e não no Brasil? Condicionamentos sócio-históricos. **Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. 48. p. 227-255, jan-abr. 2019.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para um sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2004.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.



- MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; VASCONCELLOS, Ruth Elisabeth. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2007. 3. ed.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: \_\_\_\_\_; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2010. 4. ed.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2010. 4. ed.
- MUSSA, Alberto. O papel das línguas africanas na história do português do Brasil. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras/ UFRJ, Rio de Janeiro, 1991
- OLIVEIRA, Regiane Viana. **Análise da estrutura das orações relativas no português falado de Belo Horizonte**: uma abordagem variacionista. 2011.102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2011.
- PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. Mudança linguística: observações no tempo real. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2010. 4. ed.
- RIBEIRO, Ilza. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: Edufba, 2009. p. 185-208.
- RIBEIRO, Ilza; FIGUEIREDO, Maria Cristina. Relativas. In: LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebon (Orgs.). **África à vista: Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: Edufba, 2006. p. 208-240.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2. Abril/junho 2005.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.
- SANTOS, Lanuza Lima. **A ordem verbo-sujeito: uma análise sociolinguística da fala popular do interior do estado da Bahia**. 128 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral** (organização de Charles Bally e Albert Sechehaye) São Paulo: Cultrix, 2012. 28. ed.
- SILVA, Jéssica Carneiro da. As orações relativas no português falado em Feira de Santana-BA. 2018. 219 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Linguísticos)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.
- TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian. KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora Unicamp, 2018 [1993]. p. 35-68.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Editora Ática, 2003 [1986]. 7. ed.
- VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2010. 4. ed.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William; HERZOG, Marvin (trad. BAGNO, Marcos). **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola editorial, 2006 [1968]. 2. ed.